



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JEAN LUCAS MACEDO FERNANDES

**BASES SOCIAIS E ELEITORAIS DOS PARTIDOS CONSERVADORES NO
ESTADO DE SÃO PAULO (1982-2016)**

CAMPINAS

2017

Jean Lucas Macedo Fernandes

**BASES SOCIAIS E ELEITORAIS DOS PARTIDOS
CONSERVADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO
(1982 - 2016)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO JEAN LUCAS DE MACEDO FERNANDES E ORIENTADA PELA PROF^a. DR^a. RACHEL MENEGUELLO.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F391b Fernandes, Jean Lucas Macedo, 1992-
Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016) / Jean Lucas Macedo Fernandes. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Rachel Meneguello.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos. 2. Conservantismo - São Paulo (Estado). 3. Sistema eleitoral. 4. Eleições locais. 5. Ideologia. 6. Democracia. 7. São Paulo (Estado) - Municípios. I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Social and electoral basis of conservative parties in Sao Paulo state (1982-2016)

Palavras-chave em inglês:

Political parties

Conservantism - Sao Paulo (State)

Electoral system

Local elections

Ideology

Democracy

Sao Paulo (State) - Counties

Área de concentração: Instituições, Processos e Atores

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Rachel Meneguello [Orientador]

Maria do Socorro Sousa Braga

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data de defesa: 21-09-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos Trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 21 de Setembro de 2017, considerou o candidato Jean Lucas Macedo Fernandes aprovado.

Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Sousa Braga

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção do trabalho intelectual nunca funcionou de maneira solitária para mim. Ainda bem, pois ao longo de minha trajetória acadêmica, encontrei inúmeras pessoas que me ajudaram, das mais diversas formas possíveis, a elaborar o que hoje sou - pessoal e profissionalmente. A algumas delas, seguem essas linhas de homenagem e agradecimento.

Primeiramente, agradeço meus pais, Marcia e Camilo, pelo apoio incondicional nesta empreitada pouco comum em nosso contexto familiar. Se entrar no curso de Ciências Sociais já foi um desafio, fazer um mestrado em Ciência Política se tornou uma singularidade para nossa família. O obrigado vai, também, para a minha avó Leny - que mesmo sem saber direito o que eu faço, sempre demonstrou um suporte emocional único.

Ao meu círculo de amigos que carrego no dia-a-dia, compartilhando as delícias e as dores em uma conexão afetiva sem precedentes: Thuany, Camilla, Jane Eyre, Kelly, Marcelo Ceccarelli, Giovana Pereira, Suellen, Natália Padovan, Maria Elisa, Fernanda, Marília, Aleph, Rafael Mayrinck, Rúbia, Marina Mazini, Beatriz Carvalho, Peterson, Daniel. Vocês ajudam a construir minhas bases neste mundo louco e recheado de caminhos tortuosos. Graças a vocês, as surpresas que surgem nas caixas de Pandora do meu cotidiano são melhor absorvidas e entendidas. Consigo visualizar, hoje, os passos que dei para estar aqui e digo, sem ressalva alguma, que nada disso seria possível sem as suas presenças. Vocês são amigos que quero continuar carregando em minha vida, ainda que nem sempre a presença física seja possível - fico feliz que as tecnologias nos ajudam a superar essas barreiras e, assim, os sentimentos se mantêm consolidados.

Aos colegas e amigos de profissão, que dividiram comigo seus conhecimentos e suas perspectivas sobre a Ciência Política (e as Ciências Sociais, de modo geral): Marcela, Henrique, Ana Livia, Vitor Sandes, Vitor Vasquez, Monize, Luana, Otávio, Ana Flávia, Joyce, Fernanda, Andréa Junqueira, Fernando Bizzarro, Bruno, Rodrigo, Raulino, e demais membros e parceiros do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBrás/CESOP). Sem as contribuições intelectuais (e éticas) de vocês, esta dissertação certamente seria mais tímida no alcance de seus objetivos e no seu desenho metodológico. Destaco a participação do Marco neste processo, tornando-se também um parceiro fundamental na elaboração de trabalhos que me motivam a buscar novos olhares sobre os partidos e a política institucional.

O grupo de estudos me trouxe, também, a Maria Vitória - a quem eu agradeço, para além das contribuições intelectuais, pelo companheirismo e pela incrível capacidade de escuta e de carinho para comigo. Desde nossas aulas na graduação e na pós, até os estudos frenéticos para a prova de mestrado, dividimos tantos momentos e tantas angústias e alegrias que me deixam sem palavras. Significam muito para mim e, por isso, sou eternamente grato pela amizade que construímos ao longo desses anos.

Aos amigos de outras áreas do conhecimento e de momentos distintos de minha trajetória da graduação e da pós-graduação: Thaís Lima, Larissa Cascaldi, Milena Oliveira, Felipe, Raíza, Vinícius, Rubens, Milena de Paula, Juliana, Beatriz, Mariana Ueta, Ana Carolina, Alexandre, Carolina Venâncio, Karen, Carolina Bonomi, Luiza, Jonatan, Carlos Treichel. Nossas conversas pelos corredores, bandejões e bares ampliaram meus horizontes sobre muitos aspectos da vida. Eu encontrei em vocês momentos de descontração, de desabafo e (por quê não?!) de sonhos. Aprendi muito, também, em termos intelectuais: sobre a importância da pluralidade no olhar científico sobre os objetos.

Ao longo desses anos, tive amigos com os quais compartilhei bons dias de divertimento e leveza. O eixo Campinas-São Paulo não seria o mesmo sem Lídia, Gustavo, Danilo, Elisa, Thalita, Vitor, Matheus Morelli, Oscar, Andressa Leal, Reginei, Vanessa, Tiago Queiroz, Marina Groschitz, Eliane, Márcia Pires, Érico, Sandro e Ruth. Obrigado por me cercarem de amor, empatia e amizade! Um agradecimento especial ao Glauber e ao Gabriel, que me mostraram que é possível recomeçar e ressignificar os laços de afeto.

A pesquisa do mestrado e toda a minha vivência durante os Congressos e Encontros acadêmicos devem seu êxito, também, aos funcionários do CTPM Pouso Alegre-MG. Em especial, agradeço as senhoras Rosé Bueno e Priscila Fraga, e o Ten. Cel. Eduardo Dantas Rosa, que foram sempre generosos e compreensivos com minhas ausências nas aulas de Sociologia - seja porque eu estava apresentando trabalhos em Congressos, ou participando de reuniões na Unicamp. Eles, juntamente aos meus amigos-professores (Ana Paula, Lidiany, Janaína, Aline, Ingrid e Fabiana, em particular) e alunos, deram suporte para o meu desenvolvimento e aperfeiçoamento enquanto docente, nos mais variados contextos.

Agradeço especialmente a minha orientadora, Rachel Meneguello. Suas observações e conselhos intelectuais, desde a graduação, levaram as minhas pesquisas a um lugar que eu

jamais imaginaria chegar. Por conta disso, fico realizado enquanto cientista político. Sempre carregarei seus ensinamentos em minha profissão. Aproveito para agradecer, também, aos demais professores: Andréa Freitas e Oswaldo Amaral, pelas sugestões pertinentes durante o exame de qualificação; Maria do Socorro Sousa Braga, que sempre me incentivou a engajar nas pesquisas e que me deu a oportunidade honrosa de trabalhar ao seu lado nas pesquisas; Valeriano Mendes, Heloísa Pontes, Frederico Almeida, Andreia Galvão, Luciana Tatagiba e demais professores que me ensinaram muito nas aulas da graduação e da pós, o meu sincero obrigado. Aos funcionários do IFCH, que completam este grupo que coloca o Instituto para funcionar, deixo aqui também o meu agradecimento por tornarem a minha experiência acadêmica possível.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida durante todo o mestrado e, sem a qual, o percurso até aqui seria bem mais tortuoso.

“As únicas nações com futuro, as únicas a que se pode dar o nome de históricas, são as que compreendem o valor das suas instituições e que portanto as sabem apreciar”

Anna Karênina, Leon Tolstói

“[...] Cada um trazia o passado trancafiado dentro de si, como páginas de um livro conhecido de cor [...]”

O Quarto de Jacob, Virginia Woolf

RESUMO

Desde o retorno ao pluripartidarismo (1979), foi observado que o desempenho eleitoral dos partidos conservadores sofreu grandes mudanças nos municípios paulistas. Para analisar esta parte do *continuum* ideológico, foram selecionados cinco dos maiores representantes da direita partidária no Brasil. Quatro deles por possuírem trajetória em nosso sistema partidário desde a redemocratização (PTB, DEM, PP e PR) e um deles por ter entre seus quadros diversas lideranças oriundas dessas agremiações (PSD). O objetivo do trabalho é investigar as bases sociais e eleitorais que têm acolhido esses partidos em São Paulo, entre 1982 e 2016. Diversas transformações tem caracterizado a arena eleitoral paulista, a começar pelo crescimento da competição e do número efetivo de partidos. Em meio a este cenário, duas hipóteses foram elaboradas: por um lado, acredita-se que a relação entre as votações dos partidos conservadores é diretamente proporcional à capacidade que possuem para disputar os pleitos locais. Já a segunda hipótese defende que o contexto socioeconômico mais favorável às votações desses partidos é aquele predominantemente rural, com baixos indicadores sociais. Através de análise longitudinal das eleições locais para prefeito e vereador, e trabalhando tanto com o momento pré-eleição (lançamento de candidatos) quanto após o fechamento dos pleitos (cadeiras conquistadas e votações), concluiu-se que os partidos conservadores tem diminuído sua capacidade de organização para liderarem os pleitos - afetando diretamente seus resultados eleitorais. Em relação ao contexto em que se inserem, há dois momentos distintos: um entre 1982 e 1996, onde as votações estão diretamente relacionadas ao ambiente socioeconômico tradicionalmente associado ao voto conservador; e outra fase após 1996, quando as preferências político-partidárias não se encontram mais tão enraizadas em contextos específicos.

Palavras-chave: partidos conservadores; São Paulo; sistema partidário; eleições municipais.

ABSTRACT

Since returning to the multiparty system (1979), it has been observed that the electoral performance of conservative parties underwent major changes in the municipalities of São Paulo. To analyze this part of the ideological continuum, five of the largest representatives of the party right in Brazil were selected. Four of them for having the trajectory in our party system since a redemocratization (PTB, DEM, PP and PR) and one of them because its cadres contains diverse leaderships such as companies (PSD). The objective of this study is to investigate the social and electoral bases that have taken place in São Paulo, between 1982 and 2016. Several transformations have been characterized the paulista electoral context, such as improved competition and effective number of parties. In the midst of this scenario, two hypotheses have been elaborated: on the one hand, it is believed that the relationship between the votes of conservative and remote parties proportional to the capacity to contest local lawsuits. The second hypothesis argues that context socioeconomic context more favorable to the votes of predominantly rural countries, with low social indicators. Through a longitudinal analysis of the facilities for pre-launch and launch, and working both at the pre-election (candidate launch) and at the end of the process (won seats and votes), it was concluded that conservative parties have decreased their capacity to organization to lead the lawsuits - affecting their election results. Regarding the context in which they are inserted, there are two distinct moments: one between 1982 and 1996, where votes are well related to the socioeconomic environment traditionally associated with the conservative vote; and another phase after 1996, when political departure preferences are no longer in specific conditions in specific contexts.

Keywords: Conservative parties; Sao Paulo; party system; local elections

Lista de quadros, tabelas e gráficos

Quadro 1. Evolução dos Partidos Conservadores (1979-2012): fusões, separações e siglas

Gráfico 1. Porcentagem de cadeiras obtidas pelos partidos conservadores para o Legislativo municipal no estado de São Paulo (1982-2012)

Gráfico 2. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios do estado de São Paulo (1982-2012)

Tabela 1. Estabelecimentos industriais e empregos ocupados no Brasil e no estado de São Paulo (Século XX)

Tabela 2. Perfil socioeconômico das Regiões Administrativas do estado de São Paulo (%) (1980-2010)

Tabela 3. Filiação aos novos partidos pelos membros da ARENA e do MDB, no Senado e na Câmara Federal

Gráfico 3. Representação do PDS/PP nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

Gráfico 4. Representação do PDS/PP nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

Gráfico 5. Representação do PFL/DEM nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1985-2016)

Gráfico 6. Representação do PFL/DEM nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1988-2016)

Gráfico 7. Representação do PL/PR nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1988-2016)

Gráfico 8. Representação do PL/PR nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1988-2016)

Gráfico 9. Representação do PTB nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

Gráfico 10. Representação do PTB nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

Gráfico 11. Representação do PSD nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (2012-2016)

Gráfico 12. Representação do PSD nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (2012-2016)

Gráfico 13. Municípios paulistas em que os partidos conservadores lançaram candidatos às prefeituras (%)

Gráfico 14. Municípios paulistas em que outros partidos lançaram candidatos às prefeituras – PSDB, PMDB, PT, PDT e PSB (%)

Gráfico 15. Taxas de sucesso eleitoral dos partidos conservadores nas disputas pelas prefeituras paulistas (%)

Gráfico 16. Taxas de sucesso eleitoral dos outros partidos nas disputas pelas prefeituras paulistas – PSDB, PMDB, PT, PDT e PSB (%)

Gráfico 17. Candidatos lançados às câmaras municipais paulistas pelos partidos conservadores (%)

Gráfico 18. Candidatos lançados às câmaras municipais paulistas pelos outros partidos – PSDB, PMDB, PT, PDT e PSB (%)

Gráfico 19. Cadeiras obtidas pelos partidos conservadores nas disputas pelas câmaras municipais paulistas (%)

Gráfico 20. Cadeiras obtidas pelos outros partidos nas disputas pelas câmaras municipais paulistas – PMDB, PSDB, PT, PDT e PSB (%)

Gráfico 21. Porcentagem de candidatos lançados pelos novos e pequenos partidos nas eleições para as câmaras de vereadores nos municípios paulistas (1996-2016)

Tabela 4. Correlações de Pearson entre População Urbana e votações dos partidos conservadores nos municípios paulistas (1976-2012)

Tabela 5. Correlações de Pearson entre PEA Agrícola e votações dos partidos conservadores nos municípios paulistas (1982-2012)

Tabela 6. Correlações de Pearson entre PEA Indústria e votações dos partidos conservadores nos municípios paulistas (1982-2012)

Tabela 7. Correlações de Pearson entre Taxa de Analfabetismo e votações dos partidos conservadores nos municípios paulistas (1982-2012)

Tabela 8. Correlações de Pearson entre as variáveis contextuais e as votações do PSDB e do PMDB em São Paulo (1988 - 2012)

Gráfico 22. Número de partidos por eleição no Brasil (1982-2016)

Gráfico 23. Número efetivo de partidos nas eleições locais do Brasil (1996-2012)

Gráfico 24. Número Efetivo de Partidos (NEP) nas eleições para prefeito e para vereador no estado de São Paulo (1982-2016)

Gráfico 25. Evolução do número de municípios paulistas, por faixa populacional (1982-2016)

Tabelas 9 a 17. Votações dos partidos nas eleições para vereador no estado de São Paulo, por porte de município (1982-2016)

Gráfico 26. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas com menos de 20 mil habitantes (1982-2016)

Gráfico 27. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas entre 20 e 50 mil habitantes (1982-2016)

Gráfico 28. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas entre 50 e 200 mil habitantes (1982-2012)

Gráfico 29. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas com mais de 200 mil habitantes (1982-2016)

Lista de siglas e abreviaturas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DEM – Democratas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PDC – Partido Democrata Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEA – População Economicamente Ativa

PEN – Partido Ecológico Nacional

PFL – Partido da Frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRT – Partido Republicano Trabalhista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
REDE – Partido Rede Sustentabilidade
SD – Partido Solidariedade
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: objetivos, estrutura dos capítulos, justificativas e hipóteses	16
CAPÍTULO 1: Conservadorismo e o espectro ideológico da direita partidária	25
I) A direita na América Latina: passado e presente.....	26
II) Partidos e políticos à direita no Brasil: especificidades e trajetórias.....	38
CAPÍTULO 2: O contexto de São Paulo e a formação dos partidos políticos no Brasil.....	45
I) O terreno paulista: contexto socioeconômico e político.....	45
II) Formação dos partidos no Brasil e em São Paulo	50
i) <i>Trajetória dos partidos</i>	53
ii) Partido Democrático Social (PDS) / Partido Progressista (PP)	54
iii) Partido da Frente Liberal (PFL) / Democratas (DEM)	58
iv) Partido Liberal (PL) / Partido da República (PR)	61
v) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	63
vi) Partido Social Democrático (PSD)	65
CAPÍTULO 3: Dimensões organizacional e contextual da política paulista	68
I) <i>A dimensão organizacional: apontamentos a partir do lançamento de candidaturas</i>	68
II) <i>A dimensão contextual e suas relações com os partidos em São Paulo</i>	79
III) <i>O ambiente institucional e suas relações com os desempenhos eleitorais dos partidos</i>	86
CONCLUSÃO: Os partidos conservadores e o sistema partidário em São Paulo.....	99
Referências bibliográficas:	110

INTRODUÇÃO: objetivos, estrutura dos capítulos, justificativas e hipóteses

O objetivo geral da dissertação é compreender as causas que levaram ao declínio eleitoral dos partidos conservadores em São Paulo, ao longo do tempo. Os focos específicos para tratarmos deste assunto serão três: o desempenho eleitoral das agremiações nos pleitos municipais desde 1982 até 2016 para os cargos de prefeito e vereador, a evolução da composição dos legislativos locais e das prefeituras no mesmo período e a substituição de suas bases sociais¹ por outras legendas.

Para atendermos a todos esses objetivos, a dissertação se encontra estruturada, a princípio, em quatro capítulos. O primeiro capítulo traça um panorama teórico em torno das noções de “conservadorismo” e direita partidária na América Latina e no Brasil. Será demonstrado que o campo conservador brasileiro é múltiplo e complexo, fruto de processos históricos que datam, pelo menos, do início do século XX. Sendo assim, o reflexo deste campo sobre o sistema partidário brasileiro também adquiriu contornos específicos.

O segundo capítulo apresenta o quadro socioeconômico de São Paulo, procurando apontar sobre qual contexto local os partidos conservadores aqui analisados se inserem. Por se tratar de um estado que abriga, organizacionalmente, todas as legendas do espectro partidário, além de ser um polo econômico e político central para o país, São Paulo se mostra como um campo frutífero de estudos sobre a dinâmica partidária. Os processos políticos e eleitorais que acontecem no terreno paulista, por vezes, antecipam o que acontece em nível nacional. É esta uma das justificativas para a escolha deste caso para análise. Este capítulo procura dar conta, também, de apontar a dinâmica da política representativa em termos comparativos: São Paulo frente ao cenário nacional. Para tal, além de apresentar os diferentes debates da literatura sobre sistema partidário brasileiro, é feita uma linha evolutiva do campo da direita no estado.

O terceiro capítulo apresenta os testes das hipóteses, correlacionando as votações dos partidos conservadores com o contexto socioeconômico de São Paulo. Para tal, dados como Taxa de Urbanização, Taxa de Alfabetização e PEA serão fundamentais para apresentarem os diferentes perfis dos municípios paulistas. Os dados eleitorais serão utilizados, também, para aprofundarmos a discussão sobre a evolução da competição eleitoral local. Nesse sentido,

¹ A partir dos estudos de Mainwaring, Meneguello e Power (2000) e Alves (2000), as bases sociais são entendidas como uma série de diferenciadores, capazes de informar as características do voto e do apoio político aos partidos conservadores. Elementos associados ao perfil do eleitorado (região de origem, porte do município, faixa etária, renda, escolaridade e posicionamento em relação a temas) são os principais meios de se definir essas bases sociais. Além desses elementos, a organização partidária também ajuda a conformar essas bases, através de dados como perfil de filiados e estruturas organizacionais.

serão discutidos, também, os dados de outros partidos² – como forma de compararmos com o desempenho dos conservadores. Por fim, dados sobre a organização desses partidos no lançamento de candidaturas apontarão as especificidades de cada agremiação no contexto de São Paulo, em termos de estratégias de estruturação e competição.

Por fim, o quarto capítulo apresentará as conclusões da dissertação – tanto em relação a cada uma das agremiações quanto delas em conjunto, representando a direita partidária. Pretende-se apontar qual o lugar ocupado por este lado do espectro ideológico em nível local, seja em termos de representatividade eleitoral ou de estratégias de sobrevivência em um ambiente altamente competitivo, como é o caso de São Paulo. Além disso, lançamos alguns temas de pesquisa que se desdobram a partir dos achados desta dissertação.

Duas hipóteses serão testadas ao longo deste trabalho. A primeira delas se refere à dimensão contextual da política, inspirada nos argumentos de autores como Soares (1973; 1988) e Avelar e Walter (2008). Acreditamos que há relação entre os desempenhos eleitorais desses partidos com o desenvolvimento socioeconômico e o porte dos municípios. Ou seja, os melhores desempenhos eleitorais dos partidos conservadores, em eleições municipais paulistas, ocorrem nas menores cidades e com os piores índices socioeconômicos – por exemplo, elevada taxa de analfabetismo. Consequentemente, os piores desempenhos se observariam nos grandes municípios, com melhores índices socioeconômicos. Procura-se, pois, testar se a correlação entre os índices socioeconômicos, o porte dos municípios e o desempenho eleitoral (Avelar e Walter, 2008) se aplicaria às eleições municipais. Assim, será possível observar qual perfil de município acolhe as principais bases eleitoras para esses partidos.

Esta hipótese argumenta, também, que o espaço político dos conservadores vem sendo ocupado (desde os anos 1990) pelo PSDB. Isso se deve principalmente pelo seu discurso de modernização pela via neoliberal e pela alta capacidade organizacional que o partido possui em São Paulo.

A segunda hipótese, por sua vez, está relacionada justamente a variáveis organizacionais. O argumento a ser trabalhado é o de que a organização partidária³ é um fator fundamental para o desempenho eleitoral dos partidos. Seguindo as teses de Soares (1988) e de Braga e Pimentel Jr. (2013), que atribuem influência da organização dos partidos sobre

² São eles: PSDB e PMDB (por se tratarem de legendas que também abrigam setores conservadores do espectro político-partidário) e PT, PSB e PDT (como forma de contrapormos o desempenho da direita com os partidos de esquerda mais relevantes do jogo eleitoral). A classificação no espectro partidário segue os estudos de Power e Zucco Jr. (2011).

³ Nos limites deste trabalho, entende-se a organização partidária a partir do lançamento de candidaturas ao cargo de prefeito (Executivo municipal).

suas votações, a hipótese é que, com menor nível de organização local, os partidos conservadores teriam cada vez menos chances de vencer os pleitos. A investigação, aqui, procura entender o processo de declínio dos partidos conservadores em São Paulo, ao mesmo tempo em que agremiações como o PSDB ampliam seus espaços.

No período pós-regime militar, sobretudo a partir do retorno ao pluripartidarismo em 1979 (Lei nº 6767/79), o caso paulista se torna elucidativo da representação político-partidária brasileira, na medida em que todos os atuais partidos brasileiros possuem bases organizativas no estado. Neste contexto, os partidos conservadores atuam em um cenário político pluralizado e complexo, sejam como protagonistas nas eleições ou como partes de coligações e de composições de governos. Interagem com legendas de organizações e estratégias distintas, e que ocupam posicionamentos variados no espectro ideológico, em um contexto de alta competitividade eleitoral (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

Além disso, São Paulo oferece um terreno social bastante heterogêneo, fruto de fenômenos importantes como a imigração estrangeira e a migração de brasileiros de outros estados, e os intensos processos de desenvolvimento econômico, industrial e urbano⁴. Nesse sentido, a política paulista reflete processos políticos presentes na sociedade brasileira. Estudar as bases sociais das agremiações conservadoras em São Paulo nos permite, portanto, compreender melhor a atuação partidária em cenários complexos e multifacetados. O contexto paulista passou por processos intensos de urbanização e industrialização, que alteraram as relações de trabalho, redefiniram o perfil populacional e da economia (Baeninger, 2004; Cano *et. al.*, 2007; Moreira e Melazzo, 2015) e que, por fim, repercutiram consideravelmente na política (Kerbaux, 2000; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

No cenário internacional, os partidos conservadores não estão alheios ao quadro institucional e aos jogos de alianças e interdependência existentes na competição política, sendo dependentes destes para se eleger e atuarem em cenários democráticos (Fretel, 2011). Power (2000) demonstra esta relação desses partidos com o jogo competitivo da democracia para o caso brasileiro: aceitando as regras do jogo e se inserindo na dinâmica eleitoral após a abertura política, tais agremiações são centrais na composição do cenário político-partidário. Entender suas estratégias políticas e de suas lideranças, bem como o respaldo eleitoral dado pela população, auxilia na compreensão do sistema partidário e de suas dinâmicas em nível local.

⁴ Para maiores detalhes sobre a formação socioeconômica de São Paulo, ver Schwartzman (1982). Para um estudo sobre as recentes transformações econômicas, demográficas e sociais do estado e suas regiões administrativas, a partir de 1980 até meados da década de 2000, ver Cano *et. al.* (2007).

As legendas de direita são múltiplas em suas formas de atuação e foram mudando suas características definidoras, sobretudo a partir dos anos 1990 (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Power, 2008; Babireski, 2016). Madeira e Tarouco chamam atenção para uma mudança na principal definição dos conteúdos da direita e da esquerda no Brasil, ao longo das últimas décadas: passa-se “de uma dimensão mais propriamente histórica (apoio/oposição ao regime militar) para uma dimensão econômica (desregulamentação/privatização)” (Madeira e Tarouco, 2010, p. 7).

Nesse sentido, os referenciais de ideologia são necessários para a análise dos partidos. Carreirão (2014) e Singer (2002) apontam a permanência da ideologia enquanto um fator relevante na estruturação tanto do sistema partidário brasileiro quanto da percepção da política pelo eleitorado. A diferenciação entre os partidos na diáde esquerda-direita possibilita, então, organizar os seus posicionamentos no interior do campo político. Miguel (2010) defende a utilização do *continuum* como um artifício metodológico, que auxilia na compreensão da dinâmica partidária e das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Já Power e Zucco Jr. (2011) procuram justamente observar essas transformações na posição das legendas dentro do espectro ideológico. A conclusão dos autores é que há relativa estabilidade entre os partidos e seus respectivos lugares na esquerda, no centro e na direita, à exceção do PPS, que se deslocou da esquerda para o centro. Através dessas medidas, é possível balizar a ação dos partidos, seus posicionamentos sobre temas do debate político, e identificar suas diferentes agendas políticas propostas ao eleitorado (Madeira e Tarouco, 2010).

Freire (2004), em estudo sobre as democracias europeias, argumenta que as identidades ideológicas ainda são fortes. O autor defende, também, que o enfoque na diferenciação de ideologia entre os partidos estimula a orientação dos valores de esquerda e direita entre o eleitorado (Freire, 2002). Nesse sentido, e trazendo esta perspectiva para o caso brasileiro, o debate sobre esquerda e direita no campo partidário abre a possibilidade de pensar não apenas na reputação das organizações partidárias no interior do campo político (Miguel, 2010), mas também nas relações que a escala tem em termos de compreensão do sistema partidário.

Assim, pretendemos explicar o funcionamento de uma dimensão específica deste *continuum*, ou seja, o campo da direita partidária em contextos locais. Dentro deste bloco, serão observadas as dinâmicas de cinco partidos selecionados, de modo a apontar suas especificidades e seus pontos em comum, no que concerne à conformação de suas bases sociais e eleitorais em São Paulo. São eles: PFL/DEM, PDS/PP, PTB, PL/PR e PSD – agremiações com trajetórias relativamente grandes dentro do sistema partidário nacional.

Todos esses partidos, de algum modo, pertencem à mesma “família partidária” que se originou nos anos finais do regime militar. Esta herança do autoritarismo é a principal característica que une este grupo de partidos. Se não são partidos que vieram originalmente da ARENA (casos de PL/PR, PSD e PTB), pelo menos se associaram aos políticos e agremiações arenistas já nos anos 1980 ou derivaram de matrizes políticas semelhantes, aproximando-os assim em suas trajetórias. Esta herança autoritária, ainda que seja negada pelos partidos (Madeira e Tarouco, 2010), se associou a um discurso conservador do ponto de vista da moral e da economia, com a defesa de pautas neoliberais.

Como é amplamente conhecido pela literatura, o bloco partidário conservador originado da ARENA se manteve relativamente unido nos primeiros anos após o retorno do pluripartidarismo (1979) e se refundou, sob a sigla do Partido Democrático Social (PDS). No entanto, dissensões internas de suas lideranças, no contexto da sucessão presidencial de 1985, geraram um cisma no partido que levou à criação do Partido da Frente Liberal (PFL). Em São Paulo, Figueiredo e Jorge (1997), apontam que as elites partidárias paulistas oriundas do PMDB também compuseram as primeiras fileiras do PFL a partir de 1985. O mesmo ocorreu com o PL, que foi projetado sobretudo por lideranças paulistas para ser uma agremiação de orientação econômica liberal e, portanto, dotado de um projeto político mais delimitado e voltado às elites intelectuais (Kinzo, 1993).

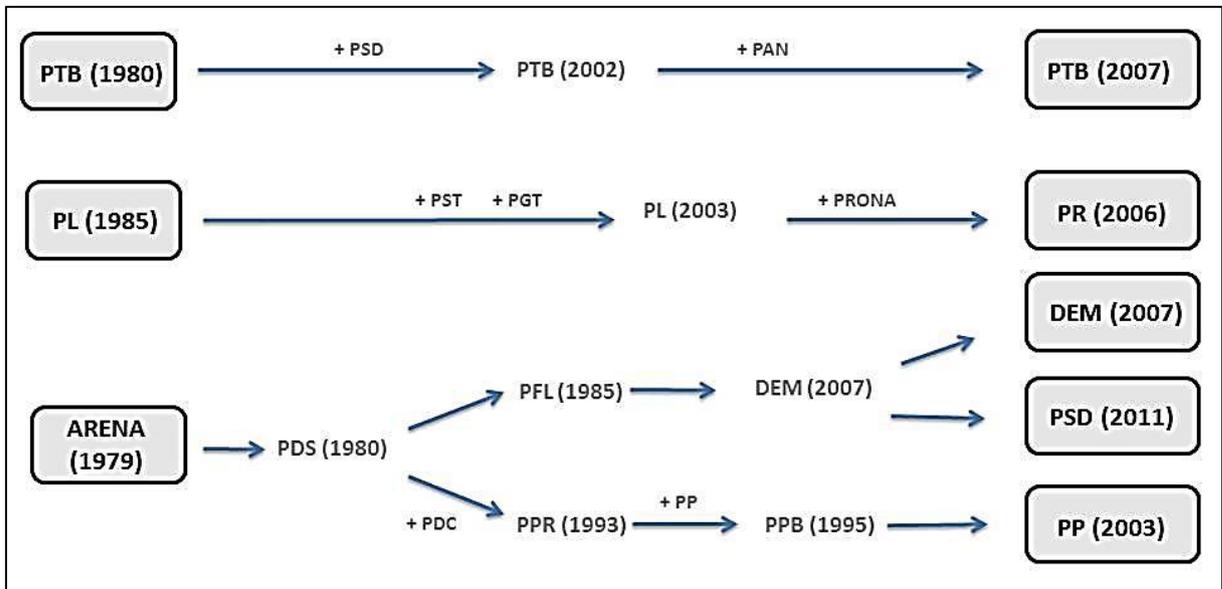
Figueiredo e Jorge (1997) demonstram que, durante o período 1982-1994, todos esses partidos aqui considerados obtiveram representação política na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Trata-se de um indicativo da presença desses partidos conservadores no cenário paulista desde o retorno ao pluripartidarismo e às eleições diretas. O destaque aqui, para os autores, recai sobre o então PDS/PPB e o PFL, que seriam os dois partidos de direita que de fato são efetivos no estado até meados dos anos 1990. Os demais partidos, como aponta Sandes-Freitas (2015), se tornaram partes importantes das coligações eleitorais nas eleições estaduais paulistas, a partir de então.

Mais recentemente (2011), foi criado o PSD, a partir de dissensões entre lideranças de outros partidos, sobretudo aqueles de oposição ao PT no plano nacional. Boa parte dos quadros que formaram o PSD veio de partidos como PSDB e DEM – ainda que, como apontam Krause e Gerardi (2012), a origem partidária dos políticos do PSD é bastante plural, dentro do espectro da direita e centro-direita.

O quadro 1 ilustra a evolução desses cinco partidos, desde o contexto da redemocratização até 2016, considerando suas fusões (indicadas pelo sinal “+”), separações e

alterações nas siglas. O levantamento de dados e os estudos decorrentes da dissertação levarão em consideração todos estes processos.

Quadro 1. Evolução dos Partidos Conservadores (1979-2016): fusões, separações e siglas



Fontes: Elaboração própria a partir de Kinzo (1993), Mainwaring, Meneguello e Power (2000).

Analisar os mais de 30 anos de atuação dos partidos em São Paulo nos permite acompanhar as mudanças pelas quais o terreno da política passou no país. No contexto da democratização, e mais especificamente em 1982, quando retornaram as eleições para os governos estaduais, o estabelecimento das chamadas “eleições vinculadas” colocou um desafio aos partidos. Observam Lamounier e Meneguello (1986, pp. 77-78) que:

No que diz respeito ao projeto [pacote de novembro de 1981], em si mesmo, seu principal objetivo foi impor a vinculação dos votos, em todos os níveis, tornando nulos os votos dados a candidatos de partidos diferentes. Com essa medida, todos os partidos, inclusive os pequenos, eram pressionados a apresentar candidatos a todos os cargos, inclusive o de governador, nos estados em que pretendessem concorrer.

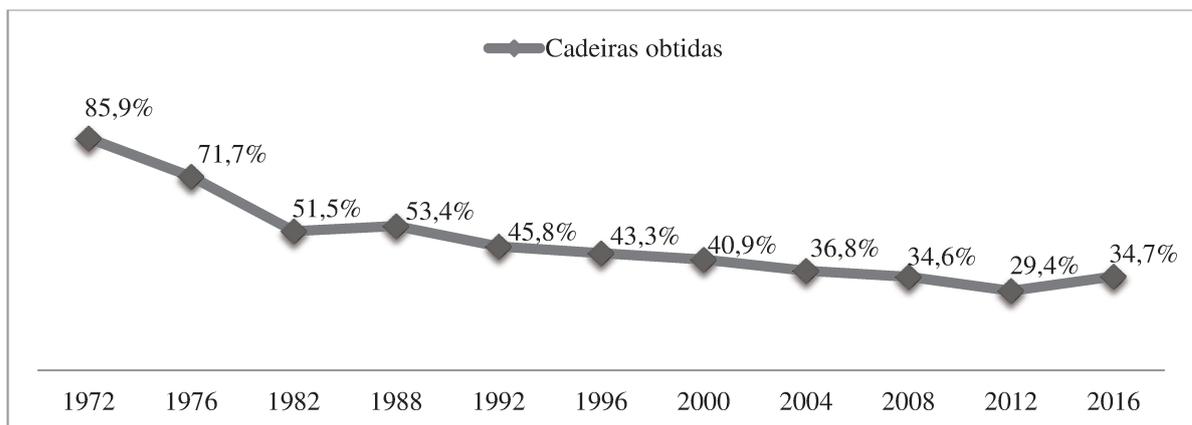
Mesmo sob este cenário, a competição partidária continuou muito acirrada – em São Paulo, especialmente, essa disputa pluripartidária se deu inclusive entre os pequenos partidos (Fleischer, 1988). Ao mesmo tempo, neste contexto, ampliou-se a penetração tanto do PDS (nas regiões menos desenvolvidas) quando do PMDB (nas regiões mais desenvolvidas)

(Fleischer, 1988). Este processo é observado também para o caso paulista e, como consequência, as eleições dos anos 1980 são marcadas por embates entre PMDB e PDS. Sadek (1989) aponta que há correlações entre os melhores desempenhos do PDS nos pequenos municípios, assim como no PMDB. Já Pierucci (1987) aponta a presença de setores conservadores também na capital, sobretudo nas regiões periféricas – que se manifestaram através do apoio a fenômenos políticos como o janismo e o malufismo.

É em meio a esses atores, juntamente a um quadro crescente de intensas disputas entre partidos historicamente constituídos no estado – tanto do espectro conservador quanto de fora dele – que as eleições vêm acontecendo em São Paulo. Alguns dados referentes à trajetória eleitoral dos partidos conservadores no estado foram levantados, de modo a evidenciar estes processos.

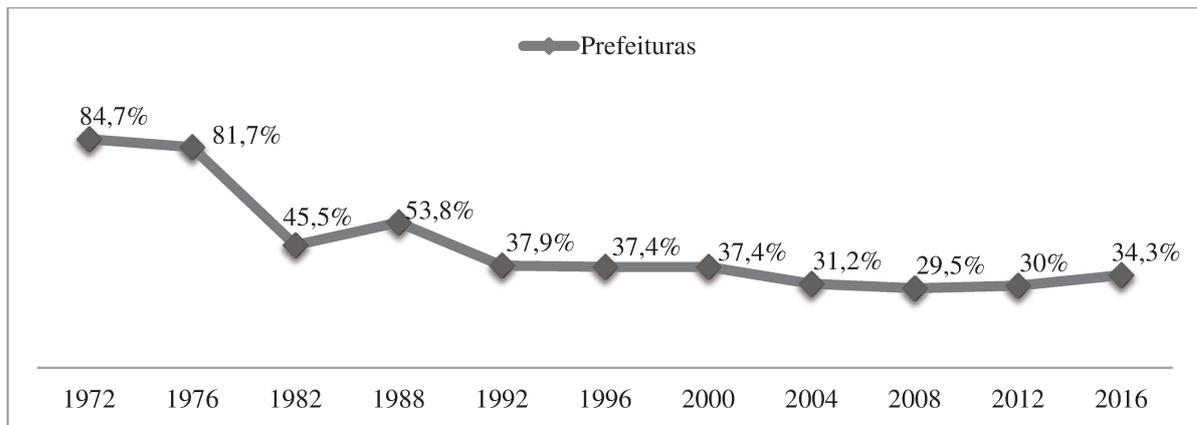
Os Gráficos 1 e 2 mostram a evolução nos desempenhos dos partidos conservadores em São Paulo, para os cargos de vereador e prefeito: em 1972 e 1976, enquanto ARENA, e após 1982, levando em consideração as cinco agremiações aqui selecionadas. A hegemonia arenista era nítida em 1972, quando o partido conquistou mais de 80% das vagas, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Já em 1976, o predomínio do partido pró-regime militar ainda era significativo, mas já apontando para algumas mudanças – principalmente nas Câmaras municipais.

Gráfico 1. Porcentagem de cadeiras obtidas pelos partidos conservadores para o Legislativo municipal no estado de São Paulo (1972-2016)



Fontes: Elaboração própria a partir de Araújo (1979, p. 468), TSE, TRE-SP e Fundação SEADE.

Gráfico 2. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios do estado de São Paulo (1972-2016)



Fontes: Elaboração própria a partir de Araújo (1979, p. 468), TSE, TRE-SP e Fundação SEADE.

Nos dois primeiros pleitos após o retorno do pluripartidarismo (1982 e 1988)⁵, os cinco partidos, liderados pelo PDS, concentraram mais de 50% das cadeiras do Legislativo. De acordo com Meneguello e Bizzarro Neto (2012), as eleições de 1982 não alteraram o quadro de preferências eleitorais, sendo que as mudanças nos padrões de votação passaram a ocorrer a partir das eleições de 1986. Ao longo dos anos 1990 e 2000, observa-se um processo de queda em suas vitórias, acentuando-se em 2012 – porém, voltando a crescer em 2016 (34,7%). Os dados para o Executivo mostram uma tendência semelhante, também com pico em 1988, seguido de declínio constante até 2008, chegando a 2016 com cerca de 34% dos prefeitos eleitos. Grande parte deste impulso se deu ao PSD, que conquistou sozinho quase 10% das prefeituras.

No geral, as eleições municipais no estado mostram que os partidos conservadores vêm perdendo espaço ao longo dos anos, fruto das alterações nos padrões de votação e na dinâmica política-eleitoral do estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Um dos objetivos desta dissertação é compreender este processo.

Poucos trabalhos têm se concentrado na apreensão da lógica de atuação dos partidos no nível subnacional⁶, o que é ainda mais raro no caso das agremiações conservadoras. A mobilização e estruturação partidárias em torno de questões regionais é um fenômeno já pontuado pela teoria. Panebianco (2005) argumenta que em países federativos há uma maior

⁵ Vale lembrar que seis municípios não tiveram eleições em 1982: a capital e Paulínia, Castilho, São Sebastião, Cubatão e Santos, considerados áreas de segurança nacional.

⁶ Para o caso paulista, há trabalhos como o de Bizzarro Neto (2013), sobre o PMDB, Assumpção (2008), sobre o PSDB e Manfré (2014), sobre a ARENA. Um estudo mais amplo, englobando diversos partidos do espectro ideológico, pode ser visto em Meneguello e Bizzarro Neto (2012).

tendência a se produzirem agremiações descentralizadas, o que por sua vez faz com que apresentem pautas e estratégias distintas, de acordo com os contextos em que se inserem. Para o caso brasileiro, este tipo de estruturação partidária também é observado. As organizações nos níveis estaduais possuem força considerável, trazendo lógicas distintas para as competições entre os estados (Dantas, 2007). Nesse sentido, o estudo do desempenho e organização dos partidos políticos no nível subnacional possibilita maiores esclarecimentos acerca de suas estratégias de funcionamento, que são específicas e atreladas às conjunturas em que se inserem. O entendimento acerca da política brasileira passa, em grande medida, por levar em consideração as características regionais (Hagopian, 1996).

Além da dimensão regional, o cenário político-eleitoral também é central. Ainda que os partidos conservadores tenham passado por diversas mudanças ao longo das últimas décadas, trata-se de atores políticos que conseguem desempenhar um papel central na democracia atual, seja na formação e composição de governos (Meneguello, 1998; Sandes-Freitas, 2015), ou na própria arena eleitoral (Souza, 1992; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Power, 2000; Codato, Bolognesi e Roeder, 2015). Nesse sentido, explicar seus desempenhos político-eleitorais nos permite entender não apenas as dinâmicas de competições políticas, mas também o próprio funcionamento do sistema partidário recente.

O recorte temporal do projeto (1982-2016) se justifica pela necessidade de apreender o desempenho eleitoral dos partidos conservadores desde o retorno ao pluripartidarismo, quando essas agremiações surgiram e obtinham significativo sucesso eleitoral nos municípios, conforme mostraram os dados, até o último pleito. Neste período de mais de 30 anos, mudanças importantes nos processos socioeconômicos e políticos ocorreram, alterando o perfil do eleitorado e a dinâmica política no estado. Assim, analisar as três décadas do quadro político paulista permitirá articular essas transformações à atuação dos partidos conservadores. Além disso, o trabalho contribui para a atualização do debate em torno dos partidos à direita no Brasil, uma vez que boa parte da literatura sobre o tema é dos anos 1980 e 1990 (Pierucci, 1987; Souza, 1992; Kinzo, 1993; Figueiredo e Jorge, 1997; Power, 2000; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000).

CAPÍTULO 1: Conservadorismo e o espectro ideológico da direita partidária

Ao contrário do que geralmente se pensa, em uma interpretação superficial acerca de seu conceito, o conservadorismo, nas últimas décadas, vem se mostrando adepto de transformações no interior do capitalismo. Opõe-se a uma visão estática de mundo (Romano, 1994; Gibson, 1996; Fretel, 2011) – típica do chamado “velho conservadorismo” (Giddens, 1995), onde a continuidade da ordem é assegurada por comunidades morais como Igreja, família e Estado.

Para esta corrente de pensamento, originada no Antigo Regime, as obrigações são sempre anteriores aos direitos e criadas por Deus. De maneira sucinta, o que esse “velho conservadorismo” defende é a hierarquia, a aristocracia, a primazia da coletividade/do Estado sobre o indivíduo, e a importância do sagrado. Em autores como Edmund Burke, a visão conservadora não é retrógrada – a tradição nunca é estática, mas precisa estar equilibrada pela correção ou pela reforma. O olhar pra frente deve se basear no olhar para trás. A inovação, então, não ignora a sabedoria dos ancestrais e das instituições que passaram no teste do tempo. O indivíduo não deve se sobrepôr ao coletivo, visto que esse representa uma interminável cadeia de gerações – os direitos, então, devem frisar o coletivo. A tomada de decisão baseada no voto individual é perigosa – logo, estes conservadores se opõem à democracia. Como sintetiza Mannheim (1981), este tipo de conservadorismo reage negativamente à modernidade burguesa e liberal, uma vez que sua base social é aristocrática.

Romano (1994, p. 26) desenvolve argumento semelhante, identificando que para autores clássicos do pensamento conservador⁷, a soberania popular representa “o grande perigo e o grande vício do liberalismo e das Luzes democráticas”. O modelo ideal de governo e de sociedade, além de uma base social moralista e religiosa, deve ser autoritário – uma vez que, para essas correntes do conservadorismo, o povo não é soberano e precisa ser controlado de maneira tirânica e absoluta. Os “bons governos” são, assim, aqueles que próximos às monarquias e às ditaduras.

Nesse sentido, o conservadorismo corresponde a uma corrente particular de pensamento. Atualmente, nas democracias ocidentais, o “velho conservadorismo” cedeu espaço a ideais conservadores que enxergam nas transformações e nas propostas por mudanças (econômicas, políticas e sociais) as estratégias discursivas necessárias para suas

⁷ Dentre eles, Thomas Hobbes, Donoso Cortés e Joseph De Maistre (cf. Romano, 1994). Para um debate mais aprofundado acerca de pensadores conservadores clássicos, ver Romano (1981) e Giddens (1995).

sobrevivências no mundo contemporâneo. Adaptando-se, então, às regras do jogo democrático, os conservadores aderiram aos partidos políticos.

Em termos relacionais, os partidos conservadores se situam à direita de seus pares, no interior do espectro ideológico (Fretel, 2011; Middlebrook, 2000; Bobbio, 1995), e adquirem conotações variadas dentre os mais diversos contextos políticos, assim como as demais agremiações (Altman *et. al.*, 2009). Como já se sabe, a chave de leitura a partir do *continuum* direita-esquerda teve suas origens na Revolução Francesa⁸ e adquiriu significados fortes, positivos e negativos, a partir do século XIX. Esquerda e direita se converteram, então, em marcas de identidade (Bobbio, 1995; Singer, 2002; Cruz, 2015) e passaram a funcionar como atalhos cognitivos que ajudam a estruturar o mundo político (Wiesehomeier e Doyle, 2012). Postos em perspectiva comparada, esses eixos devem ser compreendidos sempre em caráter relacional; ou seja, antes de tudo, precisam ser contextualizados (Franzmann, 2010). De acordo com Bobbio (1995), na contemporaneidade, o que tem caracterizado – e distinguido – a esquerda é a defesa do igualitarismo, ao qual a direita não apenas se opõe como combate. A luta pela igualdade social, para o autor, remonta à própria história das esquerdas contra o “inimigo comum” que é a propriedade privada – o maior obstáculo à igualdade, de fato, entre os homens.

Ao longo do século XX, o conflito entre esquerda e direita se acentua, ganhando contornos mais definidos e extremos. Seu ápice veio não apenas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em si – nas disputas ideológicas entre o Nazi-fascismo e o Comunismo – mas também nos desdobramentos da mesma, com a Guerra Fria (1945-1989). A polarização crescente, que adquiriu nomenclaturas diversas⁹, repercutiu tanto nas relações econômicas quanto políticas entre os países, e no interior de cada um deles. O caso latino-americano se tornou bastante elucidativo deste processo.

I) A direita na América Latina: passado e presente

Desde o início dos processos de transição democrática, em fins dos anos 1970, a América Latina enfrentou cenários distintos entre seus países, revelando a heterogeneidade político-partidária que predomina no continente. Alcántara e Freidenberg (2002) e Luna e

⁸ Para maiores informações acerca do surgimento da díade, confira Cruz (2015), Giddens (1996) e Bobbio (1995).

⁹ Como, por exemplo: União Soviética x Estados Unidos; Socialismo/Comunismo x Capitalismo; Democracia x Autoritarismo, etc.

Zechmeister (2005) apontam que os sistemas partidários latino-americanos apresentam configurações bastante diversas. Elas vão desde casos com tradições partidárias sólidas (Argentina, Chile e Uruguai), passando por países que abrigam sistemas que mantinham tradições dos períodos democráticos anteriores combinados a novos partidos emergentes nas transições (Brasil e Bolívia), até sistemas com partidos historicamente debilitados e sem um marco mínimo de organização e continuidade no tempo (El Salvador, Peru, Venezuela e Guatemala).

Diante de um quadro complexo e diverso, os partidos latino-americanos sofreram profundas transformações ao longo dos anos 1980 e 1990 – período em que se articulavam as novas leis e ações democráticas com memórias e resquícios do autoritarismo anterior (Smith e Ziegler, 2009). Dessa relação, surgiram clivagens importantes para a configuração do sistema político nesses países, levando inclusive a níveis de cristalização programática diferentes entre eles¹⁰ (Luna e Zechmeister, 2005). De acordo com Alcántara e Freidenberg, as transformações a que foram submetidos os partidos nos anos subsequentes ao término de seus regimes autoritários se deram tanto por fatores endógenos quanto exógenos:

Os elementos endógenos centraram-se em questões tradicionais como as relativas a lideranças mais ou menos caudilhescas, a enfrentamentos entre os Poderes do Estado, ao impacto da corrupção. Por seu lado, o fator exógeno por excelência foi a derrocada do socialismo real e a perda de um referente sólido ideológico e prático para grandes setores da esquerda latino-americana. Entre as questões de caráter político-institucional que tinham a ver com as modificações registradas no universo partidário, se encontravam as mudanças realizadas nos próprios textos constitucionais, as leis partidárias e as leis eleitorais. Nenhum país latino-americano deixou de fazer essas modificações, com maior ou menor profundidade, durante esse período. Finalmente, as questões de outra índole não estritamente políticas também estiveram na origem das mudanças acontecidas, fosse como consequência da crise econômica que assolou a região durante a década de 1980 e que enterrou definitivamente o modelo de substituição de importações e a centralidade do Estado vigentes quase durante meio século, fosse como resultado da aparição de valores pós-materialistas e das mudanças registradas nas sociedades (Alcántara e Freidenberg, 2002, pp. 143).

Estes processos, como demonstram os autores, afetaram tanto o formato numérico dos sistemas de partidos – levando o continente a tender ao multipartidarismo¹¹ – quanto a relação do eleitorado com as agremiações, resultando em elevada rejeição à classe política e aos

¹⁰ Este tópico será retomado mais à frente, ao tratarmos das separações entre esquerda e direita.

¹¹ De acordo com Albala e Parra (2010), a tendência ao bipartidarismo começa a desaparecer, na América Latina, no início dos anos 1990.

partidos em geral. Esta última constatação é compartilhada e atualizada por Albala e Vieira (2014). No entanto, há outra variável explicativa resultante dessas transformações endógenas e exógenas que incide diretamente sobre a discussão que se propõe este trabalho: trata-se da polarização ideológica. No contexto latino-americano, a separação entre direita e esquerda auxilia na previsão das filiações partidárias, bem como ajuda a orientar as atitudes política dos cidadãos e das classes políticas (Alcántara, 2004b; Wiesehomeier e Doyle, 2012).

A divisão ideológica na América Latina é guiada, em grande medida, pelas pautas vigorantes na Europa e nos Estados Unidos (Cueva, 1989; Cruz, 2015). Um exemplo disso é a clássica separação entre esquerda e direita a partir da dicotomia Estado *versus* mercado. Desde o início do século XX, fenômenos como o Nazi-fascismo, o Comunismo e o Liberalismo são elementos que influenciaram fortemente os debates e as atitudes políticas no continente, resultando tanto em partidos políticos quanto em movimentos sociais orientados a partir de seus eixos.

Cruz (2015) afirma que a posição em relação aos Estados Unidos foi uma importante maneira de balizar esquerda e direita na América Latina, durante a segunda metade do século XX, no contexto da Guerra Fria. De acordo com o autor, a influência dos Estados Unidos, no campo ideológico, foi muito maior sobre o centro liberal e a direita, culminando em um posicionamento favorável à intervenção estrangeira e ao apoio das grandes potências no desenvolvimento econômico do continente. Tal posicionamento se cristalizou na adoção de políticas neoliberais, cuja onda chegou ao continente a partir do final dos anos 1980, em países como Peru, México, Brasil e Argentina (Anderson, 1995).

O discurso neoliberal promovido pelas elites econômicas rapidamente se incorporou às camadas médias através, por exemplo, do discurso populista de direita. De acordo com Derks (2006, p. 177), este populismo pode ser caracterizado como um clamor pela igualdade, mas que não articula este igualitarismo a políticas de redistribuição, nos moldes da esquerda – pelo contrário, critica-se abertamente o *welfare state*. Trata-se de um conceito restrito de igualdade, que cabe apenas ao seu próprio povo – notam-se, pois, conotações nacionalistas e xenofóbicas neste modelo de populismo.

Para os neoliberais, o empreendimento capitalista é o centro do que há melhor na sociedade e na civilização moderna: “um sistema de mercado competitivo não só maximiza a eficiência econômica; ele é o principal fiador da liberdade individual e da solidariedade social” (Giddens, 1995, p. 44). Este tipo de discurso balizou as políticas dos governos Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, e Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos. Ambos foram responsáveis por disseminar as perspectivas neoliberais para os demais

países, sobretudo aqueles de economia subdesenvolvida¹². Devido à força que esta direita política conquistou, esse período foi nomeado de “era do conservadorismo” (Hirschman, 1992). Ao contrário do velho conservadorismo, há na visão neoliberal uma exaltação do individualismo econômico, sendo inclusive a chave para o sucesso da democracia, no contexto de um Estado mínimo.

Para os neoliberais, a sociedade possui uma coordenação espontânea e involuntária, e os mercados com bom funcionamento são o principal exemplo disso. Dessa teoria da ordem espontânea, deriva o papel restrito dado aos governos. Na perspectiva neoliberal, a relação entre democracia e mercados é que estes criam as condições básicas das liberdades individuais, e não o Estado. O socialismo, nesse sentido, não seria democrático, na medida em que coloca os governos acima dos indivíduos. O capitalismo, para o neoliberalismo, não incentiva o egoísmo – pelo contrário, é fonte de força moral porque exclui a parcialidade e o preconceito social. A posse de propriedades deve ser incentivada, justamente como um meio de garantir a participação no sistema de mercado. A hierarquia existe sim, mas não está baseada em uma herança natural e privilégios. A ascensão na escala social deve estar aberta a todos que tenham vontade e determinação para competir dentro dos sistemas de mercados.

O Estado mínimo tem de ser um Estado forte, “a fim de fazer cumprir as leis das quais depende a competição, proteger contra os inimigos externos e fomentar sentimentos de nacionalismo que sejam integradores” (Giddens, 1995, p. 47). A família, assim como o Estado, deve ser forte, para não sucumbir diante das evidências de decadência moral que pairam na sociedade. Além de este declínio estar associado a causas como o feminismo, os movimentos de libertação sexual dos anos 1960, a homossexualidade etc., a desintegração da família está associada também ao crescimento do *welfare state*. As pessoas vão se acostumando a esperar do Estado formas de sustento que eram supridas, até então, pelos grupos familiares.

O que se evidenciou, a partir de então, foi a perda de espaço das forças progressistas: sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda, cuja fragmentação se acentuou nos anos 1980 (Kitschelt, 1990). Sintetizam-se, nessas atitudes e pensamentos conservadores, as ideias de “reintegração da nação”, o fortalecimento da “unidade nacional” e o impedimento de que ideais subversivos, comunistas e igualitaristas tomem conta da política dos países e, assim, impeçam o progresso – tanto econômico quanto moral.

¹² Para uma breve explicação em torno dos movimentos que deram origem ao Neoliberalismo nos Estados Unidos e as suas influências sobre o Brasil, ver Cruz (2015). Um panorama mais global é apresentado em Cueva (1989).

Além dessa oposição Estado-mercado, há pelo menos outras duas dimensões que são oriundas de processos que, ainda que tenham sofrido influências externas ao continente, adquiririam contornos específicos no debate político latino-americano. Por um lado, tem-se a dimensão do conservadorismo (moral, religioso e nacionalista) *versus* liberalismo/pluralismo. Como argumenta Alves (2000), a constituição da direita política no mundo contemporâneo tem se dado pela articulação dessa face do conservadorismo social¹³ com a defesa do programa neoliberal. Por outro lado, as formações dos campos ideológicos se dão, também, por meio da separação que leva em consideração as preferências de regime (democracia *versus* autoritarismo)¹⁴. De fato, como apontam Alcántara e Valduvico (2008), a direita latino-americana é bastante diversificada.

Segundo Middlebrook (2000), o conflito entre Igreja e Estado foi um fator central para a formação dos partidos conservadores na América Latina, desde o século XIX. Através deste conflito, foi possível obter fontes poderosas para as divisões intra-elites, bem como conformar bases amplas para a mobilização e a competição política. Por meio de questões religiosas e de cunho moralizante, as elites dos partidos conservadores conseguiram um apelo multiclassista. Outra base importante para a organização política nos países latino-americanos foram as divisões geográficas entre as regiões, assim como as separações entre as elites, resultando em formas de governo mais ou menos centralizadas¹⁵ (Middlebrook, 2000).

Para Codato, Bolognesi e Roeder (2015), estes grupos ligados ao conservadorismo religioso e moralizante - e muito mais favorável a medidas autoritárias - ganharam força nos anos 1960, como reação aos movimentos reformistas populares que surgiram nesta década. Segundo Cruz (2015), as origens desses setores sociais remontam à primeira metade do século XX, no contexto de ascensão do fascismo italiano e do catolicismo reacionário. Tornaram-se, posteriormente, fontes importantes de apoio tanto para os partidos de direita – sobretudo os de matriz cristã (Pierucci, 1987) – quanto para movimentos autoritários. É conhecido, por

¹³ Nas palavras da autora: “a revitalização da direita não se manifesta apenas pelo êxito do programa neoliberal em diversas partes do mundo. Uma onda de conservadorismo social constitui a outra faceta da nova direita no mundo contemporâneo. Parece haver um paralelo entre a ofensiva neoliberal e uma simétrica barbarização da vida societária, com os problemas do desemprego, da exclusão social, das várias formas de preconceito (racial, cultural, sexual, religioso etc.) e da escalada da violência em grande parte do mundo capitalista. As soluções conservadoras são as que mais se beneficiam nesse cenário” (Alves, 2000, p. 188).

¹⁴ A reflexão, aqui, se baseia nas três “dimensões ideológicas latentes” propostas por Altman *et. al.* (2009) para uma classificação dos partidos políticos na América Latina: estatismo; conservadorismo e atitudes em relação ao regime democrático.

¹⁵ Como veremos mais adiante, os partidos de direita brasileiros se originam muito mais dessas bases do que pela clivagem Estado-Igreja, que não conseguiu estruturar nenhum grande partido no país.

exemplo, o suporte dos conservadores cristãos e da Igreja aos golpes militares em diversos países, nos anos 1960 e 1970.

Durante estes anos, e com o apoio deste conservadorismo de cunho moral e social, as ditaduras militares latino-americanas ganharam fôlego. Basearam-se em partidos políticos e movimentos que, por diferentes modos, conseguiram agregar vertentes das elites e das camadas populares em torno de um projeto de modernização conservadora, ancorado por regimes autoritários, estatistas e repressivos à direita. Como é amplamente apontada pela literatura, a clivagem democracia-autoritarismo acabou sendo um dos principais eixos de divisão entre direita e esquerda na América Latina, durante as décadas de transição democrática (1970-1980) (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Middlebrook, 2000; Roberts, 2012; Luna e Kaltwasser, 2014). As chamadas “democracias iliberais”, que combinam eleições livres e justas com limitações sistemáticas aos direitos dos cidadãos, tornaram-se a maioria entre os países do continente (Smith e Ziegler, 2009). O autoritarismo, portanto, continuou presente na dinâmica política democrática latino-americana e capitaneado pelos partidos de direita - ainda que estes, recorrentemente, neguem este passado de vínculo com as ditaduras militares (Madeira e Tarouco, 2010).

É sob a mobilização desses diferentes discursos (neoliberal, moralizante e autoritário), e sobretudo a partir dos anos 1980, que os partidos e setores conservadores tem se apresentado ao eleitorado no jogo democrático. Em países com democracias recentes, como é o caso dos latino-americanos, o movimento observado nas últimas décadas é o de reconciliação das agendas da direita civil com os militares, no sentido tanto de retorno quanto de suporte às regras democráticas (Gibson, 1996; Smith e Ziegler, 2009). Como aponta Middlebrook (2000), a presença de partidos conservadores nas transições democráticas latino-americanas não só facilitaram o processo como puderam contribuir para a consolidação do regime subsequente:

onde estes partidos possuem bases organizacionais bem desenvolvidas e podem articular recursos ideológicos ou programáticos que mobilizem substancialmente o apoio do eleitorado, grupos empresariais, proprietários de terras e as elites conservadoras religiosas e militares, eles tem potencial para avançar suas preferências políticas por meios eleitorais¹⁶ (Middlebrook, 2000, p. 2, tradução minha).

¹⁶ No original: “Where these parties have well-developed organizational bases and can articulate and ideological or programmatic appeal that mobilizes substantial electoral support, business groups, landowners, and conservative religious and military elites have the potential to advance their policy preferences through electoral means”.

Nesse sentido, os partidos conservadores são responsáveis por canalizar, através de canais democráticos, as demandas de setores sociais e políticos até então diretamente vinculados aos regimes autoritários. Ao representarem suas pautas na arena eleitoral, esses partidos indicam uma postura favorável à competição político-institucional com as demais agremiações, inclusive as de esquerda. No limite, o que está sendo afirmada é a própria legitimidade do regime, que é central para a sua consolidação (Linz, 1978). Ou seja, os partidos e segmentos de direita desempenham um papel importante na legitimação das democracias.

Power (2000), destacando este papel legitimador, atribui também outros pontos fundamentais que justificam os estudos sobre a direita partidária em regimes democráticos. O autor pontua, primeiramente, que a direita é um setor social como qualquer outro e, portanto, deve ser incluído nos processos de tomadas de decisão e participação – é importante, pois, saber o que pensa e o que demanda. Especificando esta questão da representatividade, Middlebrook (2000) atribui aos partidos conservadores o papel central de potencial base representativa para os interesses políticos de longo prazo das elites, no interior de um regime democrático. Isso evitaria a busca por alternativas autoritárias, em se tratando de acesso ao Estado e suas políticas.

Um segundo argumento trazido por Power (2000) e que embasa nossa visão acerca da direita é o de que ela ocupa postos e setores centrais não só na dinâmica econômica como também em seu planejamento. Isso é reforçado para os casos latino-americanos, inclusive o brasileiro, devido à trajetória de interdependência entre Estado e elites econômicas. Justamente por conta dessa simbiose, um terceiro fator observado por Power (2000) acerca da direita é a sua capacidade de colocar pautas na agenda nacional. O exemplo mais emblemático nesse sentido ocorreu nos anos 1990, com o predomínio da pauta neoliberal. Por fim, como afirmam O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986), as transições são mais bem-sucedidas quando a direita vence a primeira eleição livre. Assim, o estudo das organizações políticas de direita se torna central para a compreensão do arranjo democrático implementado¹⁷, sendo possível observar em que medida este segmento social tem tido capacidade de se projetar (ou não) enquanto um ator relevante dentro do sistema político, atendendo as demandas do eleitorado e se fazendo representar.

Em se tratando de América Latina, Wiesehomeier e Doyle (2012) demonstram que o eleitorado tem conseguido minimamente adotar posicionamentos coerentes, dentro de uma

¹⁷ Ou como defende Power (2000), onde a direita não é de fato incorporada ao sistema democrático, há maiores chances de acontecerem intervenções militares.

escala esquerda-direita. Os principais eixos capazes de orientá-los nesse sentido são a oposição Estado-mercado e o posicionamento perante a ideia de igualdade social. Como afirmam Luna e Kaltwasser (2014), a clivagem esquerda-direita no continente é, essencialmente, um conflito ideológico centrado nas políticas de desigualdade e redistribuição. No caso do eleitorado mais conservador, suas posições adotam, por vezes, soluções autoritárias como forma de superar conflitos políticos e manter certos níveis de desigualdade – além de um apelo à dimensão religiosa e moralista.

Analisando em perspectiva longitudinal, é possível identificar três momentos centrais na trajetória dos partidos conservadores latino-americanos pós-transições¹⁸. Primeiramente, durante os processos de abertura política em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, esses partidos procuraram se desvencilhar do passado ligado aos regimes autoritários, que muitas de suas lideranças apoiavam. Tratou-se de um período de reacomodação político-partidária, onde partidos e políticos procuraram se reorganizar de acordo com as novas regras do jogo e os novos padrões de competição eleitoral – sofreram, então, profundas transformações (Alcántara e Freidenberg, 2002). A segunda fase, a partir de fins dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, marca o auge do sucesso eleitoral dos partidos à direita, na esteira das políticas neoliberais e da legitimidade que o discurso político-econômico do Estado mínimo ganhava em todo o Ocidente. A América Latina adentrou, portanto, na chamada “era do conservadorismo” (Cueva, 1989; Hirschmann, 1992).

A partir da virada do século, com eleições sendo realizadas periodicamente, observou-se um processo de institucionalização quase generalizado entre os partidos latino-americanos, configurando uma tendência geral à certa estabilidade na configuração de seus sistemas partidários¹⁹ (Alcántara e Freidenberg, 2002; Albala e Vieira, 2014). Esses fatores, de acordo com Luna e Kaltwasser (2014), favorecem o desempenho das esquerdas na arena eleitoral, na medida em que permitiram a elas que articulassem melhor suas forças e estreitassem os laços com o eleitorado, demandando mudanças econômicas e se opondo às teses da modernização conservadora vigentes.

¹⁸ A análise feita aqui leva em consideração as divisões *a grosso modo*. Não deixamos de reconhecer, contudo, que em alguns países, os processos de abertura do regime, o retorno ao multipartidarismo e a disputa esquerda-direita obedeceram a padrões específicos – como é o caso do Chile, do México, da Colômbia, do Paraguai e de El Salvador, por exemplo. Para maiores informações acerca destes casos específicos, ver Roberts (2012), Luna e Kaltwasser (2014) e Oliveira e Benetti (2014).

¹⁹ A discussão em torno do grau de institucionalização e estabilização dos partidos da América Latina é muito vasta e polêmica, ocupando uma parte importante dos debates na literatura, principalmente a partir dos anos 1990. Para aprofundar no tema, confira, dentre outros Alcántara (2004a; 2004b), Ames (2003), Mainwaring e Torcal (2005), Mainwaring e Scully (1996).

As eleições de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, iniciam a terceira fase da dinâmica político-partidária, que é justamente a de ascensão das esquerdas e declínio da direita (Roberts, 2012), que ficou conhecida como a “maré rosada” dos anos 2000²⁰ (Codato, Bolognesi e Roeder, 2015). Outros países que passaram a ser governados por partidos à esquerda logo na sequência, além da própria Venezuela, foram Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Uruguai (Oliveira e Benetti, 2014). A literatura procurou classificar esses governos de esquerda, colocando casos como Chile, Brasil e Uruguai (democracias mais consolidadas) enquanto “esquerda moderada”; ao passo que Venezuela, Equador, Argentina e Bolívia foram enquadrados como “esquerda populista” ou “radical” (Weyland, 2009; Levitsky e Roberts, 2011).

Dentre os motivos que explicam esse declínio dos partidos conservadores, um primeiro grupo se associa a fatores externos, como a diminuição da hegemonia norte-americana sobre o continente (Panizza, 2009) e, conseqüentemente, sobre os partidos liberais e conservadores, que perdem uma fonte importante de apoio. No entanto, ganham destaque na literatura as variáveis de ordem estrutural, como o esgotamento e as falhas visíveis das políticas neoliberais; e as crises econômicas e o aumento das desigualdades sociais decorrentes. Luna e Kaltwasser (2014) e Reid (2007) seguem por essa linha argumentativa, atribuindo a crise da direita partidária à exaustão do projeto de modernização conservadora capitaneado pelas elites e pelos políticos conservadores, desde os anos 1980. A reação popular, nesse sentido, veio por meio do apoio a projetos políticos que se opunham à ideia do Estado mínimo e propunham soluções mais inclusivas e de caráter social aos problemas econômicos. As esquerdas foram as responsáveis por liderar esses discursos de redução das desigualdades.

A partir de então, como argumentam Luna e Kaltwasser (2014), as dificuldades eleitorais da direita estão diretamente relacionadas aos níveis de desigualdade socioeconômica que prevalecem na América Latina. Para os autores, tais dificuldades representam uma barreira aos partidos de direita, visto que muitos dos projetos que defendem não procuram soluções profundas para essa questão. Este argumento ganha ainda mais força, quando se leva em conta que o eleitorado latino-americano é sensível à questão da desigualdade e dos papéis que cabem ao Estado na dimensão econômica (Wiesehomeier e Doyle, 2012).

Para além dessas explicações de ordem conjuntural e estrutural, uma outra chave analítica para pensarmos o declínio da direita na América Latina e os seus dilemas é proposta

²⁰ Sobre o crescimento das esquerdas na América Latina, ver: Weyland (2009); Levitsky e Roberts (2011); Panizza (2005) e Lupu (2009).

por Roberts (2012). O eixo, aqui, procura se centrar na dimensão mais propriamente partidária, e a sua relação com os projetos políticos e os interesses que predominam no continente desde os anos 1980. Para o autor, o declínio dos partidos conservadores está diretamente associado aos interesses das elites: esses partidos teriam se apresentado como “dispensáveis” na proteção desses interesses. Como já haviam sugerido Mainwaring, Meneguello e Power (2000), as elites mais conservadoras e neoliberais da América Latina preferem acessar diretamente o Estado e os *policymakers*, ao invés de adentrarem nos partidos políticos e construir organizações mais sólidas.

Roberts (2012) observa que essas elites tem outros recursos - poder econômico, controle das mídias de massa etc – que tornam secundárias as estratégias diretamente partidárias. É muito mais vantajoso e efetivo investir dinheiro em propagandas, canais de televisão, organizações sociais e movimentos, do que em partidos. São através desses outros meios que, para o autor, a direita tem conseguido influenciar diretamente o *policymaking*. Portanto, as elites neoliberais, por muitas vezes, não reivindicaram suas demandas e reformas via partidos conservadores. Como sintetiza o autor,

Indeed, where even historic statist and populist parties could be counted on to adhere to the Washington Consensus, rightist parties were largely dispensable to the process of market liberalization, and elites had little need to invest in party organizations as institutionalized forms of interest representation (Roberts, 2012, pp. 11-12).

Nesse sentido, três fatores de ordem partidária-organizacional (articulados entre si) ajudam a explicar a perda de espaço da direita na América Latina. Por um lado, tem-se o desinteresse das elites em construir intermediários institucionais e representativos fortes, na figura dos partidos - o que contribuiu, por outro lado, para uma maior fragilidade organizacional das agremiações de direita no continente. Por fim, na medida em que o projeto neoliberal foi se mostrando insuficiente na resolução dos problemas socioeconômicos e inclusive contribuindo para a atenuação de algumas disparidades sociais, os partidos conservadores perderam a legitimidade de uma de suas principais bandeiras. O caminho foi aberto, então, para que soluções estatistas e de *welfare* ganhassem força dentro das estratégias programáticas dos partidos de esquerda. A popularidade dessas medidas foi notada até mesmo entre o eleitorado que se identifica mais com o campo da direita (Arnold e Samuels, 2011).

Contudo, este declínio não nos deve pensar que a direita latino-americana está morta. Ainda que não ocupem majoritariamente os cargos da presidência, as direitas ainda são

veículos importantes de atuação no Congresso, nas mídias de massa, nas campanhas eleitorais e nas atividades de *lobby* e pressão na sociedade civil (Luna e Kaltwasser, 2014). Além disso, os partidos representantes da direita adotam pautas distintas entre os países da América Latina, atribuindo pesos diferentes às questões econômicas, ideológicas, culturais e políticas (Alcántara e Valduvico, 2008). Esta afirmação nos leva a olhar para os bloco conservadores com mais detalhamento, tendo em vista a complexidade (e a diversidade) de suas atitudes.

Para uma avaliação da atuação desses grupos partidários, é importante compreendermos, em primeiro lugar, quem ocupa essas agremiações e o que almejam. As observações apontadas por Roberts (2012), conforme descritas acima, consideram que as elites conservadoras não aderem aos partidos políticos. Entretanto, esta visão não é consensual na literatura – o que nos leva a expor um contraponto a este argumento.

Uma abordagem importante trazida pela literatura acerca dos partidos conservadores se refere à sua composição interna, em termos de lideranças e quadros constitutivos. Tal composição se reflete na própria definição que se atribui, na maioria das vezes, aos partidos conservadores (ou de direita). Para Middlebrook (2000), esses partidos são definidos como “aqueles cujos núcleos constitutivos são os estratos sociais e econômicos mais elevados, mas que mobilizam o apoio eleitoral multiclassista em torno de um projeto político comum” (Middlebrook, 2000, p. 3)²¹. Gibson (1996) segue na mesma perspectiva teórica e avança na definição, ao afirmar que as bases de apoio dessas agremiações residem, em sua maioria, para além dos núcleos constitutivos (os chamados *noncore constituencies*).

Neste processo de articulação entre o núcleo constitutivo (*core constituency*) e as bases (*noncore constituencies*), o autor aponta para um desafio na construção de coalizões de massa nos partidos conservadores: harmonizar as tensões entre as classes superiores e o eleitorado mais amplo, cujas pautas podem por vezes se contrapor aos interesses dos dirigentes partidários. Gibson une este desafio da construção de apoio ao fato de que teóricos conservadores tendem a rejeitar a noção de classe como um princípio ideológico, devido ao apelo multiclassista do discurso conservador. Disso, resultariam objetivos “contraditórios” no interior da direita: ao mesmo tempo em que são compostos por setores específicos das classes altas²², os partidos afirmam sua natureza multiclassista, como forma de angariar suporte eleitoral.

²¹ No original: “parties whose core constituencies are upper social and economic strata but that mobilize multiclass electoral support in a common political project”.

²² Não estamos tratando aqui os partidos conservadores como compostos a partir de apenas uma classe social. Reconhece-se, seguindo a perspectiva analítica de Gibson (2000), que a fragmentação das classes superiores pode gerar apoios a partidos conservadores distintos. Para o caso brasileiro, isso será bastante observado, visto

Essas “contradições” observadas entre os partidos conservadores podem ser solucionadas através de diferentes modos de representação das elites. Middlebrook (2000) fornece alguns mecanismos para se pensar representatividade e conservadorismo, na dinâmica eleitoral. O primeiro modelo é o de influência através do clientelismo mediado pelo partido (*influence through party-mediated clientelism*). Isso se dá através de *lobby*, subornos, financiamentos de campanha, obtenção de favores e outros meios de se conseguir influenciar a elaboração de políticas dos governos e as legislações.

O segundo meio de se fazer valer essa representação, e que foi muito forte nos anos 1980 e 1990, é a participação dos partidos conservadores na coalizão de políticas neoliberais (*conservative participation in neoliberal policy coalitions*). Nos países latino-americanos, muitas das reformas e reorientações econômicas foram promovidas pelos partidos de direita. Para Middlebrook, a participação dessas agremiações nas coalizões neoliberais foi importante para a adaptação das elites – sobretudo econômicas – ao jogo democrático, durante a transição dos regimes militares. Além de participarem das pautas políticas, estes grupos foram capazes de mobilizar o apoio eleitoral e, assim, se estabelecerem nas disputas e campanhas.

Por fim, uma terceira via de inclusão das pautas das elites se dá através da hegemonia desses setores na sociedade civil por organizações não-partidárias (*conservative hegemony exercised through nonparty organizations of civil society*). Isso se daria em diferentes frentes, resultando em influências múltiplas. Incluem-se as privatizações diversas: escolas, universidades, hospitais, mídias, empresas etc. Nesse sentido, os canais partidários não seriam os alvos principais das elites, que por conta de seu poder econômico, encontrariam na sociedade civil um terreno mais propício para atenderem seus interesses.

É em torno deste terceiro ponto que residem algumas divergências na literatura, quanto aos espaços de influência (e seus limites) para os partidos conservadores (Roberts, 2012). No caso brasileiro, será observado que a ideia das elites dominando os canais partidários e votando sempre nessas agremiações não se sustenta fortemente (Mainwaring, Meneguello e Power 2000), o que nos leva a se aproximar mais da perspectiva de Roberts (2012) do que de Gibson (1996) ou Middlebrook (2000).

que desde as reformas político-administrativas da Era Vargas, as elites brasileiras – principalmente aquelas ligadas diretamente ao aparelho estatal – são heterogêneas (Kaysel, 2015).

II) Partidos e políticos à direita no Brasil: especificidades e trajetórias

Ao transpormos, para o caso brasileiro, essas considerações em torno do papel dos partidos e da representação dos setores tradicionalmente associados à direita, algumas especificidades precisam ser pontuadas. Uma primeira observação diz respeito ao que Middlebrook (2000) e Gibson (1996) chamam de núcleo constitutivo dos partidos conservadores, que trariam sua própria definição conceitual. Além de ser um emprego que pouco ajuda na caracterização do que seria, de fato, um partido de direita²³ (Cruz, 2015), para o caso brasileiro, tal definição se torna insuficiente, em se tratando dos partidos conservadores.

Mainwaring, Meneguello e Power (2000) demonstram que os setores mais ricos da população não apoiam, necessariamente, os partidos de direita brasileiros: suas bases populares residem mais no personalismo e no clientelismo, e menos nas posições ideológicas e elitistas. Nesse sentido, os autores identificaram que há duas vertentes do conservadorismo brasileiro contemporâneo: uma popular (clientelista e personalista) e outra elitista (programática), com diferentes partidos da direita representando cada uma das esferas. Assim, a definição desses partidos através dos seus *core constituencies* se mostra exígua para o caso brasileiro, na medida em que consegue contemplar apenas uma vertente do conservadorismo que tem se apresentado no país. Como demonstra Kaysel (2015), a heterogeneidade é uma marca do conservadorismo brasileiro desde o Império (1822-1889).

Outra observação importante para o Brasil reside na dinâmica eleitoral-partidária em si. A constituição e o funcionamento dos partidos conservadores no Brasil guardam diversos aspectos, desde a experiência democrática do período 1946-1964, que incidem diretamente sobre o multipartidarismo e o lugar da direita no pós-1985. O protagonismo que o Estado passou a assumir sobre a formação e a atuação partidos a partir de 1930 (Souza, 1976), associado às experiências autoritárias (1937-1945 e 1964-1985) e aos traços conservadores e autoritários de nossa cultura²⁴ (Ianni, 1989), foram moldando a maneira de se compreender o que são e que bandeiras carregam os partidos conservadores brasileiros. Esta noção foi se

²³ Esclarecendo este argumento, Cruz (2015, p. 19) afirma que “a correlação entre orientação política e composição social é importante porque nos dá elementos preciosos para entender os posicionamentos desses partidos, mas ao tomá-la como critério de definição do que seja um partido de direita ou de esquerda enredamos em uma operação tautológica”.

²⁴ Segundo Cândido (1990), o conservadorismo é o “maciço central” que dominaria nossa vida intelectual. Para Ianni (1989), isso se manifestaria, por exemplo, na transformação das questões sociais em questão de polícia – um traço do profundo autoritarismo da sociedade brasileira. Uma revisão abrangente sobre a genealogia das direitas brasileiras é feita em Kaysel (2015).

alterando ao longo do século XX, devido às mudanças políticas, econômicas e sociais dos períodos históricos pelos quais o país atravessou. Foi também, durante este último século, que os conflitos entre direita e esquerda se acentuaram em todo o mundo²⁵ (Cruz, 2015).

A história brasileira dos dois últimos séculos foi marcada por traços de continuidade das práticas e dos atores políticos ao longo dos processos de ruptura institucional (Hagopian, 1996; Power, 2000), incluindo aí o autoritarismo, golpismo ou anti-democracia. Como pontua Ianni (1989), muito desta longa vigência do sentimento anti-democrático se deve à frequente união das forças das burguesias nacional e estrangeira, associando-se às altas hierarquias das forças armadas e da Igreja Católica, bem como setores de classe média e intelectuais²⁶. Trata-se de um arranjo que, segundo o autor, reaparece em momentos de crise do monopólio do poder estatal.

Ao longo destes processos de ruptura institucional e de manutenção de atitudes políticas, foram preservadas, também, algumas características dos partidos conservadores brasileiros. De acordo com Mainwaring, Meneguello e Power (2000), a ênfase na política estadual e local, a menor disciplina partidária (quando comparados com os partidos de esquerda), o baixo nível de fidelidade partidária e a dependência do clientelismo seriam os principais elementos definidores das agremiações de direita no país. Em termos de bases partidárias, essas características ficariam mais evidentes nos menores municípios e, dentre estes, aqueles que apresentam baixo IDH (Avelar e Walter, 2008; Montero, 2011).

São dessas localidades que, tradicionalmente, os partidos de direita extraem a maior quantidade de apoio político do eleitorado (Power, 1996). Baseando-se na premissa de Scott (1969), de que a mistura de pobreza com dependência material de laços clientelísticos pode sustentar chefes políticos no poder, Montero (2011) argumenta que são nos chamados “grotões” do Brasil (Norte e Nordeste) que os partidos de direita se saem melhor – justamente por serem compostos por chefes políticos sustentados por essas práticas. Além dessa, outra premissa central no argumento do autor é o de que a primazia dos conservadores se dá no nível subnacional. Nessas localidades, eles foram capazes de estabelecer modelos de continuísmo e uma forte tendência ao governismo – ou seja, a consolidação das máquinas

²⁵ Para os casos latino-americanos, alguns eventos históricos foram especialmente importantes para definir os campos da direita e da esquerda. Como principais exemplos, podemos citar os desdobramentos da Revolução Mexicana (1910) e o posicionamento político-econômico no campo internacional em relação aos Estados Unidos, com o advento do Neoliberalismo (Cruz, 2015). Além destes fatos, não se pode deixar de mencionar a Revolução Cubana (1959) e as ditaduras militares dos anos 1960 e 1970.

²⁶ Há que se destacar também, na atual conjuntura política nacional, o peso que vem adquirindo as altas hierarquias da burocracia federal – em especial o Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Público.

políticas locais das elites conservadores está diretamente associada as suas capacidades de acessarem recursos estatais.

Levando em consideração essas características, uma definição possível para a direita brasileira seria aquela que adota uma “prática conservadora que tem como seu núcleo central a dominância de áreas de interesse subnacional e o uso dessas bases para sustentar a influência dos conservadores na política nacional²⁷” (Montero, 2011, p. 6, tradução minha). Este processo de conexão político-eleitoral inclui os partidos, mas não é necessariamente dirigido por eles – seja por conta da vinculação personalista das elites (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000) ou pela identificação direta que elas fazem com suas bases regionais, sem intermédio partidário (Power, 2000).

Por conta da dependência do aparato estatal para as suas sobrevivências, os partidos de direita tendem a se enfraquecer quando não controlam o Estado. As baixas taxas de fidelidade de seus quadros (Melo, 2004), somadas à pouca identificação do eleitorado com essas legendas (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000), fazem com que as organizações partidárias de direita necessitem amplamente dos recursos estatais para se perpetuarem. Os trabalhos de Borges (2010) e Ribeiro (2014) evidenciam este argumento, ao demonstrarem que fora do governo, partidos como o PFL/DEM quase desapareceram – tendo como comparação o período em que dominavam governos estaduais²⁸ e eram o principal aliado do PSDB no plano nacional (1995-2002).

Entretanto, as bases sociais da direita não se concentram apenas nas regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente e nos menores municípios. Codato, Bolognesi e Roeder (2015) demonstram que, por um lado, a chamada “direita tradicional” (PFL/DEM, PP, PL/PR e PTB) não está necessariamente presente apenas nas regiões Norte e Nordeste. Por outro lado, evidenciam que há setores da direita que tem crescido nos grandes centros urbanos, principalmente na região Sudeste – atraindo, em especial, lideranças de cunho personalista, como religiosos e apresentadores de televisão. Essa direita mais “urbana” e moralista tem sido denominada de “nova direita” (Pierucci, 1987; Oliveira e Benetti, 2014; Codato, Bolognesi e Roeder, 2015). Não há na literatura, ainda, um consenso sobre o que seria essa nova direita e qual exatamente o seu tamanho, em termos eleitorais. Para o caso brasileiro pós-transição democrática, Souza (1992) foi uma das primeiras autoras a propor e a definir esta expressão,

²⁷ No original: “conservative rule that has as its core the dominance of subnational bailiwicks and the use of these bases to sustain the influence of conservatives in national politics”.

²⁸ Montero (2011, p. 20) apresenta um dado interessante: entre 1982 e 2006, 77% dos governadores das regiões Norte e Nordeste pertenciam a algum partido conservador.

como uma maneira de compreender o surgimento das forças conservadoras em um contexto de ascensão do Neoliberalismo e de crítica ao modelo estatista que vigorava desde Vargas²⁹.

Esta nova direita, então, ganha sucesso e legitimidade em suas ideias por conta do esgotamento de um modelo econômico desenvolvimentista que tinha como condutor central o Estado. Soma-se a isso o apoio das potências estrangeiras nesta empreitada neoliberal, como forma de flexibilizar as relações comerciais, abrir os mercados e elevar o grau de dependência financeira do país. De acordo com Souza (1992), três fatores foram importantes para a criação de uma corrente neoliberal organizada no Brasil.

O primeiro deles foi o Plano Cruzado (1986), que causou grande frustração na população e contribuiu para a cristalização de uma tendência antiestatista na sociedade como um todo. O segundo fator foi a Assembleia Constituinte (1987-1988), cujos debates revelaram a erosão de um certo consenso em torno do legado de Vargas e da centralidade do papel do Estado na economia. As elites divergentes, então, aproveitaram o momento de formulação de uma nova Constituição para implantar uma agenda neoliberal e, ao mesmo tempo, denunciar os problemas institucionais do paradigma estatista. Por fim, o Plano Bresser (1987) causou intensa reação da comunidade de negócios, nacional e internacional, que argumentou que os problemas nacionais estavam no setor público, e não no privado. A evidente crise interna do Estado, então, contribuiu para a mudança ideológica na direita.

Tendo em vista esse cenário, três questões emergem como traços distintivos da nova direita, para Souza (1992). Primeiramente, o corte geracional se torna um vetor fundamental, na medida em que os grupos estrategicamente decisivos da nova direita são os jovens tecnocratas, intelectuais, homens de negócios e políticos. O apoio deste setor ao projeto neoliberal é resultado das falhas do modelo econômico e político até então adotado. Ainda nesta chave demográfica, a base socioeconômica da nova direita é a dos “novos ricos” (o que na terminologia dos dias de hoje, chamaríamos de classe média), sobretudo nas capitais do Sudeste e do interior mais rico. O ataque destes grupos se dirige às “ineficiências” da máquina estatal.

A segunda questão que caracteriza a nova direita se refere aos novos caminhos para um projeto de modernização conservadora, que no caso brasileiro, “sempre combinou o conservadorismo político da direita com o progresso econômico gerado e apoiado pelo

²⁹ Algumas considerações importantes em torno do conceito de “nova direita”, em termos mundiais, são feitas por Oliveira e Benetti (2014).

estado³⁰” (Souza, 1992, p. 111). Nos anos 1980, este projeto ganha uma nova coloração, visto que passa a se opor ao tradicionalismo econômico (ou modelo de desenvolvimento centrado no Estado) e a sua “incompetência administrativa”. O darwinismo social entra como eixo importante: valorização da competição (política, econômica), que naturalmente seleciona apenas os “melhores e mais adaptados”; assim, a ideia da “cordialidade” é abolida, gerando casos explícitos de preconceitos contra migrantes nordestinos, por exemplo. Pierucci (1987; 1990) demonstrou empiricamente esses acontecimentos, em São Paulo, com entrevistados que somavam a hostilidade com os migrantes a um discurso moralizante.

Ainda nessa chave da modernização conservadora, o apelo ao anti-comunismo já não é tão mais forte, tendo em vista o contexto de queda do muro de Berlim (1989) e do fim da União Soviética (1991). A rejeição ao comunismo, para a nova direita, se dá pela sua incapacidade de atingir o desenvolvimento econômico. Há, também, o anti-intelectualismo, posto que a prioridade é a prática (o eficiente, o pragmático, o ágil) e não o “teórico”, o abstrato.

Por fim, o terceiro eixo analítico da nova direita proposto por Souza (1992) é o partidário. O Brasil, nesse sentido, reflete uma tendência já observada por Roberts (2012) para a América Latina como um todo: as associações de direita não estão habituadas a integrar partidos políticos. Torna-se, pois, difícil distinguir os membros da velha direita, autoritária e amplamente associada ao regime militar, dessa nova direita – pelo menos em termos partidários. As agremiações relacionadas à nova direita, aponta a autora, até existiam no contexto do final dos anos 1980, como o PL e o PRN. Contudo, a falta de uma estrutura organizacional mais sólida é a característica principal dessa nova direita, enquanto movimento eleitoral³¹. No que tange à mobilização política, esse grupo é muito mais ativo através de associações presentes na sociedade civil, dos *lobbies* e das campanhas publicitárias – em geral, apoiadas pelo capital financeiro, setores empresariais e as grandes corporações midiáticas.

Sintetizando a análise de Souza (1992), pode-se definir a nova direita brasileira a partir de três palavras-chave: juventude, modernização e empreendedorismo. O discurso modernizador deste setor se baseia em quatro pontos básicos: privatização da esfera produtiva e dos serviços públicos; mudanças na administração estatal, atribuindo-lhe eficiência; abertura

³⁰ No original: “the Right always combined its political conservatism with the economic progress generated and supported by the state”.

³¹ Souza (1992, pp. 118-119) faz uma observação, afirmando que mesmo diante dessa “fragilidade organizacional”, a retórica da nova direita encontra apoio em três partidos: PFL, PDS e PMDB. Como é notável, os três estão posicionados mais ao centro e à direita do espectro ideológico.

do país para o mercado externo e modernização política, com a superação do corporativismo. Por meio dessas pautas, a autora argumenta que havia, naquele contexto do início dos anos 1990, sinais de dissociação entre a velha e a nova direita. Seria este último grupo o grande responsável por inserir as propostas conservadoras na agenda política nacional.

Contudo, o que se notou ao longo dos anos 1990 e 2000 foi uma “junção” entre os diversos setores conservadores da política brasileira, ainda que, em termos partidários, estes setores se encontrem bastante fragmentados. As definições de Souza (1992) sobre a nova direita, se aplicadas ao contexto político atual, se encaixariam em partidos como o PSDB, que assumem claramente uma postura voltada ao empreendedorismo e ao individualismo na vida política. No entanto, trabalharemos aqui com o grupo de partidos que se originou no contexto da abertura democrática, por acreditarmos que o vínculo com o regime militar é uma marca bastante singular da direita política no Brasil.

Após a sua ascensão nos governos do PSDB (1995-2002) e o seu refluxo, diante do crescimento das esquerdas a partir dos governos petistas (2003 - 2016), os partidos de direita tem voltado a ganhar força no cenário nacional (Oliveira e Benetti, 2014; Codato, Bolognesi e Roeder, 2015). A diferença fundamental, em termos de pautas políticas, reside principalmente no papel do Estado. Se para a nova direita do início dos anos 1990 o Estado deveria ser mínimo e “ausente”, na atualidade os grupos situados dentro dessa denominação não defendem o afastamento total da política e da economia. Isso se deve, sobretudo, porque estes setores perceberam que “o aparelho governamental se tornou um importante parceiro e catalizador da atividade empresarial, garantindo-lhe uma situação de estabilidade macroeconômica” (Oliveira e Benetti, 2014, p. 10). Tal mudança foi observada durante os governos do PT, onde a parceria dos grupos empresariais com as políticas estatais resultou em crescimento econômico.

Por outro lado, a nova direita procura se desvincular da memória dos regimes autoritários – mais, ainda, do que a direita do início dos anos 1990. Ao mesmo tempo, ela não deixa de reconhecer e aceitar as vantagens políticas das políticas sociais implementadas pelos governos de esquerda. Nesse sentido, os partidos identificados como pertencentes à nova direita³² “não buscam dar melhores condições materiais de vida para os cidadãos, mas sim estabelecer um pacto de igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades não deve

³² Por ora, cabe apontar que, de acordo com a classificação proposta por Codato, Bolognesi e Roeder (2015), esses partidos são, majoritariamente, pequenas legendas como: PEN, PSDC, PSL e PTC, dentre outros. Ganham destaque, por conterem lideranças expressivas (regional ou nacionalmente), agremiações como PRB, PSD e SD. Este debate será retomado mais adiante.

ser traduzida como igualdade plena” (Codato, Bolognesi e Roeder, 2015, p. 121). O discurso social da “igualdade de oportunidades” ganha espaço entre essas elites, mas ainda cercado por ideais conservadores como a moralização, o individualismo, a competição mercadológica, a meritocracia, e a ideia de “eficiência da máquina pública” e do Estado mínimo.

A nova direita dos anos 2000, ainda que dividindo matrizes comuns à chamada velha direita, torna-se uma competidora dos partidos representantes deste segundo grupo. Ambos os grupos defendem, por exemplo, os valores da família tradicional e da não-intervenção estatal na economia (Oliveira e Benetti, 2014; Codato, Bolognesi e Roeder, 2015). Entretanto, a velha direita está diretamente vinculada ao passado com as ditaduras militares e ao autoritarismo, seja pela origem partidária ou pela existência de lideranças que, em alguma medida, colaboraram com o regime. Decorre disso que, ainda que não abertamente, essas lideranças defendem até os dias de hoje pautas como segurança pública armada e repressiva, manutenção da ordem e punição severa aos bandidos, como forma de proteger os chamados “cidadãos de bem”. Além disso, esses partidos e líderes promovem uma defesa mais radical da não intervenção do Estado na economia – ao contrário da nova direita que, como dito acima, aceita algumas políticas sociais como forma de incentivo ao crescimento econômico. Por fim, este grupo é adepto não apenas de valores morais sociais, mas também de uma moral cívica³³, ligada a uma ideia de patriotismo e nação “fortes” – cujo objetivo máximo seria a preservação da unidade e da soberania nacionais.

Como demonstram os trabalhos de Montero (2010; 2011), a direita – e, em especial a “velha direita” - apresenta seus melhores desempenhos em eleições locais, principalmente nos menores municípios. Com o crescimento dos pequenos partidos e das novas legendas a partir de fins dos anos 1990 – e aqui incluindo a “nova direita” -, os partidos conservadores tradicionais enfrentaram desafios de ordem organizacional e contextual. O caso paulista se tornou elucidativo deste processo, por abrigar legendas de diversos matizes ideológicos que estabeleceram novos padrões de competição no estado. Nesse sentido, a partir do lugar que tem sido ocupado nos municípios pelos mais antigos partidos à direita, poderemos compreender e comparar como os setores conservadores – tanto “novos” quanto “velhos” – estão se constituindo em nível local.

³³ As observações deste parágrafo tiveram por base o argumento e a classificação propostos por Codato, Bolognesi e Roeder (2015, pp. 126-127) para tratar da velha direita latino-americana.

CAPÍTULO 2: O contexto de São Paulo e a formação dos partidos políticos no Brasil

Para justificar e apresentar o caso de São Paulo, o capítulo se encontra estruturado em duas partes. Primeiramente, é feito um panorama do contexto socioeconômico e político do estado, procurando demonstrar sob qual terreno a política paulista se estabelece. Na sequência, apresentamos as trajetórias históricas dos cinco partidos conservadores selecionados, comparando suas características em nível nacional e regional.

I) O terreno paulista: contexto socioeconômico e político

São Paulo é o estado mais industrializado e urbanizado, o que o coloca como principal centro econômico e financeiro do país. A tabela 1 oferece uma dimensão desta afirmativa, ao comparar a concentração de estabelecimentos industriais³⁴ e empregos ocupados³⁵ do estado com o país em um todo. Em média, cerca de 32% dos estabelecimentos industriais e 39% dos empregos ocupados estiveram concentrados em São Paulo, ao longo de todo o século XX. Nota-se, pois, que se trata de um estado com peso elevado na estrutura produtiva e de desenvolvimento econômico do Brasil.

Tabela 1. Estabelecimentos industriais e empregos ocupados no Brasil e no estado de São Paulo (1920-2000)

Unidade Territorial	Estab./Emp.	1920	%	1940	%	1960	%	1980	%	2000	%
Brasil	Estabelecimento	13.569	100	49.418	100	110.771	100	226.306	100	139.739	100
Brasil	Emprego	293.673	100	781.185	100	1.799.376	100	5.720.000	100	5.237.373	100
São Paulo	Estabelecimento	4.157	30,63	14.225	28,78	36.339	32,8	74.147	32,76	48.653	34,81
São Paulo	Emprego	85.466	29,1	272.865	34,92	831.339	46,2	2.679.530	46,8	2.022.392	38,61

Fonte: Censos Industriais do IBGE. Retirado de: Bomtempo (2015, p. 113).

O processo de industrialização é tão marcante na região que se espalhou inclusive entre os pequenos municípios do interior, que apresentam um papel industrial importante (Silva, 2015) no conjunto do estado. Em seu território, São Paulo começou a apresentar um

³⁴ Como afirma Bomtempo (2015, p. 112): “consideram-se como estabelecimentos as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, endereços distintos”.

³⁵ Também de acordo com Bomtempo (2015, p. 112), “os empregos ocupados na indústria (vínculos no ano) referem-se aos vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados, numa determinada data, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego”.

intenso processo de reestruturação produtiva e desconcentração industrial a partir dos anos 1970 (Baeninger, 2004; Cano, 2007), resultando em grandes desigualdades socioeconômicas – e também demográficas – entre as regiões (Dedecca *et. al.*, 2010). Um fator que atuou na produção deste quadro é descrito por Moreira e Melazzo (2015), ao afirmarem que:

ocorre uma territorialização seletiva das atividades industriais no estado de São Paulo, ou seja, do ponto de vista das intenções de produção por parte dos capitais concretos, a desconcentração territorial da indústria paulista se caracteriza não por ser uniforme nem aleatória, mas espacialmente seletiva. Na lógica atual de acumulação, sobretudo financeirizada, em que decisões sobre investir dependem, principalmente, das imposições oriundas de centros específicos e muitas vezes externos ao próprio território nacional, o padrão espacial dos investimentos apresenta fortes inércias locais frente à seletiva desconcentração das atividades industriais na dinâmica socioterritorial e diante das atividades econômicas já existentes em diferentes cidades e regiões. Ao mesmo tempo, além das realocações de unidades produtivas, assiste-se à consolidação de um “parque” industrial originado no próprio interior do estado, espalhado e segmentado regional e setorialmente (Moreira e Melazzo, 2015, pp. 460-461).

Nesse sentido, a heterogeneidade socioeconômica produz realidades distintas, tornando o estado um cenário bastante complexo. Os dados da tabela 2 ajudam a ilustrar este ponto, ao observarmos as disparidades entre os perfis socioeconômicos das regiões administrativas, ao longo do tempo³⁶. Há diversos contextos entre as regiões, com taxas relativamente diferentes de analfabetismo, características da população economicamente ativa e urbanização, entre todas elas. Desde os anos 1980, regiões como Santos, São Paulo e Ribeirão Preto tem se mantido como as mais urbanizadas, ao passo que Barretos, Campinas e a região Central vem apresentando grandes avanços na mesma direção. Já regiões como Registro, Presidente Prudente e São José do Rio Preto são as menos urbanizadas, além de apresentarem as maiores taxas de população empregada nas atividades agrícolas.

De modo geral, as regiões do estado vem apresentando uma crescente evolução no setor de serviços, ao passo que a população empregada no setor industrial vem em segundo lugar, acompanhando tendências já identificadas pela literatura (Cano 2007; Dedecca *et. al.*, 2010).

Em relação às transformações econômicas, de acordo com Silva (2015), as regiões mais próximas à capital são as que mais se beneficiam. Inicia-se, pois, um processo de “guerra” entre os municípios pela atração de investimentos, tornando a capital uma espécie de

³⁶ As porcentagens obtidas são as médias dos municípios que compõem cada região administrativa do estado.

“gestora” do interior paulista – alimentado por diferentes lógicas de produção e instalação industrial.

Tabela 2. Perfil socioeconômico das Regiões Administrativas de São Paulo (%) (1980 e 2010)

Região Adm.	1980					2010				
	Pop. Urb.	Taxa Analf. (1991)	PEA Agr.	PEA Ind.	PEA Serv.	Pop. Urb.	Taxa Analf.	PEA Agr.	PEA Ind.	PEA Serv.
Santos	98,23	11,35	4,52	32,28	63,21	99,51	7,37	0,53	7,82	91,64
São Paulo	87,18	12,89	5,93	48,28	43,16	95,63	8,13	2,53	29,52	68,07
Ribeirão Preto	74,84	14,13	44,47	23,54	31,98	90,8	9,78	16,38	28,3	55,33
Barretos	69,84	16,03	51,97	12,88	35,3	91,3	10,7	31,87	18,22	49,91
Campinas	68,99	13,55	32,06	33,9	34,62	86,96	8,74	12,2	34,48	53,32
Central	68,77	15,6	43,12	26,31	30,58	90,88	10,71	20,27	26,38	53,35
Franca	66,83	15,36	51,24	17,64	31,12	88,6	10,53	23,41	26,39	50,2
São José dos Campos	65,79	15,76	30,6	27,5	41,91	78,88	10,11	10,07	18,29	71,64
Bauru	60,05	16,31	51,62	17,55	30,83	85,58	10,89	26,88	26,95	46,86
Araçatuba	59,21	18,27	55,32	15,73	28,95	84,11	12,68	19,68	25,4	55,5
Sorocaba	54,64	16,57	48,2	20,36	31,43	73,31	11,3	20,18	24,17	56,56
Marília	54,12	18,45	59,9	12,3	27,8	84,74	12,34	28,94	20,23	50,83
São José do Rio Preto	53,31	18,36	60,61	12,15	27,24	84,05	13,18	22,04	20,89	57,51
Presidente Prudente	53,27	19,62	58,97	11,76	29,27	81,76	14,06	16,7	18,04	65,6
Registro	49,02	19,84	48,27	16,64	36,09	67,67	12,57	22,49	7,49	71,63

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Censos demográficos de 1980 e 2010. Os dados obtidos para a Taxa de Analfabetismo, na terceira coluna, se referem ao Censo de 1991.

A “interiorização” não é um fenômeno exclusivamente paulista. O processo em São Paulo acompanha a tendência marcante da urbanização em todo o país, na virada do século XX para XXI: a interiorização das aglomerações urbanas, atrelada à interiorização do crescimento econômico (Baeninger, 2004). Segundo Cano (2007), o estado atravessou um processo profundo de mudanças em suas estruturas produtivas, a partir dos anos 1970³⁷. Por conta da crise econômica que atingiu o país após o “milagre econômico”, a tendência era cada vez mais as indústrias migrarem para o interior, especialmente aquelas que não necessitavam de equipamentos muito complexos e específicos, nem tampouco de profissionais altamente

³⁷ Baeninger (2004) observa que houve alterações importantes, também, na ocupação demográfica dos espaços e nos trânsitos populacionais a partir deste período, em direção ao interior. De acordo com a autora, “os principais fluxos migratórios intra-estaduais são desencadeados da Região Metropolitana de São Paulo em direção, principalmente, para os pólos de atração regional no Interior: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, que desempenham papel fundamental no processo de desconcentração relativa da população no Estado” (Baeninger, 2004, p. 9).

qualificados. Regiões como São José dos Campos, Campinas e São Carlos foram as primeiras beneficiárias, já nos anos 1980. Posteriormente, Franca, Bauru e Ribeirão Preto também passaram a abrigar indústrias. Como aponta Baeninger (2004), a partir dos anos 1990 a tendência do fluxo metrópole-interior se consolidou, e a década de 2000 apresentou um *status* de continuidade desta dinâmica de desaceleração do ritmo de crescimento das antigas metrópoles brasileiras – e, em especial, de São Paulo.

Nesse sentido, o que se assiste no estado, desde os anos 1970, é um longo (e intensificado) processo de urbanização e de interiorização do desenvolvimento industrial. Foram constituídos novos polos regionais e áreas metropolitanas emergentes. Novos contornos urbano-industriais foram se desenhando em regiões até então essencialmente agrárias, o que trouxe novas características aos municípios interioranos de São Paulo. Como observa Silva (2015), a associação das cidades pequenas a lugares pacatos e de produção periférica não se sustenta no contexto paulista – na medida em que elas estão inseridas no processo produtivo nacional e internacional.

Este cenário socioeconômico altamente complexo e diverso é refletido, também, na dimensão política ao longo da história paulista. Desde o período colonial, São Paulo apresenta um *status* de “debilidade política”, considerando-se o peso de sua economia para o cenário nacional (Schwartzman, 2015 [1982]; Lemos, 2009). De acordo com Lemos (2009, p. 411), “a província de São Paulo constituía a face mais evidente da assimetria entre o poder econômico e a representação política”. Para Schwartzman (2015), São Paulo foi uma área marginal à formação da sociedade brasileira desde o século XVI, até a corrida do café, nos fins do século XIX. A distância em relação à capital Salvador e a derrota na Guerra dos Emboabas (1709) são alguns dos marcos iniciais, apontados pelo autor, para o isolamento de São Paulo. A região passou a estabelecer uma ocupação essencialmente econômica – e não apenas administrativa – o que resultou em estrutura política independente, frente ao governo nacional. Tal independência, contudo, também trouxe ao estado uma situação de sub-representação no nível nacional.

Isso fica evidente quando se observa a representação paulista no Congresso, ao longo do século XIX³⁸ - contexto no qual a região era a maior produtora de café do país, o principal produto da economia brasileira. Tal arranjo proporcionou, então, um terreno com condições

³⁸ Como aponta Lemos (2009, p. 411): “a região forneceu número inexpressivo de senadores durante o período imperial (3, em 59), equivalente ao Pará e inferior ao da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 1889, a bancada paulista na Câmara dos Deputados era superior em um deputado à cearense e inferior às representações pernambucana, baiana, mineira, fluminense e da corte”.

favoráveis ao desenvolvimento de um projeto político autônomo e de oposição ao governo nacional (Klein e Lima Jr., 1970). Outro indicador da sub-representação política paulista é o pouco peso que os partidos nacionais do período 1945-1964 (PTB, UDN e PSD) adquiriram no estado (Kinzo, 1980; Cardoso, 1981; Schwartzman, 2015 [1982]), abrindo espaço para a preponderância de lideranças e agremiações regionais – como o PSP de Adhemar de Barros (Sampaio, 1982), PDC, PST, PRT, PTN (Soares, 1973; Cardoso, 1975) e a figura de Jânio Quadros (Chaia, 1992). Nesse sentido, a política paulista adquiriu contornos e matizes mais complexos do que a simples dicotomia PSD-PTB *versus* UDN (Cardoso, 1975; Araújo, 1979; Sampaio, 1982).

Durante o regime militar, os contornos da política em São Paulo se manifestaram a partir da clivagem urbano-rural, que passou a ser significativa no estado (Faria, 1975; Kerbauy, 2000). As escolhas político-partidárias, dentro da lógica bipartidária imposta pelo governo federal, se traduziram em uma concentração do voto oposicionista-progressista (MDB) nos municípios maiores e do voto governista-conservador (ARENA) nos municípios menores e do interior (Faria, 1975).

A partir da abertura política e, especificamente após as eleições de 1986, os padrões de votação começaram a se diferir das tendências que até então predominavam no estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Sandes-Freitas, 2015). A organização da política nacional em torno de PT e PSDB, a partir de 1994, e a estruturação das preferências em torno dos (poucos) partidos organizados³⁹ são os dois eixos que, para Meneguello e Bizzarro Neto (2012), foram os responsáveis pela nova estruturação do sistema partidário paulista. Ocorre uma replicação forte da disputa PT-PSDB do plano nacional (Sandes-Freitas, 2015). Além disso, este sistema partidário é caracterizado como multipartidário, pluralista, moderado e polarizado, com relativa estabilidade eleitoral entre os blocos ideológicos (Figueiredo e Jorge, 1997; Ferreira, Batista e Stabile, 2008).

Tendo essas características acima como os principais traços do sistema partidário de São Paulo, os dados analisados por Meneguello e Bizzarro Neto (2012) sugerem que a política paulista se estabelece em territórios específicos, com alta competitividade. A clivagem urbano-rural se transformou em uma dinâmica baseada na distribuição entre centro e periferia, colocando os votos dos partidos governistas e dos partidos conservadores nas regiões mais distantes da capital – que tendem a ter maiores taxas de analfabetismo e uma ocupação da

³⁹ Seriam eles: PT, PSDB, PMDB e PDS/PP (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Sandes-Freitas, 2015).

PEA predominantemente agrícola. Já nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Santos (ambas altamente urbanizadas e industrializadas), há uma maior presença dos votos de oposição e, sobretudo, do PT.

A conexão das disputas locais com as disputas nacionais, através do processo de nacionalização dos partidos e das disputas (Braga, 2006), se deu em São Paulo por dois motivos. De acordo com Sandes-Freitas (2015), as quedas do quercismo e do malufismo foram fundamentais para a consolidação da presidencialização da competição eleitoral no estado. Por outro lado, a ascensão do PSDB como principal ator da política local, sobretudo a partir de 1996, foi um fator que impulsionou a organização do partido e o grau de influência que passou a obter, rivalizando diretamente com o PT.

Assim, a política paulista adquire um papel fundamental dentro da dinâmica do sistema partidário brasileiro, visto que abriga bases de todos os partidos, com uma estrutura de competição bastante intensa e associada diretamente ao plano nacional. Além do peso econômico que o estado traz, desde o século XIX pelo menos, a dimensão política também torna São Paulo um importante de estudo - na medida em que, ao compreendermos o *modus operandi* de seu jogo político, estamos também fazendo um exercício de reflexão sobre possíveis efeitos no próprio sistema político brasileiro.

II) Formação dos partidos no Brasil e em São Paulo

O retorno ao multipartidarismo no Brasil, após o regime militar (1964), veio a partir da Lei nº 6767, de 1979, que estabeleceu o fim do bipartidarismo e propôs uma reforma partidária. De acordo com Kinzo (1980, p. 230), a reformulação partidária já estava em pauta desde 1974 e “inscreve-se na estratégia iniciada pelo governo Geisel de buscar legitimidade através de um projeto de normalização institucional”. Não foi criado um sistema partidário a partir das agremiações que existiram antes do autoritarismo (1945-1964), como ocorreu em outros países latino-americanos (Ferreira, Batista e Stabile, 2008). Originou-se, pelo contrário, um sistema de partidos totalmente novo (Fleischer, 1997; Kinzo, 1990). O opositorista MDB se transformou em PMDB e se fragmentou, com boa parte de suas lideranças abandonando a sigla para fundar o PDT e o PTB⁴⁰. Por fora da arena governamental e parlamentar, surgiu o

⁴⁰ Para Kinzo (1980, p. 238), uma das marcas do retorno ao multipartidarismo seria a tendência a uma “indefinida ‘centro-esquerda’ entre políticos das mais variadas origens”. De fato, a fragmentação do PMDB abasteceu os outros partidos com políticos das mais variadas posições ideológicas – porém, isso não se deu apenas em direção

PT, a partir de lideranças sindicais e de movimentos sociais ligados ao mundo do trabalho e das reformas eclesiais de base (Meneguello, 1989). Já o partido sustentador do regime militar, a ARENA, se transformou em PDS e procurou preservar boa parte de seus quadros, a fim de se fortalecer e controlar as etapas da transição, tornando-a “lenta, gradual e segura”, como propunha a elite política governista.

Este quadro, composto por cinco partidos, durou até a primeira metade dos anos 1980, quando houve um *boom* na criação de novos partidos - principalmente entre 1982 e meados dos anos 1990 (Fleischer, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008). O espectro partidário, então, era caracterizado pela instabilidade, mas com relativa congruência ideológica entre as agremiações (Kinzo, 1990). No contexto da Constituinte, os posicionamentos mais à direita e mais à esquerda poderiam ser observados de acordo com eixos como conservadorismo, democratismo, governismo e posicionamento em relação ao sistema financeiro. Como mostra Kinzo (1990), PFL, PDS, PDC e PTB tendiam a ser bastante governistas e conservadores, ao mesmo tempo em que se posicionavam contra os conteúdos democratizantes e nacionalistas debatidos pelos constituintes. Já PT, PSB, PDT e PSDB se colocavam no lado de oposição ao governo e às tendências conservadoras, com posicionamentos favoráveis à democracia e às pautas nacionalistas. No entanto, em termos de constituição de identidades partidárias, a autora identificava que ainda havia desafios a serem vencidos.

De acordo com Nicolau (1996) e Krause e Paiva (2002), este quadro de instabilidade e de intensas mudanças no quadro político-partidário se deve ao rearranjo das forças políticas após a abertura e o retorno ao multipartidarismo – muitos dos políticos queriam, por exemplo, apagar o passado de apoio ao regime militar. Nesse sentido, a migração partidária (ou a fundação de novas legendas) eram estratégias de sobrevivência dos atores políticos já estabelecidos no jogo político-institucional. Além disso, uma legislação partidária permissiva também pode ser citada como um fator explicativo para o crescimento vertiginoso do número de legendas disponíveis (Nicolau, 1996). A partir de 1994, a legislação passou a oferecer menos incentivos institucionais para a formação de partidos, com a implementação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos⁴¹ (nº 9096, de setembro de 1995).

à esquerda, como bem demonstra o caso do PTB e sua rápida guinada à direita já a partir de 1980 (Kinzo, 1993). Retornaremos a este caso mais adiante.

⁴¹ Krause e Paiva (2002) e Nicolau (1996) demonstram que, ainda que a oferta partidária tenha se ampliado, muitas dessas legendas não conseguiram obter o registro definitivo no TSE ou representação política nos legislativos.

Foram se constituindo, então, diferentes padrões de competição e de oferta partidária entre os estados (Lima Jr., 1983; 1997), como também quanto ao número de partidos nas eleições proporcionais, em relação às majoritárias (Ferreira, Batista e Stabile, 2008). De acordo com Kinzo e Braga (2007), isso se devia aos diferentes arranjos institucionais que comandam os dois pleitos no Brasil. Os posicionamentos ideológicos das agremiações também sofriam variações entre as regiões do país – os partidos mais conservadores e governistas se concentraram principalmente na região Nordeste, por exemplo (Kinzo, 1990).

A partir dos anos 2000, os maiores partidos – sejam por representação no Congresso, por maior penetração territorial ou por força eleitoral, em geral – tenderam a se nacionalizar, enquanto os pequenos partidos permaneciam inclinados à regionalização (Roma e Braga, 2002; Braga, 2006). As lógicas de disputas nos estados passaram a obedecer, em alguma medida, a padrões semelhantes aos observados em nível nacional (Sandes-Freitas, 2015), o que contribuiu para uma maior estabilidade do sistema. A este processo, soma-se também a diminuição das taxas de volatilidade eleitoral ao longo do tempo (Bohn e Paiva, 2007). Nesse sentido, uma característica geral do sistema partidário brasileiro, a partir desta última década, é o relativo aumento da ação coordenada e congruente entre as lideranças dos maiores partidos – ou seja, uma elevação no alinhamento do plano nacional com o regional (Roma e Braga, 2002).

Como identificam Ferreira, Batista e Stabile (2008), os partidos mais longevos são justamente aqueles criados no início do processo de abertura política - PMDB, PT, PDT, PTB e PP (na época, PDS). Mesmo surgindo alguns anos depois, PSDB (1988) e DEM (nascido sob a sigla PFL, em 1985) se destacam também enquanto partidos relevantes no cenário nacional. Ambos possuem origens diretamente vinculadas a este grupo dos cinco (PMDB e PP, respectivamente). Esses sete partidos “têm conquistado, entre 1982 e 2006, a maioria expressiva dos votos nas eleições para a Câmara de Deputados (82,6%), Assembleias Legislativas (78,4%), Governador (91,1%) e Senador (83,6%), sendo, portanto, os partidos mais bem sucedidos no mercado eleitoral” (Ferreira, Batista e Stabile, 2008, p. 446). O Brasil, diante deste cenário, tem se caracterizado enquanto um sistema multipartidário moderado.

Todavia, como destacam Limongi e Cortez (2010), este multipartidarismo tem se encontrado restrito às eleições proporcionais. Isso se deve principalmente ao fato de que, entre 1994 e 2014, as disputas presidenciais e pelos governos estaduais tem se dado a partir de uma significativa redução das opções efetivamente disponíveis. Nesse processo, destaca-se a tendência à polarização entre PT e PSDB, que surge com maior intensidade no pleito de 1994,

na competição entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) – na qual o primeiro se consagrou vitorioso. A dicotomia PT-PSDB se tornou tão preponderante no cenário político que, além de dificultar a ascensão de uma “terceira força” capaz de romper essa disputa⁴² (Limongi e Cortez, 2010), foi capaz de ser replicada nos estados⁴³. O caso mais evidente desta última constatação foi São Paulo, que replica fortemente a polarização nacional desde os anos 2000 (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Sandes-Freitas, 2015). Em meio a este quadro próximo a uma disputa de lógica bipartidária, o PMDB ocupa um posicionamento singular, na medida em que se encontra estruturado em todo o território nacional, mas não se projeta enquanto um competidor efetivo no plano nacional. Nesse sentido, a principal estratégia adotada pelo partido tem sido a de se concentrar nas disputas regionais, reforçando o peso de suas lideranças estaduais (Limongi e Cortez, 2010).

Após trinta anos de democracia – o período mais longo em toda a história brasileira – o sistema partidário se encontra altamente fragmentado, mas com algumas legendas capazes de comandarem o jogo político em meio aos mais de trinta partidos existentes, atualmente. O espaço específico ocupado pelos conservadores nesse processo, e o papel que vem desempenhando ao longo deste tempo, serão apresentados na sequência.

i) Trajetória dos partidos

A seguir, serão apresentados breves históricos dos cinco partidos escolhidos para a análise. Estes históricos procuram dar conta não apenas da trajetória das agremiações, levando em consideração seus momentos de fundação e suas dinâmicas no interior do sistema partidário, mas também observar o comportamento partidário em São Paulo. São legendas que existem há pelo menos trinta anos, sendo as mais longevas no que concerne à representação formal da direita. Ao selecionarmos estas cinco agremiações, levamos em consideração não apenas essa trajetória, mas também a representatividade político-eleitoral e o posicionamento ideológico que expressam perante o eleitorado.

As maiores legendas deste espectro ideológico (PDS/PP e PFL/DEM, especialmente) receberam maiores atenções da literatura, gerando olhares mais aprofundados e detalhados

⁴² Em alguns pleitos, certas lideranças fora do jogo PT-PSDB ganharam destaque. Foram os casos de Anthony Garotinho (PPS – 2002, que obteve 17,9% dos votos) e Marina Silva (PV – 2010 e PSB – 2014, com 19,3% e 21,3% dos votos, respectivamente) (Limongi e Cortez, 2010; Amaral e Ribeiro, 2015).

⁴³ Essa preponderância se replicou, também, na identificação do eleitorado com os partidos políticos. PT e PSDB são as duas agremiações que despertam mais simpatia e adesão dos eleitores, juntamente ao PMDB (Ferreira, Batista e Stabile, 2008).

sobre elas. As demais ainda são colocadas em segundo plano nos estudos – no entanto, não se pode deixar de apontar para um crescente interesse por essa direita e suas legendas representantes, os chamados “pequenos partidos e/ou nanicos” (Codato, Bolognesi e Roeder, 2015; Babireski, 2016).

ii) Partido Democrático Social (PDS) / Partido Progressista (PP)

O PP nasceu como uma legenda grande e descentralizada, no início dos anos 1980, quando então tinha acabado de mudar sua nomenclatura de “ARENA” para “PDS”. O PDS é quem, de fato, herda o vínculo com o passado autoritário, devido ao suporte que os arenistas deram aos governos militares, desde 1964 até 1985. Nesse sentido, no bojo dos processos de abertura democrática, uma instituição forte (o Estado autoritário) é a grande responsável por viabilizar o surgimento e a inserção do PDS no multipartidarismo (Almeida, 2004). Por conta disso, como aponta Kinzo (1990), o PDS adquire um perfil essencialmente governista e conservador. O partido já nasce com uma alta inserção pelo território brasileiro, como resultante dos esforços e das estratégias das lideranças arenistas, desde os anos 1960 e 1970, de se fazer presente na maior parte do país (Kinzo, 1993). Essas mesmas lideranças, no momento de reestabelecimento do sistema multipartidário (1979), migraram majoritariamente para o PDS, como mostram os dados da Tabela 3, abaixo.

Tabela 3. Filiação aos novos partidos pelos membros da ARENA e do MDB, no Senado e na Câmara Federal

Novos Partidos	Câmara Federal			Senado		
	MDB	ARENA	Total	MDB	ARENA	Total
PMDB	109	6	115	20	2	22
PDS	22	193	215	1	35	36
PP	41	28	69	4	4	8
PTB	1	3	4	-	-	-
PDT	10	-	10	-	-	-
PT	5	-	5	-	-	-
Indecisos	1	1	2	1	-	1
Total	189	231	420	26	41	67

Fontes: Kinzo (1988) e Schmitt (2000).

Após os processos de acomodação das lideranças políticas e de abertura democrática, o PDS começou a declinar eleitoralmente. Isso decorreu, em grande medida, por

conta de alguns fatores, como: o fim do regime autoritário e o início da redemocratização, expondo o partido a um ambiente competitivo; a divisão do partido, que deu origem ao PFL, em 1985; e a derrota de Paulo Maluf, sua principal liderança, no Colégio Eleitoral que visava à escolha indireta do primeiro presidente civil, desde 1964 (Almeida, 2004). Uma das explicações para o encolhimento que o partido foi sofrendo desde fins dos anos 1980, portanto, é o afastamento do Estado – impedindo-o, assim, de controlar recursos importantes como verbas e cargos.

O Gráfico 3 abaixo ilustra a evolução do desempenho do PDS/PP nas prefeituras, desde 1982. Assim como no plano nacional (Almeida, 2004), o partido também passou por um processo de encolhimento nos municípios, inclusive em São Paulo. Nas eleições de 1988, o partido apresentou um bom desempenho – o que pode ser explicado pelo contexto de crise econômica e frustração política com o desempenho do PMDB e do PFL no plano nacional. De acordo com Nicolau (1996), a partir dos anos 1990 o PDS/PP foi perdendo espaço e lideranças (sobretudo para o PFL), tornando-se expressivo em apenas três estados: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É partir deste período que, segundo Almeida (2004), a liderança de Paulo Maluf, a partir de São Paulo, se mostra crucial para determinar os sucessos e as derrotas do partido. De fato, como apontam Meneguello e Bizzarro Neto (2012), o malufismo se configurou como um dos eixos da política paulista entre 1986 e 1994, juntamente ao PMDB e o PT – que de forma crescente, liderou a oposição à esquerda no estado. Nas eleições estaduais, atraía uma parte da direita (sobretudo aquela ligada ao PL, PFL e PDC) (Sandes-Freitas, 2015). Mais do que isso, como sintetiza Kinzo (1993), o malufismo foi o grande articulador do partido tanto a nível estadual quanto nacional. Em termos das pautas e discursos, as questões da competência/capacidade administrativa, da moralização política e da segurança pública são aquelas que mais se destacam, no interior do malufismo (Kinzo, 1992). Suas bases sociais, em geral, não priorizam as ideias neoliberais, optando por um discurso mais associado à defesa da família e do combate à violência por meio da repressão (Pierucci, 1987).

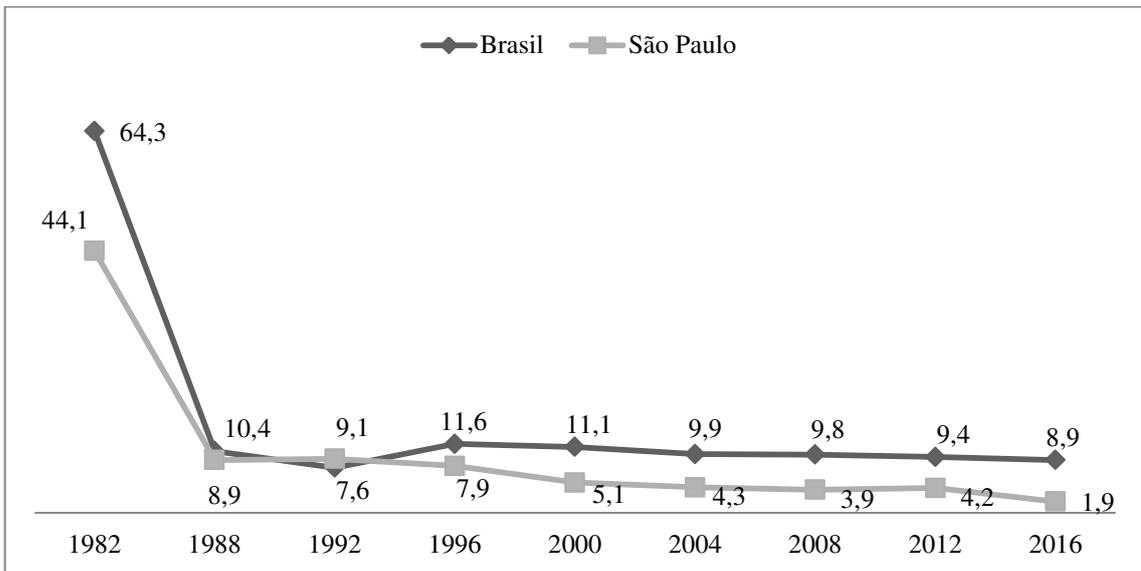
Mesmo derrotado, o PDS/PP ampliou sua votação em um dos seus principais redutos - São Paulo, com Paulo Maluf, saltando de 19% dos votos, em 1986, para 24%, em 1988 (Almeida, 2004). O partido seguiu uma tendência de melhora no desempenho eleitoral nos pleitos de 1990 e 1992, que é quando Maluf ganhou a prefeitura da capital paulista. Ao longo dos anos 1990, o comportamento do PDS/PP se dá por meio da busca de espaço dentro do sistema partidário, bem como pela redefinição de estratégias (migrações, troca de lideranças,

oscilação do grau de influência de Maluf, mudanças de nomes), em uma tentativa de se estabelecer no mercado eleitoral. A vitória de Maluf na prefeitura de São Paulo em 1992, assim, foi responsável por reestabelecer o partido dentro do cenário nacional – como um dos principais partidos brasileiros.

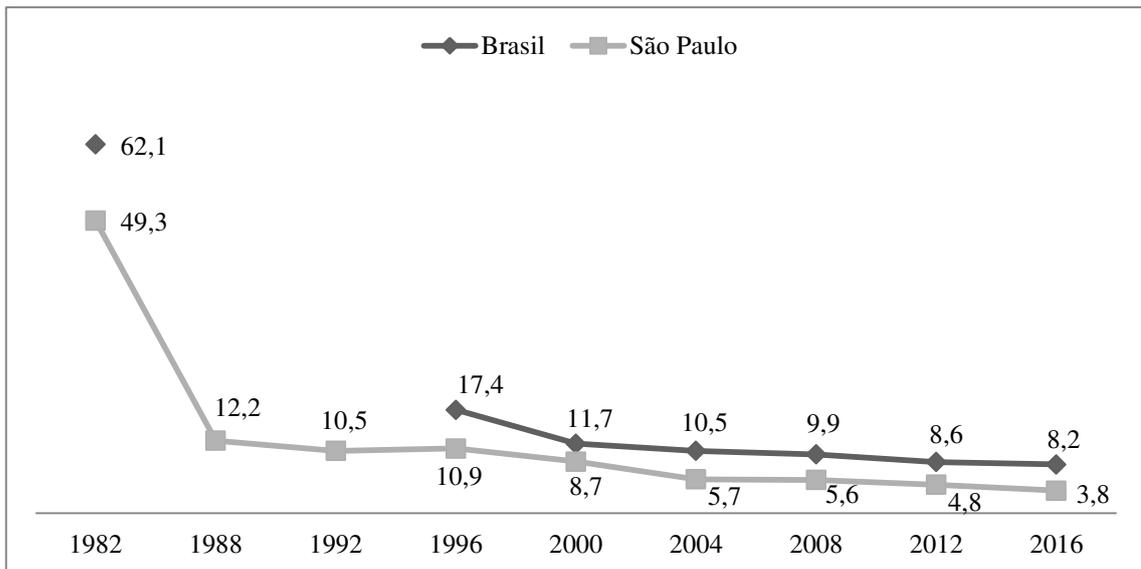
Este reestabelecimento do PDS/PP em nível nacional está associado a dois eventos. Primeiramente, em 1993, aconteceu a fusão com o PDC, cujo eleitorado advinha principalmente do Norte e Nordeste. Por conta do mecanismo de sobre-representação das bancadas, o número de cadeiras do PDC cresceu no Congresso, entre 1986 e 1990, passando de 5 para 22 deputados (Kinzo, 1993). Após a fusão, o PDS alterou sua legenda, passando a se chamar Partido Progressista Reformador (PPR), e se tornou a terceira bancada do Congresso (Kinzo, 1993). No entanto, mesmo com a diversidade interna, a ala do PDS era a preponderante no PPR (Couto, 1998).

O segundo evento ocorreu, em 1995: a fusão do PPR com o PP, dando origem ao PPB (Partido Progressista Brasileiro). Após a fusão, o PPB se tornou o maior partido da Câmara (91 deputados), adquirindo o controle sobre o ministério da Indústria, Comércio e Turismo no governo FHC (Meneguello, 1998). Com este processo de fusão e modernização, o PPB recuperou parte do seu prestígio nas eleições de 1996. No nível local, o maior exemplo foi a eleição de Celso Pitta em São Paulo, afilhado político de Paulo Maluf. Além disso, o partido conseguiu ampliar sua representação nos municípios, chegando a 11,6% deles – melhor índice desde 1982, em termos proporcionais. O sucesso eleitoral da agremiação se manteve em 1998, quando elegeu 60 deputados federais e passou a controlar a pasta da Agricultura, no segundo governo FHC. O mesmo sucesso não se repetiu nos municípios paulistas, nos quais o partido reduziu sua representação para mais da metade, entre 1992 e 2008, chegando a 1,9% dos prefeitos em 2016.

No entanto, a imagem do PDS/PP foi abalada com uma série de denúncias envolvendo seus quadros – principalmente o prefeito de São Paulo, Celso Pitta. As consequências destes escândalos de corrupção foram sentidas nos pleitos de 2000 e 2002 (Fleischer, 2002), com a derrota de Paulo Maluf na capital paulista e o enxugamento no número de deputados federais eleitos (49, ao todo). Como resposta, em 2003 o partido passou novamente por uma reestruturação, que resultou na sigla PP e no afastamento de Paulo Maluf tanto da Executiva Nacional quanto da presidência da agremiação, tornando-se apenas presidente de honra (Almeida, 2004).

Gráfico 3. Representação do PDS/PP nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

Fontes: Nicolau (1998), TSE e Fundação SEADE.

Gráfico 4. Representação do PDS/PP nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade e TSE. Dados indisponíveis em 1988 e 1992, para o nível nacional.

O mesmo quadro de declínio eleitoral foi observado nas eleições para as Câmaras de Vereadores, tanto em São Paulo quanto no restante do Brasil. O gráfico abaixo evidencia que, no caso dos pleitos para os Legislativos locais, o PDS/PP apresentou declínio constante, sobretudo a partir do ano 2000. As razões e os fatos descritos acima, para o caso das eleições majoritárias, também podem ser apontados como os principais condicionantes para este *status* do partido, no que concerne à vereança.

iii) Partido da Frente Liberal (PFL) / Democratas (DEM)

O PFL surgiu de uma dissensão interna do PDS, no contexto de formação do Colégio Eleitoral que iria escolher, indiretamente, o novo presidente da República, em 1985. A Frente Liberal que se formou tinha por objetivo propor uma candidatura alternativa no Colégio Eleitoral, na medida em que uma parte da ala pedessista não concordava com o nome de Paulo Maluf para representar a legenda na eleição. Como afirma Tarouco,

a Frente Liberal participou do pacto celebrado em torno da candidatura de Tancredo Neves, que abrangia desde os quadros do regime autoritário (militares ‘moderados’ e elites regionais), até o partido de oposição [PMDB]. A coalizão de sustentação deveria ser ampla o suficiente para neutralizar as resistências, vencer no Colégio Eleitoral e organizar o governo da Nova República (Tarouco, 1999, p. 26).

Por ter surgido de uma divisão no PDS e ter participado ativamente dos processos de transição democrática (Tarouco, 1999), o PFL se tornou também um partido essencialmente governista e conservador. Desde o contexto da Constituinte, já era possível observar que suas lideranças tendiam a ser contrárias às medidas de conteúdo democratizante e nacionalista (Kinzo, 1990). De fato, esta tendência governista se refletiu nas eleições nacionais e estaduais, onde o partido conseguiu eleger, entre 1986 e 2002, pelo menos 15% dos deputados estaduais e federais em cada pleito (Ribeiro, 2014).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, o desempenho do PFL nos municípios demonstra que o partido possuía uma elevada inserção no território nacional, sendo superado apenas pelo PMDB (Tarouco, 1999). O partido obteve um bom desempenho nas eleições de 1985, conquistando cerca de 12% das prefeituras⁴⁴. A maioria delas se localizava no Nordeste, região que se tornou a principal base eleitoral do partido a partir de então (Tarouco, 1999; Montero, 2010; Borges, 2010; Ribeiro 2014).

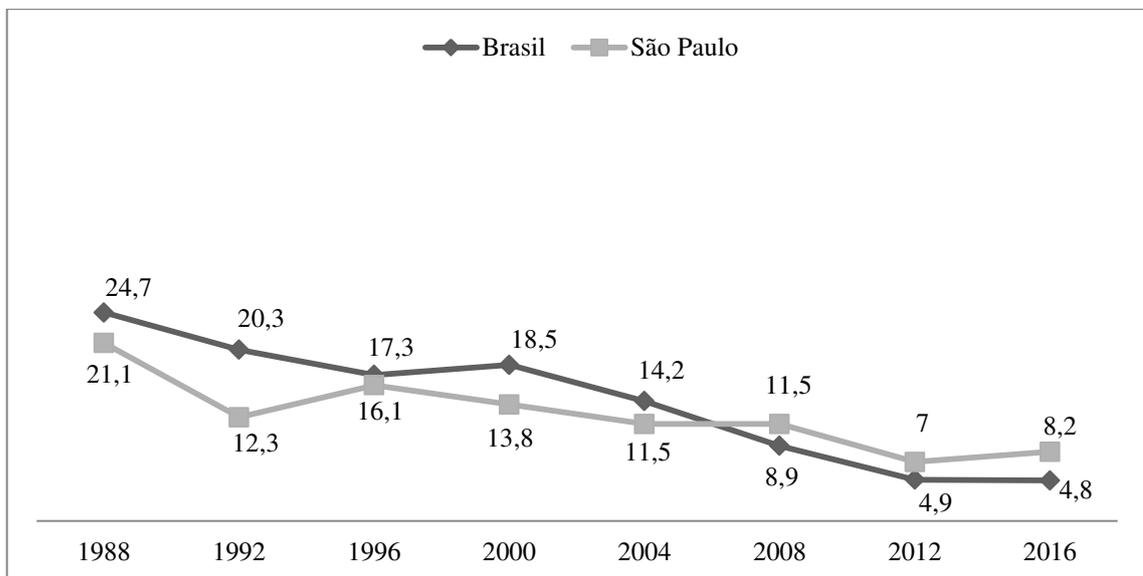
No pleito de 1988, o PFL alcançou o seu melhor resultado nos municípios, chegando a quase 25% das prefeituras e sendo superado apenas pelo PMDB, que obteve sucesso em 37,3% dos municípios (Fleischer, 2002). Como identifica Tarouco (1999), a maioria dessas vitórias (inclusive nas capitais) se concentrava no Nordeste (49,6%).

⁴⁴ Como observa Tarouco (1999), se levamos em conta as vitórias dos partidos com os quais o PFL se coligou, veremos que o partido esteve presente em cerca de 20% das vitórias eleitorais em 1985.

Em 1992 e 1996, houve um recuo na proporção de prefeituras conquistadas (20,3 e 17,3%, respectivamente); porém, o partido continuou ainda como o segundo mais forte em ambos os pleitos, atrás apenas do PMDB (32 e 24%, respectivamente). Outra característica que ficou evidente foi a manutenção do Nordeste enquanto seu principal reduto eleitoral, onde se localizava cerca de metade das prefeituras conquistadas pelo PFL (Tarouco, 1999). Já em São Paulo, a representação do PFL se elevou, chegando a 16% dos municípios em 1996.

Nos anos 1990, o PFL se firmou como um partido “essencialmente parlamentar” (Tarouco, 2002), ou seja, orientando-se majoritariamente para a formação de bases de sustentação dos governos do PSDB no plano nacional. Kinzo (1990) já havia identificado esta tendência dos pefelistas ao governismo, no contexto da Constituinte. Além desta tendência, outros fatores que contribuíram para a exitosa adequação do partido à crescente dinâmica multipartidária e competitiva foram, basicamente, duas estratégias, presentes nas reformulações do estatuto em 1993 e 1999. Por um lado, uma ampla reorganização interna e, por outro, a centralização dos processos decisórios nas mãos da Comissão Executiva Nacional. Disso resultou o “uso da intervenção como instrumento de controle interno” (Tarouco, 2002, p. 151).

Gráfico 5. Representação do PFL/DEM nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1985-2016)



Fontes: TSE, Fundação SEADE e Fleischer (2002).

Houve, então, um “fechamento” dos processos decisórios, que passaram a ser mais centralizados nas Executivas e uma maior intervenção em órgãos hierarquicamente inferiores, agora legitimada pelas reformulações estatutárias (Tarouco, 2002; Guarnieri, 2011). Os

resultados dessas mudanças visavam à construção de uma nova identidade para o partido. De fato, pelo menos em termos parlamentares e eleitorais, as estratégias foram bem-sucedidas. Em 1998, por exemplo, o PFL se tornou o maior partido no Congresso, com uma notável disciplina parlamentar e um forte apoio aos governos FHC (Tarouco, 2002; Ribeiro, 2014).

Contudo, nos anos 2000, o partido atravessou diversos processos (internos e externos) que se refletiram negativamente nos desempenhos eleitorais, não apenas no nível local. O principal fator explicativo apontado pela literatura é a saída do governo federal e a consequente passagem para a oposição, em 2002, com a ascensão de um partido de esquerda, o PT, à presidência da República (Borges, 2010; Ribeiro, 2014). Esta passagem logo se refletiu nas eleições locais. De 2000 para 2004, o PFL recuou a proporção de prefeituras conquistadas, principalmente no Brasil em geral (de 18,5 para 14,2%) – em São Paulo, o recuo foi menor (de 13,8 para 11,5%).

Diante dessas transformações e da perda de espaço político, inclusive em redutos importantes como a Bahia (Borges, 2010), novas estratégias foram pensadas internamente⁴⁵. A primeira delas foi a troca de nome do partido, que ocorreu em 2007 e não se tratou apenas disso: fazia parte de um processo de “refundação” da legenda, que teve início em 2004. Na verdade, desde 2000 já havia sinais de mudança na agremiação, mas a partida para a oposição acelerou o processo. Como aponta Ribeiro (2014, p. 7), “o objetivo da ‘refundação’ e da troca de nome foi reposicionar a legenda no mercado político brasileiro e, principalmente, dar-lhe nova identidade frente ao eleitor”. Pesquisa de opinião feita na época indicava que a sigla “PFL” era relativamente pouco conhecida e ainda estava associada ao regime militar e a um partido de direita. A alteração, portanto, procurava não apenas apagar as heranças com o passado autoritário, mas também trazer uma nova imagem de modernidade ao partido. Parte deste projeto de modernização ocorreu, também, com a troca de comando na legenda, ascendendo políticos mais novos – o novo presidente do DEM, Rodrigo Maia, tinha 37 anos, na época (Ribeiro, 2014).

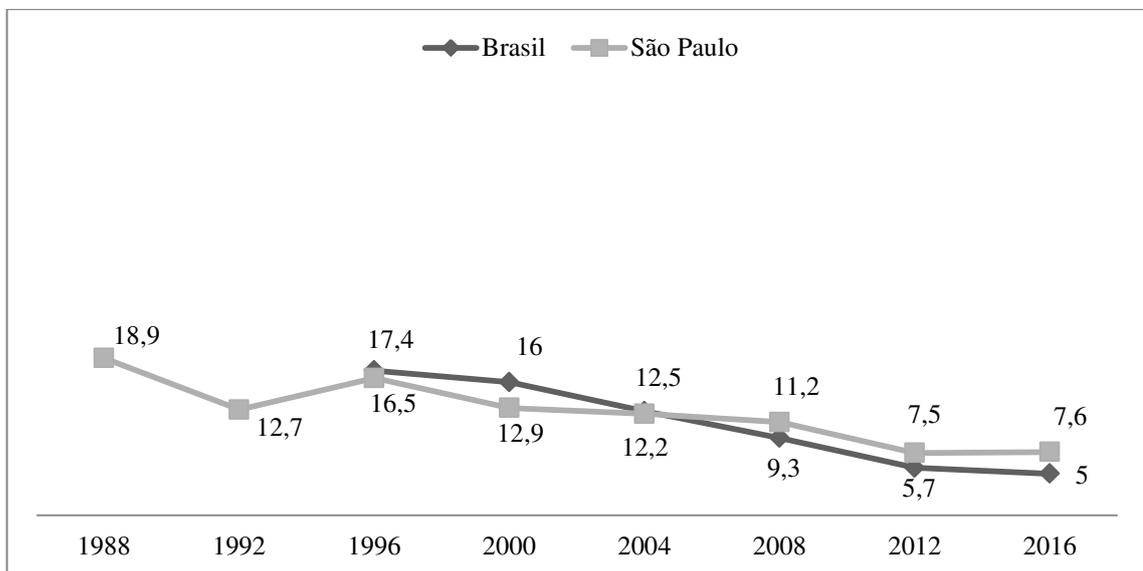
Todavia, este projeto de reestruturação não conseguiu trazer ao DEM os mesmos patamares de desempenho eleitoral que o PFL conquistara nos anos 1980 e 1990. As constantes migrações partidárias e o surgimento do PSD, em 2011, contribuíram para a continuidade do processo de decadência eleitoral no partido. Isso se deu inclusive em São Paulo, onde uma de suas principais lideranças, Gilberto Kassab, abandonou a sigla para fundar o PSD, trazendo consigo uma série de deputados, prefeitos e vereadores.

⁴⁵ Para maiores detalhes sobre as estratégias dos pefelistas, no contexto da refundação do partido, ver Ribeiro (2014).

Mesmo não se constituindo como uma força política de destaque em São Paulo (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Sandes-Freitas, 2015), o PFL/DEM conseguiu seu espaço nas coligações e coalizões dos governos estaduais, juntamente ao PTB. A participação nestes governos, tanto do PMDB (1987-1995) quanto do PSDB (1995 -) foi praticamente constante ao longo do tempo. A exceção coube ao período entre 1996 e 1998, quando o partido se aproximou de Paulo Maluf nas articulações políticas. Contudo, após as primeiras evidências de queda no malufismo, o PFL/DEM migra de lado e passa a dar sustentação ao PSDB – parceria esta que se refletiu na capital do estado, durante as gestões de José Serra (PSDB, 2005-2006), Gilberto Kassab (DEM, 2006-2013) e João Dória (PSDB, 2017 -).

O gráfico abaixo aponta que a queda no desempenho eleitoral do PFL/DEM também ocorreu nas Câmaras de Vereadores. O declínio maior ocorreu no nível nacional, onde o partido passou de 17,4% dos vereadores eleitos em 1996 para 5%, em 2016. Em São Paulo, a queda foi menos brusca, tornando-se mais evidente apenas em 2012, quando o partido passa a deter apenas 7,5% dos vereadores eleitos nos municípios paulistas.

Gráfico 6. Representação do PFL/DEM nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1988-2016)



Fontes: TSE e Fundação SEADE. Os dados para 1988 e 1992 encontram-se indisponíveis para o nível nacional.

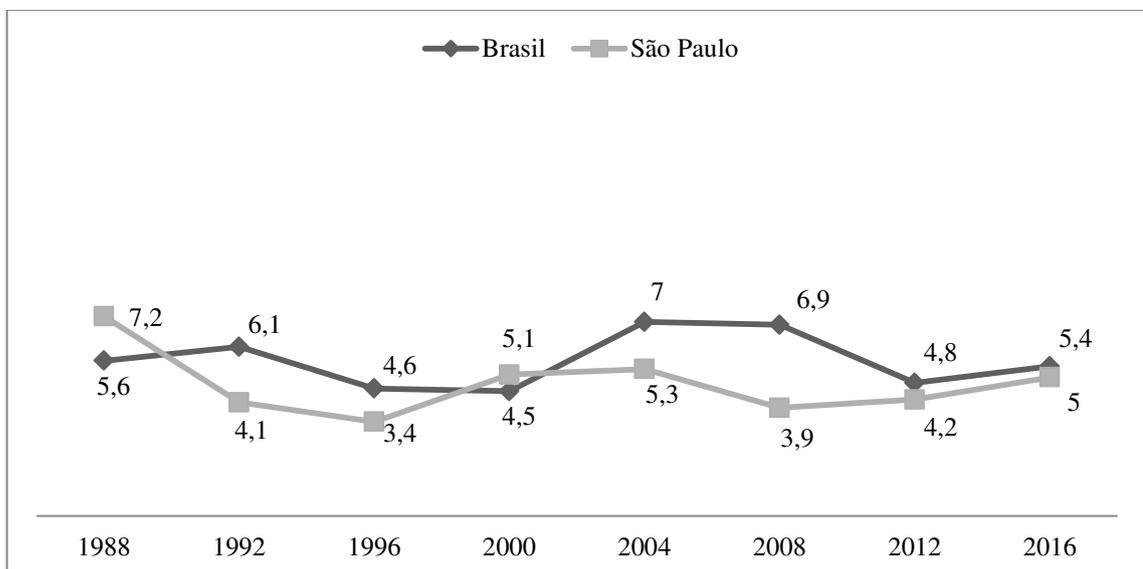
iv) Partido Liberal (PL) / Partido da República (PR)

Desde a sua fundação, em 1985, o PL já não se firmava como um partido de destaque nas disputas eleitorais (Kinzo, 1993). Projetando-se enquanto representante de um setor

específico da sociedade, o empresariado, o partido chamou a atenção de início por defender, de maneira clara, as pautas do liberalismo e do neoliberalismo – ou seja, surgiu enquanto um partido orientado ideologicamente (Power, 2000). Suas bases sociais se localizam, desde então, principalmente entre os setores mais intelectualizados e urbanos, compondo aquilo que Mainwaring, Meneguello e Power (2000) nomearam de um conservadorismo brasileiro elitista e programático. Esta projeção do partido à direita (Kinzo, 1990) o colocou como um apoiador dos governos que tendiam a este lado do espectro ideológico – principalmente PFL, PSDB, PTB e PDS (Kinzo, 1992; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Sandes-Freitas, 2015).

Contudo, uma mudança importante ocorreu no partido a partir de 2002. A entrada para a chapa do PT na competição pela presidência da República, representada por José Alencar como vice-presidente, e a consequente vitória no pleito, deram ao PL uma nova característica. O partido assumiu postos em ministérios e se tornou uma base importante de sustentação dos governos petistas no Congresso. Esta base se ampliou em dois momentos: primeiramente, com a incorporação do PST e do PGT, em 2003 e, posteriormente, com a fusão do PRONA, em 2006 – evento que deu origem ao seu nome atual, Partido da República.

Gráfico 7. Representação do PL/PR nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1988-2016)

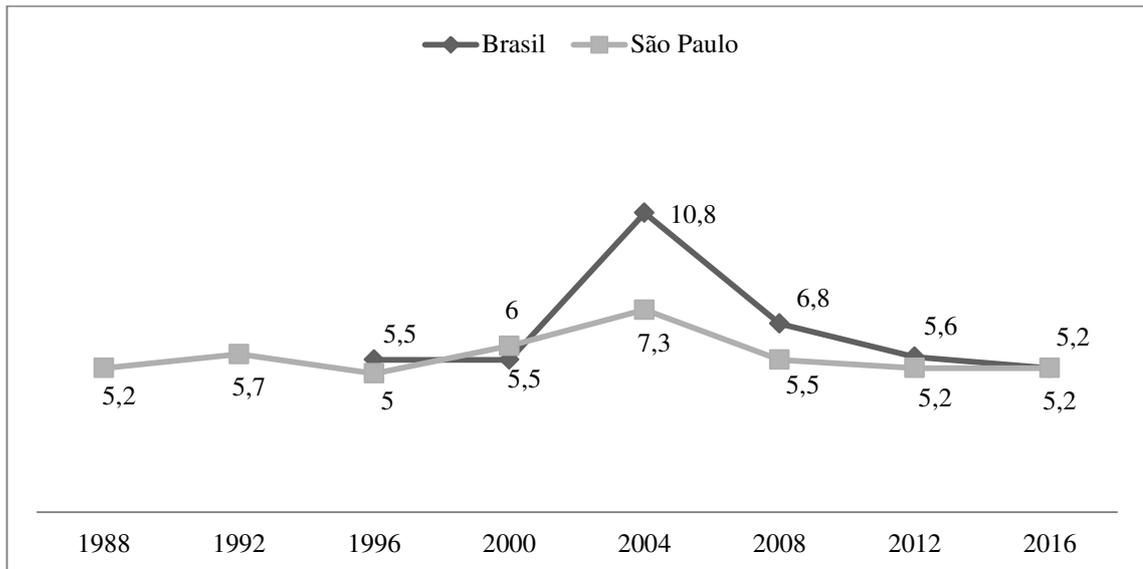


Fontes: TSE, Fundação SEADE e Fleischer (2002).

No que concerne às eleições locais, o desempenho do PL/PR se mostrou superior em dois momentos: no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando as pautas neoliberais ganharam muito destaque e o partido, além de endossá-las, integrou o governo Collor. O segundo momento foi após a entrada no governo Lula (entre 2000 e 2004), quando passou de

4,5 para 7% das prefeituras e de 5,5 para 10,8% dos vereadores eleitos no país. Movimento semelhante foi observado em São Paulo, onde o partido, logo em seu primeiro teste eleitoral, obteve o melhor resultado da série histórica (7,2% das prefeituras) e cresceu, ainda que pouco, entre 2000-2004 (prefeituras e câmaras), e 2008-2016 (nas prefeituras).

Gráfico 8. Representação do PL/PR nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1988-2016)



Fonte: TSE e Fundação SEADE. Dados indisponíveis para 1988 e 1992, em nível nacional.

v) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

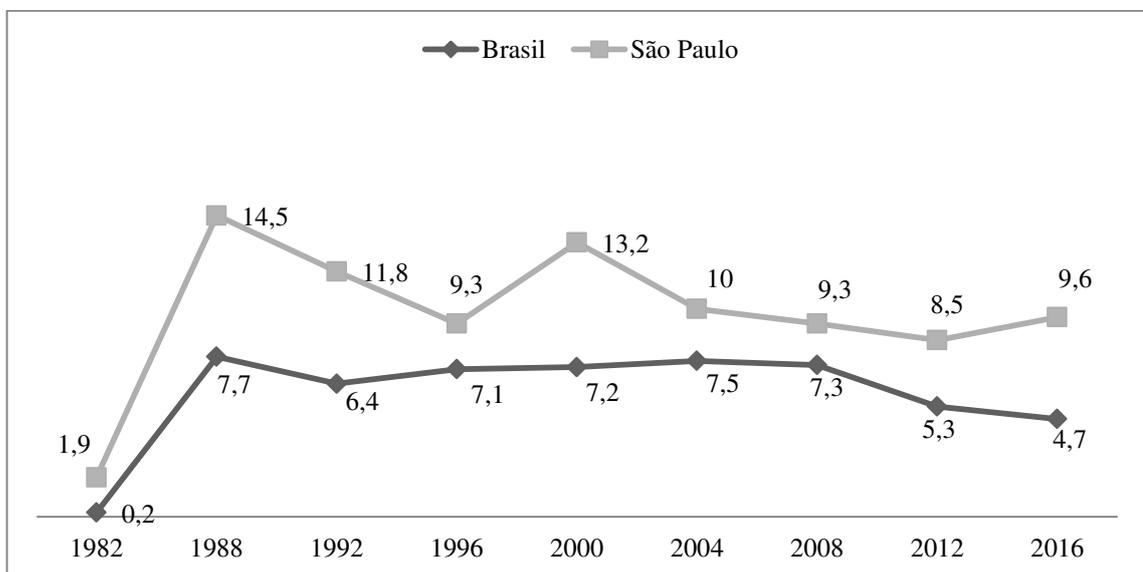
Formado no contexto de disputa pela sigla que remontaria ao partido do período 1945-1964, o PTB que surgiu em 1980 é, na verdade, bastante diferente daquele que deu abrigo o trabalhismo varguista nos anos 1940 (Kinzo, 1993). A disputa se deu, basicamente, entre a sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas, e Leonel Brizola – que por questões legais e por pressões do governo militar, acabou perdendo o direito à sigla, fundando o Partido Democrático Trabalhista (PDT). O PTB atual, como constatou Kinzo (1990), apresenta um perfil conservador e governista – junto ao PFL e ao PDS.

Contudo, ao contrário dessas duas agremiações, o PTB possui uma fraca rede organizacional nos municípios, que se refletiram, nos primeiros anos da abertura política, em um baixo desempenho eleitoral (Soares, 1988). Todavia, com o passar das eleições, o PTB foi aumentando suas vitórias e, conseqüentemente, ampliando sua representação em nível local, como demonstra o gráfico abaixo. Ao longo dos anos 1990 e 2000, o partido se manteve

praticamente estável em torno de 7% das prefeituras e 8,5% das vagas de vereadores conquistadas no país.

No estado de São Paulo, as bases sociais do partido se localizam nas regiões de perfil predominantemente agrícola e distantes da capital paulista (Registro, Ribeirão Preto e Presidente Prudente). Além disso, vale destacar que o partido nunca teve bases fortemente constituídas no estado, nem no período 1945-1964 (Kinzo, 1993; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). No entanto, um dado chama a atenção: dentre os partidos aqui analisados, o PTB é o único caso onde o desempenho eleitoral em São Paulo é superior ao nacional – tanto nas prefeituras quanto nas câmaras municipais. Isso ocorre em praticamente todos os pleitos. A exceção seria o ano de 1985, no pleito para o Executivo. Porém, se levarmos em consideração que a prefeitura obtida pelo partido foi a capital paulista, com a candidatura de Jânio Quadros, conclui-se que o partido conquistou o reduto eleitoral mais importante do país – quando consideramos o nível da disputa (municipal) e o tamanho do eleitorado e dos recursos disponíveis.

Gráfico 9. Representação do PTB nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)

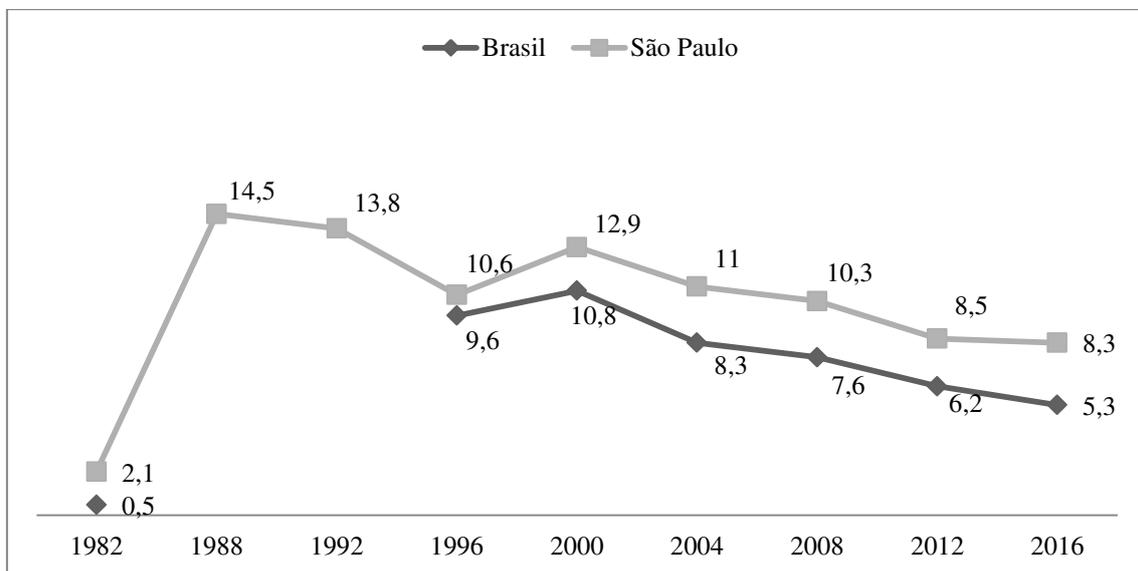


Fontes: Fundação SEADE, TSE e Fleischer (2002).

Outra maneira que o PTB encontrou para se fazer presente na política paulista foi compondo as coligações e as coalizões dos governos estaduais. Isso aconteceu tanto nas gestões do PMDB (1987-1995) quanto do PSDB (1995 -). Contudo, Sandes-Freitas (2015, p. 234) aponta que “mesmo participando oficialmente do governo [estadual] e compondo a base de apoio legislativa, o PTB era fortemente malufista na base municipal, justificando o apoio

ao PDS e não o PMDB”. Isso não acontecia apenas no estado de São Paulo. Como demonstra Ames (1994), o PTB em nível local nos demais estados brasileiros também tendia a apoiar Paulo Maluf, nas eleições presidenciais. Nesse sentido, o PTB tende a compor com forças políticas de diferentes origens partidárias (PDS, PFL PSDB, PMDB e PL), a depender do nível de disputa (nacional, estadual ou municipal) – ainda que, todas essas forças em geral, se localizem no campo ideológico da direita e centro-direita. A exceção coube ao PT quando assumiu o governo federal, com quem o PTB se aliou em 2003 (Fleischer, 2007).

Gráfico 10. Representação do PTB nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (1982-2016)



Fontes: IPEA-Data, Fundação SEADE e TSE. Os dados de 1988 e 1992 estão indisponíveis, em nível nacional.

vi) Partido Social Democrático (PSD)

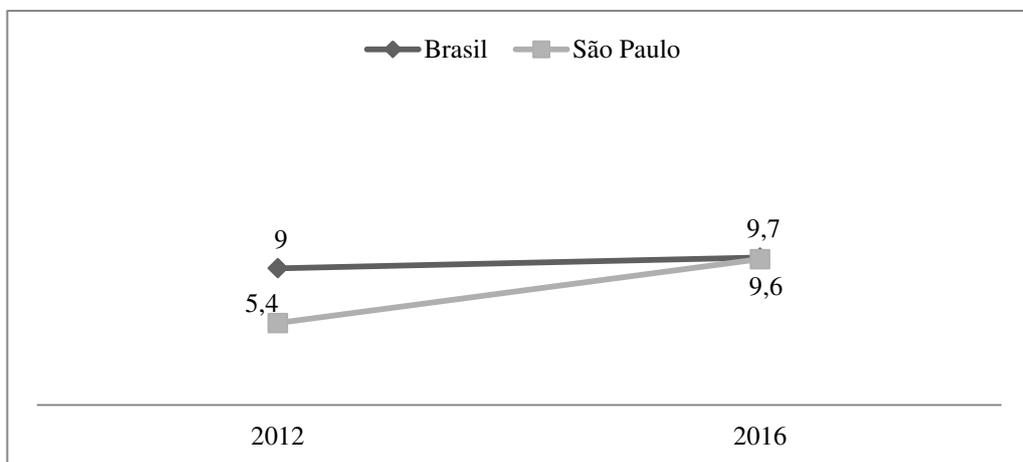
Criado em 2011, o PSD foi composto originariamente por políticos advindos de partidos como PSDB e PFL/DEM – a exemplo de uma de suas principais lideranças, o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Possuindo formatação originária complexa e diversa (Krause e Gerardi, 2012), o PSD foi criado em uma conjuntura de hegemonia do PT no cenário nacional, ao mesmo tempo em que se tornou uma “reação de lideranças sem perspectiva de posicionamento nos partidos de oposição” (Krause *et. al*, 2016, p. 85).

Por conta das migrações, o PSD já nasceu grande em sua primeira eleição. Dantas (2013) identifica que o partido disputou as eleições de 2012 com capilaridade superior a diversos partidos da direita (DEM e PR). Ou seja, o PSD já surge bastante inserido na competição, tanto como cabeça de chapa quanto coligado. Em termos ideológicos, o autor

mostra que o PSD se aliou tanto a partidos de direita quanto de esquerda e de centro, ampliando ainda mais sua força eleitoral.

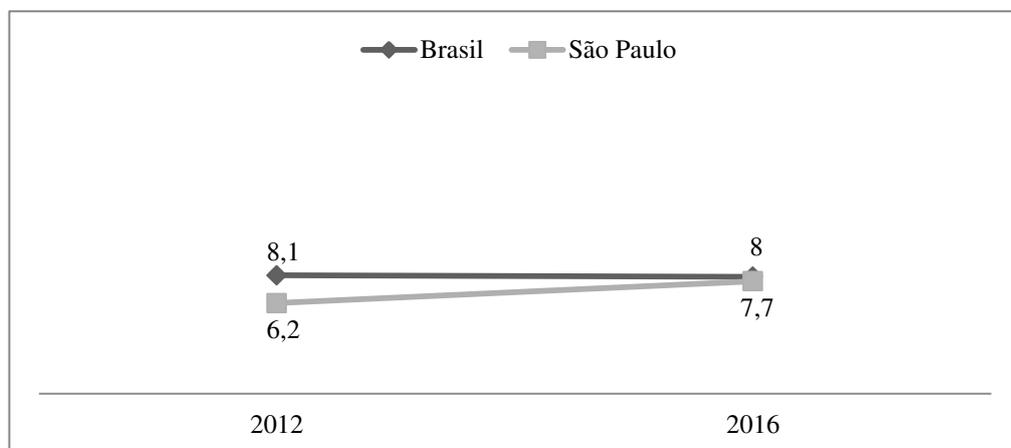
Logo no primeiro pleito que disputou, o partido conseguiu 9% das prefeituras e 8,1% das vagas nas Câmaras Municipais no país (Gráficos 11 e 12). Já em São Paulo, os pessedistas conseguiram 5,4% das prefeituras e 6,2% no Legislativo – taxas semelhantes aos dos demais partidos aqui analisados. Em 2016, o PSD ampliou sua representação tanto no Brasil quanto no estado, chegando a quase 10% dos prefeitos eleitos nos dois níveis. Trata-se, portanto, de uma força política que apresenta um quadro promissor, dentro do espectro ideológico da direita e centro-direita.

Gráfico 11. Representação do PSD nas prefeituras (%) – Brasil e São Paulo (2012-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Gráfico 12. Representação do PSD nas Câmaras Municipais (%) – Brasil e São Paulo (2012-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

De modo geral, e corroborando com o argumento de Mainwaring, Meneguello e Power (2000), pode-se afirmar que os partidos conservadores aqui analisados possuem ênfase na política estadual e local. Ainda assim, conseguem se projetar em nível nacional – porém, quase exclusivamente na forma de alianças, ajudando a compor governos e bancadas no Congresso. Exceções ficam por conta de figuras como o malufismo (PDS/PP), que já perde força desde a virada do século.

Dentro do espectro partidário da direita, é notável que as agremiações se comportam e se caracterizam de maneiras distintas. Tem-se partidos com projeção nacional (casos de PFL/DEM, PSD, PTB e PDS/PP) e outros com maior ênfase em determinadas regiões, ou mais frágeis, organizacional e eleitoralmente (PL/PR). Esta pluralidade no interior da direita nos indica que, ao tratarmos da questão partidária e ideológica, temos um quadro muito mais complexo do que o geralmente se desenha. Não são todas legendas meramente “fisiológicas” ou de “aluguel”, na medida em que suas diversidades internas e de comportamento refletem diferentes estratégias de atuação e sobrevivência, dentro do mercado político-eleitoral.

CAPÍTULO 3: Dimensões organizacional e contextual da política paulista

O objetivo do capítulo é testar as hipóteses referentes ao ambiente político em São Paulo. Para isso, duas dimensões são analisadas separadamente. Por um lado, o aspecto organizacional – pensando, especificamente, na habilidade dos partidos conservadores de lançarem candidatos e, assim, se inserirem na competição eleitoral. Dados de lançamento de candidaturas serão as nossas bases para estudarmos este aspecto. Por outro lado, trabalharemos com o eixo contextual em São Paulo, procurando apontar as relações do ambiente socioeconômico e competitivo do estado com os desempenhos partidários. Sobre o contexto socioeconômico, serão utilizados dados de PEA (Industrial e Agrícola), taxas de população urbana e de analfabetismo. No que concerne à competição, optamos por utilizar o Número Efetivo de Partidos (NEP), votações e taxas de sucesso nas eleições.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, analisaremos a dimensão organizacional, focando nas candidaturas. Na sequência, olharemos para o contexto socioeconômico de São Paulo e a maneira como ele vem acolhendo os partidos conservadores desde os anos 1980. Por fim, serão trabalhados os dados referentes à competição eleitoral, de modo a argumentar acerca do crescimento do número efetivo de partidos e de legendas que tomaram o espaço anteriormente ocupado pela direita – como é o caso PSDB.

1) A dimensão organizacional: apontamentos a partir do lançamento de candidaturas

Um dado importante que nos mostra a “presença organizacional” dos partidos pelo território é o lançamento de candidatos nas eleições. Mais do que apontar a presença *in loco* da agremiação – seja no formato de Comissão Provisória ou de Diretório⁴⁶ -, o lançamento de candidaturas nos informa sobre a real capacidade de mobilização e atuação dos partidos nos municípios. Trabalhos com o de Vasquez (2016) argumentam nesse sentido, ao abordar o grau de nacionalização da oferta eleitoral dos partidos. Já Dantas (2013) demonstra que os partidos vêm ampliando suas capilaridades locais, nas eleições para prefeito – seja na forma de “cabeça de chapa” ou apoiando alguma coligação.

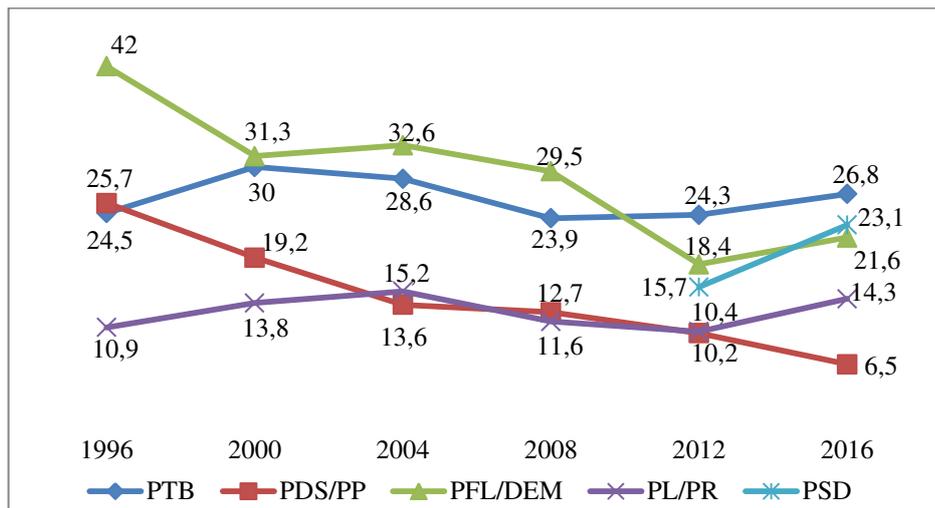
Ao analisarmos, especificamente, as candidaturas em que os partidos conservadores foram “cabeça de chapa”, poderemos apontar, com maior precisão, a maneira como eles tem

⁴⁶ Para maiores informações a respeito desta discussão, ver Guarnieri (2011) e Braga e Pimentel Jr. (2013).

se inserido nos municípios paulistas e na competição eleitoral⁴⁷. Trabalharemos, aqui, com as eleições para as prefeituras – na medida em que são eleições mais competitivas e que, portanto, demandam das agremiações maiores articulações e mobilizações.

O Gráfico 13 mostra que, desde 1996⁴⁸, os dois principais partidos de direita vêm apresentando candidatos em uma quantidade menor de municípios. A média geral passou de 25,7% (1996) de candidatos lançados para 18,4%, em 2016. Por um lado, o PFL/DEM chega a 2016 lançando candidaturas em cerca de metade das cidades (21,6%), em relação a 1996 (quando tinha representação em 42%, maior taxa para a série histórica). Dantas (2013) já havia identificado este declínio do partido, ao mesmo tempo em que este ampliou em 97% a sua média de participação apenas em coligações, entre 2000 e 2012, segundo o autor.

Gráfico 13. Municípios paulistas em que os partidos conservadores lançaram candidatos às prefeituras (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Por outro lado, o PDS/PP deixou de lançar candidatos em 25,7% dos municípios paulistas (1996), reduzindo a competição pelas prefeituras como “cabeça de chapa” para apenas 6,5% das cidades em 2016. Estes dados reforçam os argumentos trazidos anteriormente, que afirmavam o declínio de ambas as agremiações no estado – seja pela perda de espaço do malufismo (no caso do PDS/PP) ou pelas sucessivas crises internas do PFL/DEM, que levaram inclusive à cisão que originou o PSD, em 2011. Além disso, a

⁴⁷ Um estudo de caráter nacional que discute competição eleitoral e lançamento de candidaturas é feito em Vasquez (2016).

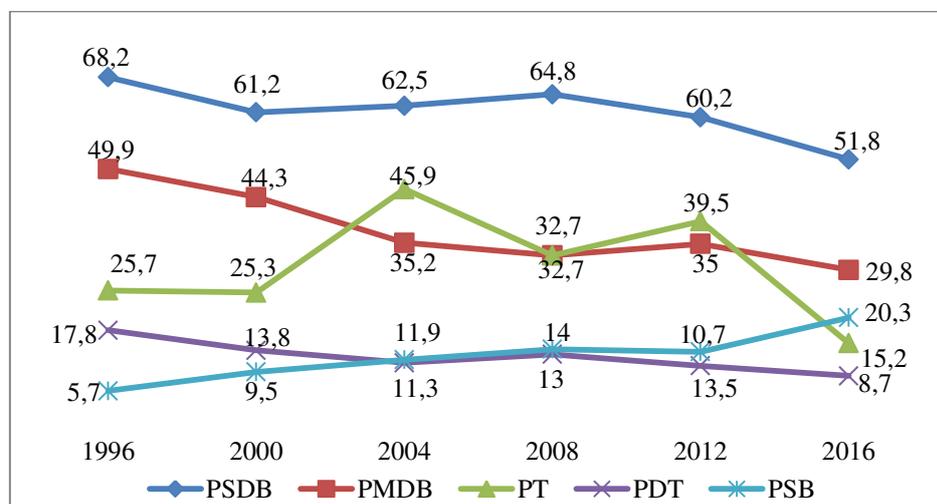
⁴⁸ Não foi possível obter os dados anteriores a 1996. Agradeço ao colega Vitor Vasquez, doutorando em Ciência Política (IFCH/UNICAMP), por disponibilizar o banco de dados sistematizado.

ampliação da oferta partidária – como será argumentado mais adiante – também contribuiu para este quadro.

Os demais partidos possuem taxas de candidatura relativamente estáveis ao longo do tempo. O PTB vem apresentando candidatos em uma média de 26% dos municípios, desde 1996, ao passo que PL/PR se estabelece em torno de 12%. Já o PSD, recém-inserido na competição eleitoral a partir de uma divisão no DEM, ampliou a presença nas eleições locais – saltando de 15,7% (2012) para 23,1% (2016) dos municípios em que liderou as disputas para prefeito. Assim, o partido se tornou a segunda maior força político-partidária no estado, dentro do grupo aqui selecionado. O PTB segue sendo o partido que apresenta maior capacidade de inserção nos pleitos.

Ao contrapormos estes dados com as taxas de outros partidos, podemos observar melhor qual a posição ocupada pelos conservadores na estruturação das competições eleitorais. Para a elaboração do Gráfico 14, selecionamos outros cinco partidos de outros pontos do espectro ideológico, para efeitos comparativos.

Gráfico 14. Municípios paulistas em que outros partidos lançaram candidatos às prefeituras – PSDB, PMDB, PT, PDT e PSB (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Historicamente, PSDB e PMDB são bastante enraizados no estado, como já é conhecido pela literatura (Kinzo, 1988; Sadek, 1989; Assumpção, 2008; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Kerbauy e Assumpção, 2012; Bizzarro Neto, 2013; Sandes-Freitas, 2015). Ambos ocupam posicionamentos ideológicos mais ao centro e centro-direita, de acordo com Power e Zucco Jr. (2011). Seguindo a mesma classificação, selecionamos três dos maiores partidos de esquerda nas disputas eleitorais – PT, PDT e PSB. Tal classificação é

semelhante à utilizada por Dantas (2013), em estudo sobre as eleições locais. Deste modo, é possível apontarmos algumas comparações de partidos de outros matizes ideológicos com os conservadores, em relação à capacidade de se organizarem para disputar eleições municipais. Temos por base para esta seleção, também, o estudo de Krause et. al. (2016, p. 79), Lavareda et. al. (2016) e Kerbauy (2016), que colocaram este grupo de dez partidos como as “grandes” legendas de nosso sistema partidário: PTB, PSD, DEM, PP, PR, PMDB, PSDB, PT, PSB e PDT.

Em primeiro lugar, nota-se que a média geral de lançamento de candidatos é maior dentre este grupo de partidos, ainda que também apresente trajetória declinante. De 33,5%, em 1996, estas agremiações passaram a lançar candidatos em uma média de 25,2% dos municípios em 2016.

Outro dado que chama a atenção é que PMDB e PSDB são as duas agremiações que apresentam as maiores capacidades de se organizarem para disputar os pleitos. O caso do PSDB é ainda mais evidente: à exceção de 2016, ao longo de toda a série histórica o partido lançou candidatos em mais de 60% das cidades paulistas. A sua elevada capacidade de inserção e organização no território paulista, que é uma de suas principais bases fundadoras (Roma, 2002), associada ao controle do governo do estado desde 1994 (Assumpção, 2008; Kerbauy e Assumpção, 2012; Sandes-Freitas, 2015), ajudam a explicar estas taxas em nível municipal. No caso do PMDB, a longa trajetória de “interiorização” pelo estado (Sadek, 1989), desde os anos 1980, garantiu ao partido certa “sobrevivência” política – mesmo diante de sucessivas crises internas, sobretudo a partir de fins dos anos 1990 (Bizzarro Neto, 2013).

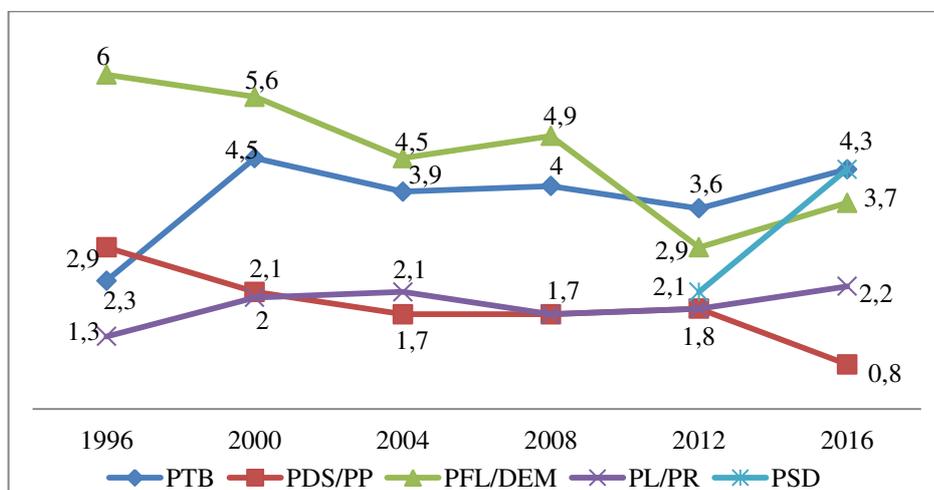
Já entre os partidos de esquerda, as taxas são semelhantes às aquelas apresentadas pela direita. A exceção fica em algumas eleições, para o PT (2004 e 2012, principalmente). Dantas (2013) mostra que PT e PSB foram os partidos que mais elevaram suas capilaridades no nível local, entre 2000 e 2012. As sucessivas crises recentes pelas quais vem passando o PT nos últimos anos, com maior destaque para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016) e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, resultaram na perda do apoio popular e da adesão ao partido. Em São Paulo, as consequências foram sentidas de forma notável, tanto por conta do enraizamento do partido no estado desde sua fundação (Meneguello, 1989), quanto pela capacidade que possuía de polarizar a disputa com o PSDB em nível estadual, entre 1994 e 2010 (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Sandes-Freitas, 2015). Nota-se que o partido sofreu perdas importantes nas disputas também em nível local.

Apenas o PSB registrou aumento na quantidade de candidatos lançados, demonstrando fortalecimento eleitoral. Isso começou a ocorrer desde guinada do partido ao centro –

processo que vinha ocorrendo desde a quebra da aliança com o PT, nas eleições municipais de 2012. Tal rompimento ocorreu de forma definitiva em 2014, quando Eduardo Campos, então governador de Pernambuco e presidente do PSB, decidiu concorrer à Presidência da República. Com a morte de Campos, antes mesmo do pleito de 2014, o partido passou a se coligar, com maior frequência, com partidos do centro e da centro-direita – com destaques para PMDB e PSDB. Esta mudança se mostrou bem sucedida em São Paulo⁴⁹, uma vez que o atual vice-governador do estado, Márcio França, é uma liderança do PSB que se aliou ao candidato vitorioso Geraldo Alckmim (PSDB), em 2014. Assim, o partido alcançou um novo *status* no cenário político-partidário paulista, criando maiores possibilidades de inserção pelo estado. Isso já se refletiu nas eleições de 2016.

Ao olharmos para o sucesso obtido nas eleições, o quadro se mostra semelhante, refletindo os padrões de organização apresentados acima. Para os Gráficos 15 e 16, foram calculadas as taxas de sucesso eleitoral dos partidos: ou seja, a porcentagem de vitórias conseguidas⁵⁰.

Gráfico 15. Taxas de sucesso eleitoral dos partidos conservadores nas disputas pelas prefeituras paulistas (%)



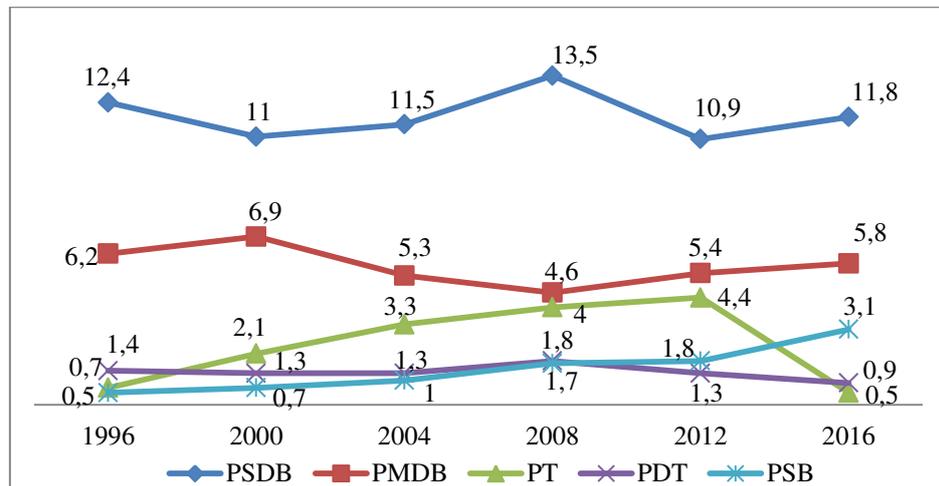
Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

⁴⁹ Ainda que tenha se mostrado bem sucedida, a guinada à direita do PSB não é uma estratégia consensual no interior do partido, como aponta o deputado federal Júlio Delgado (PSB-MG). Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-deputado-partido-precisa-voltar-a-esquerda,10000086099>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

⁵⁰ O cálculo das taxas de sucesso eleitoral foi feito da seguinte maneira. Dividiu-se o total de eleitos em cada um desses partidos pelo total de candidatos que esses dez partidos selecionados lançaram. Assim, foi possível observar qual a participação de cada agremiação no resultado final dos pleitos, dentro do universo de candidatos que elas apresentaram.

Os dados revelam que, entre 1996 e 2016, os partidos conservadores passaram de 37% para 41% do total das prefeituras conquistadas, dentre os dez partidos aqui selecionados. Este número crescente se deve principalmente ao PSD, que praticamente dobrou o número de prefeituras obtidas (de 33, em 2012, para 61, em 2016). A principal queda registrada foi, novamente, a de PDS/PP, que de 1996 para 2016 diminuiu de 51 para 11 o número de vitórias nas majoritárias. Partido responsável por estruturar a competição estadual entre os anos 1980 e 1990, devido ao malufismo, o PDS/PP praticamente desapareceu nas últimas eleições municipais em São Paulo, revelando uma transformação significativa na dinâmica do partido e impondo grandes desafios de sobrevivência a sua organização.

Gráfico 16. Taxas de sucesso eleitoral dos outros partidos nas disputas pelas prefeituras paulistas – PSDB, PMDB, PT, PDT e PSB (%)



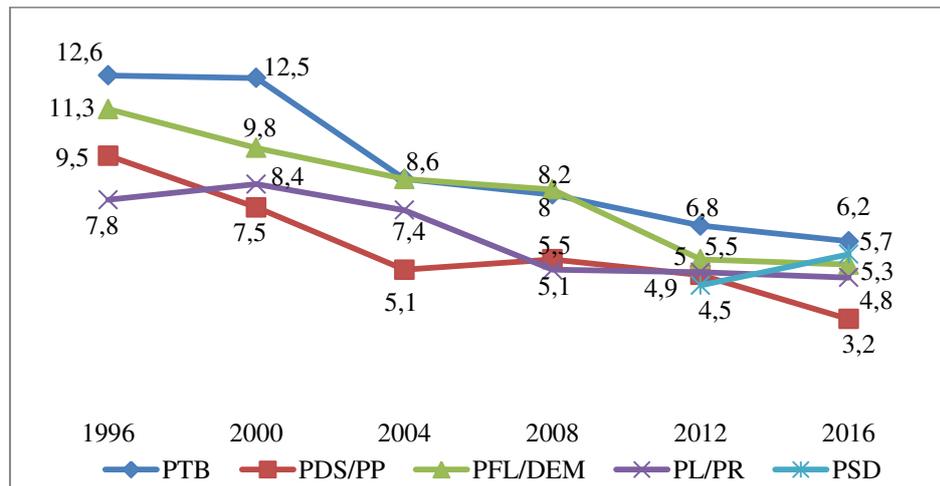
Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Ao compararmos essas taxas de sucesso eleitoral com as taxas de lançamento de candidaturas (Gráfico 13), o quadro que surge é o de diminuição da capilaridade de alguns partidos conservadores no estado – ou, pelo menos, da capacidade de liderarem as disputas locais. Contudo, este “enxugamento” da presença local não significou, necessariamente, uma queda geral nas vitórias obtidas nas prefeituras. Há uma diversidade de tendências entre os partidos, dentro deste bloco ideológico. PTB e PL/PR seguem apresentando certa estabilidade em seus desempenhos. O PFL/DEM voltou a crescer em 2016, sinalizando uma recuperação na queda que ocorria desde 2008. Já o PSD se destaca como a agremiação mais bem sucedida nas últimas eleições, ao passo que PDS/PP continua sua trajetória de declínio eleitoral e político em São Paulo, como vem acontecendo desde o início dos anos 2000.

Em relação ao outro grupo de partidos – o mesmo analisado anteriormente – é notável que PSDB e PMDB sejam as duas legendas de maior destaque no estado. O sucesso eleitoral de ambas é relativamente estável, sobretudo para o PSDB, que desde 1996 concentrou pelo menos 10% das vitórias eleitorais. Dentre os partidos de esquerda analisados, o PSB continua a ser o que apresenta maior fortalecimento eleitoral, em um contexto de transformações em suas estratégias eleitorais. Já PT e PDT seguem declinando – o que ainda é mais crítico no caso do PT, por conta de toda a conjuntura que vive o partido nos últimos anos, como mencionado acima.

O cenário que tem se desenhado no Legislativo local é mais homogêneo, no que se refere aos partidos conservadores, como mostra o Gráfico 17.

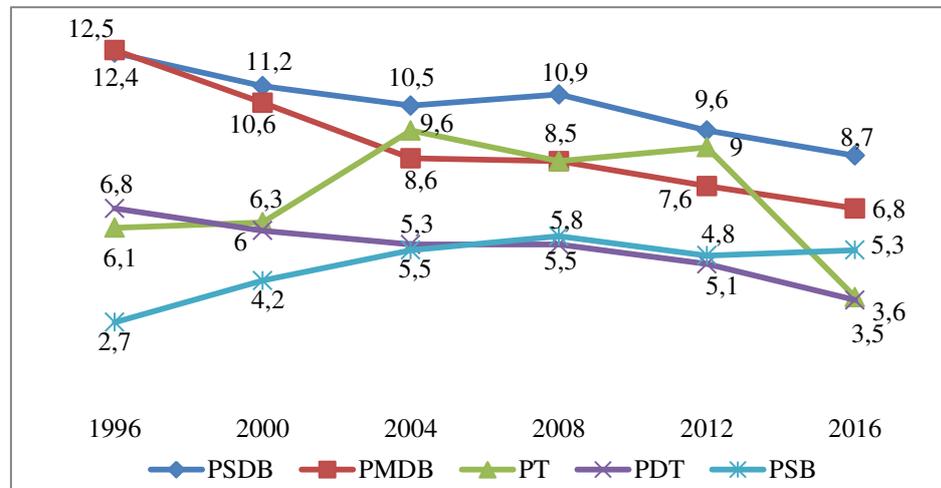
Gráfico 17. Candidatos lançados às câmaras municipais paulistas pelos partidos conservadores (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Todos os partidos, entre 1996 e 2012, diminuíram a quantidade de candidaturas lançadas. Se em 1996, essas legendas respondiam por 41,2% dos candidatos, em 2016 elas representaram 25,2%. A exceção coube ao PSD que, seguindo o mesmo padrão das eleições para o Executivo, ampliou sua capacidade de organização para disputar os pleitos locais. Com relação ao grupo dos outros partidos, a mesma tendência ocorreu, mas em menor escala (Gráfico 18). PSDB e PMDB novamente são as agremiações com maior penetração territorial nas disputas, ao passo que o PT decaiu significativamente, assim como ocorreu no Executivo. O PSB se mostrou bem sucedido ao longo do tempo, ampliando a proporção de candidaturas lançadas.

Gráfico 18. Candidatos lançados às câmaras municipais paulistas pelos outros partidos – PSDB, PMDB, PT, PDT e PSB (%)

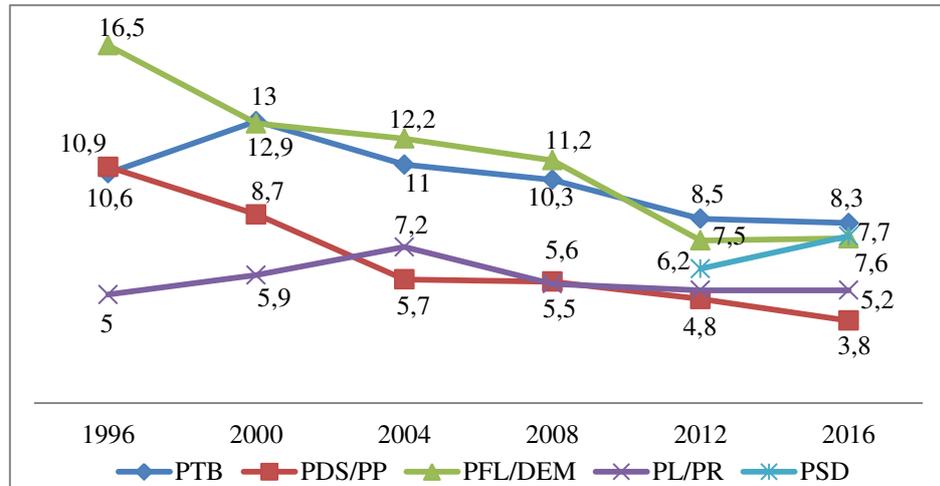


Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Seguindo um padrão semelhante ao das candidaturas, as vitórias eleitorais obtidas pelos partidos conservadores também tem diminuído ao longo do tempo. PSD e PTB são as legendas que conseguiram alcançar os maiores resultados em 2016, como aponta o Gráfico 19. Para a sua elaboração, assim como o Gráfico 20, foram calculadas as porcentagens de cadeiras obtidas por cada partido, dentro do total de vagas disponibilizadas pelo pleito. Não foi feito um cálculo de “sucesso eleitoral”, como nas eleições para prefeito, por conta do elevado número de candidatos e do princípio proporcional que rege as eleições legislativas municipais – o que dificultaria controlar o peso do “sucesso eleitoral”.

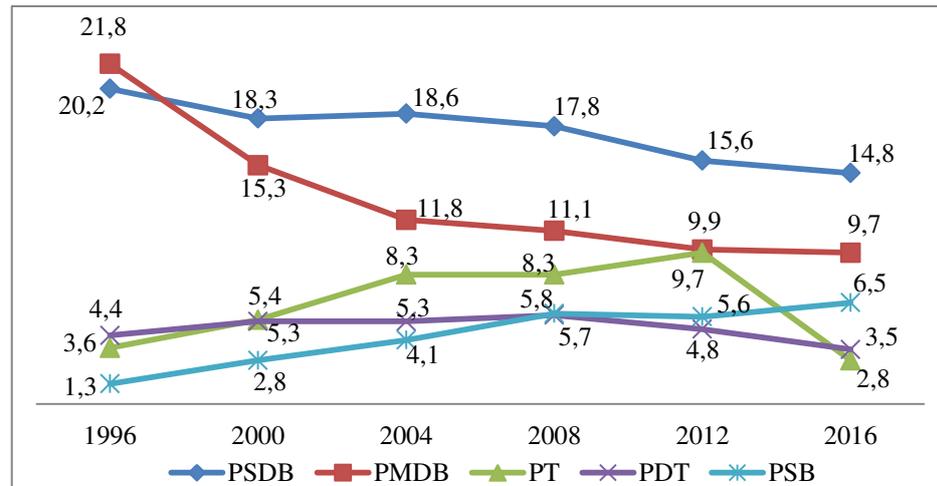
Os dados mostram que DEM e PP apresentaram trajetória declinante, assim como nas eleições executivas, ao passo que o PR seguiu com relativa estabilidade – sobretudo a partir de 2008. Já entre o outro grupo de partidos, o quadro também é semelhante ao das disputas para prefeito, pois PMDB e PSDB são as agremiações com mais cadeiras conquistadas - ainda que, ao longo do tempo, ambas tenham diminuído essa quantidade. Uma observação geral a respeito das candidaturas tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais em São Paulo nos mostra que, mesmo entre partidos como PSDB e PMDB, a participação das legendas aqui selecionadas no cômputo total dos candidatos e dos eleitos tem sido cada vez menor (Gráfico 20). Como já sugerido anteriormente, o crescimento da fragmentação e da competição é evidente em São Paulo. As sessões II e III procurarão reforçar este argumento.

Gráfico 19. Cadeiras obtidas pelos partidos conservadores nas disputas pelas câmaras municipais paulistas (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Gráfico 20. Cadeiras obtidas pelos outros partidos nas disputas pelas câmaras municipais paulistas – PMDB, PSDB, PT, PDT e PSB (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Por hora, um dado que nos permite relacionar a organização dos partidos com a fragmentação do sistema é o de lançamento de candidatos pelas demais legendas⁵¹, independentemente de seus tamanhos. Muitas delas surgiram durante o *boom* na criação de partidos, em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 (Ferreira, Batista e Stabile, 2008) e têm contribuído para a elevação da fragmentação partidária nas eleições locais no Brasil

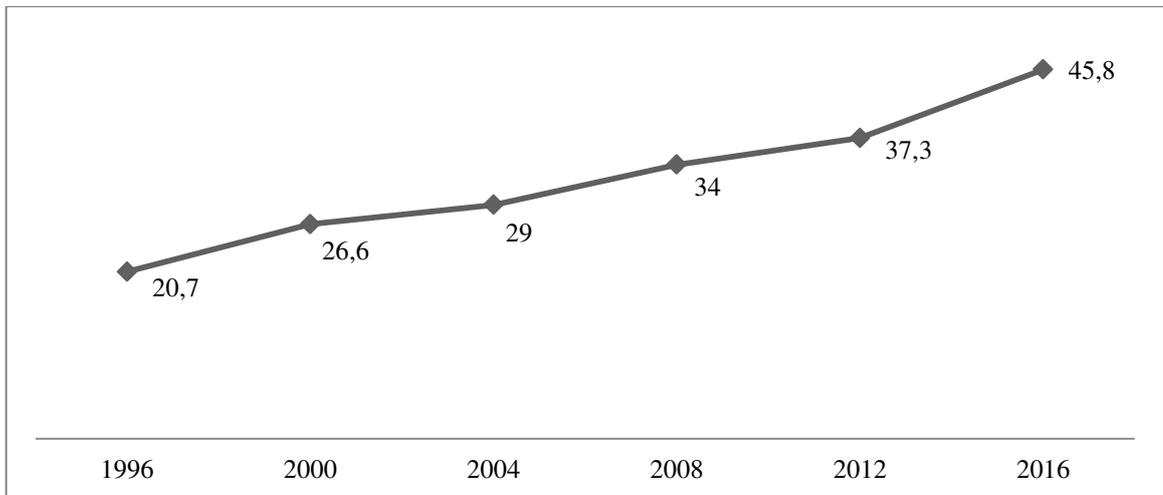
⁵¹ Para os fins deste trabalho, as “demais legendas” serão consideradas aquelas que não estão entre as principais de cada bloco ideológico. Assim, incluiremos todos os partidos, à exceção dos conservadores aqui selecionados e de PT, PSB, PDT, PMDB e PSDB. Nos moldes das classificações propostas por Krause et. al. (2016) e Kerbauy (2016), esses partidos integram, juntamente aos conservadores, o grupo dos “grandes” partidos brasileiros.

(Krause et. al, 2016). Sabemos que há diferenças entre o posicionamento ideológico dessas legendas, sobretudo as pequenas, e que são pouco estudadas pela literatura (Dantas e Praça, 2010; Babireski, 2016). Contudo, o que se pretende aqui é apenas apontar para o crescimento da presença dessas agremiações nas competições locais, como forma de demonstrar que o terreno paulista é capaz de acolher partidos das mais diferentes matrizes ideológicas e com tamanhos diferentes, contribuindo para a ampliação de um cenário desafiador e complexo para os partidos conservadores. Como forma de ilustrar essas transformações, optamos por trabalhar com os dados das eleições para vereador – dado que a fragmentação é maior e, conseqüentemente, as disputas se dão em um campo mais pluralizado e heterogêneo. Além disso, as eleições para as câmaras municipais tem tido um peso cada vez maior nos padrões de votação e no desempenho eleitoral partidário, passando a integrar as estratégias eleitorais dos partidos para as eleições subsequentes (Kerbaudy, 2016, p. 95).

A ampliação da participação das pequenas e médias legendas nas eleições locais brasileiras já havia sido identificada por Krause et. al. (2016), entre 2008 e 2012. Para Kerbaudy (2016), o aumento das cadeiras no Legislativo local a partir do pleito de 2012 beneficiou os pequenos partidos – na medida em que tiveram maior quantidade de votos e maiores chances de coligações. Em São Paulo, de fato, esse fenômeno é perceptível. Ao olharmos para os dados de lançamento de candidatos presentes no Gráfico 21, por exemplo, torna-se evidente que as demais legendas tem conquistado uma maior capacidade de organização para disputar os pleitos⁵². Entre 1996 e 2016, elas dobraram sua participação no lançamento de candidatos a vereador. Na última rodada eleitoral, quase metade das candidaturas não pertencia às principais legendas, mas sim aos novos e aos pequenos partidos. Ou seja, 25 agremiações concentraram quase metade dos candidatos, tornando evidente a fragmentação das eleições proporcionais. A criação de organizações partidárias como PROS, SD e REDE, assim como o fortalecimento de pequenos partidos conservadores como PSC e PRB, ajudam a explicar o salto significativo que ocorreu entre 2012 e 2016.

⁵² Estão incluídas todas as legendas, à exceção dos partidos conservadores aqui selecionados e de PT, PMDB, PSDB, PDT e PSB.

Gráfico 21. Porcentagem de candidatos lançados pelos novos e pequenos partidos nas eleições para as câmaras de vereadores nos municípios paulistas (1996-2016)



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do TSE.

Uma conclusão geral a respeito da relação entre organização local e desempenho eleitoral nos municípios paulistas sugere o seguinte quadro: os partidos conservadores vem diminuindo sua capilaridade no estado, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais. Isso vale especialmente para legendas antes muito fortes: PP (com uma crise acentuada e constante) e DEM (que conseguiu ampliar suas vitórias em 2016). Em um contexto de elevação da competição no estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012), os dados sugerem que o PP tem encontrado dificuldades em se manter viável nas disputas locais. Entretanto, esta retração no lançamento de candidaturas não é unânime no bloco conservador. Partidos como PTB e PR seguem estáveis, sobretudo no Executivo - tanto nas disputas quanto nas vitórias obtidas; ao passo que o PSD se apresenta como uma nova porta de entrada para lideranças que queiram se renovar em termos de legenda, sobretudo após sua fundação em um contexto de separação do DEM, em 2011. O PSD tem se apresentado como um partido capaz de se ampliar sua organização para disputar nos municípios paulistas tanto os pleitos majoritários quanto os proporcionais.

A ocupação por outras legendas do espectro ideológico, no terreno político paulista, é uma explicação possível para os desafios que vem enfrentando os partidos conservadores. Os dados demonstraram que PSDB e PMDB, além de apresentarem taxas de capilaridade mais elevadas, conseguiram obter crescimento em seus sucessos eleitorais. Dentro do espectro mais à esquerda, o PSB se mostra como o ator relevante nesse processo. Além disso, o crescimento da participação das demais legendas no processo eleitoral tem contribuído para tornar o campo mais competitivo, como será melhor aprofundado nas sessões II e III deste capítulo.

II) A dimensão contextual e suas relações com os partidos em São Paulo

Outro objetivo do capítulo é apresentar algumas perspectivas de análise da relação entre o ambiente eleitoral paulista e a diminuição do espaço político dos partidos conservadores, do ponto de vista contextual e institucional. A hipótese que nos guia é a de que os partidos conservadores possuem suas principais bases sociais e eleitorais nos municípios menores e de estrutura rural/agrícola, seguindo argumento da literatura (Soares, 1973; 1988; Faria, 1975; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010; 2011). Ao mesmo tempo, serão demonstradas algumas evidências a respeito do espaço que o PSDB tem assumido no estado desde os anos 1990, como forma de apontar o crescimento deste partido em locais onde os partidos conservadores eram, até então, predominantes. Além do PSDB, o PMDB também será colocado em perspectiva. Alguns dados socioeconômicos e de votação foram correlacionados, de modo a realizarem uma primeira aproximação com a abordagem analítica aqui proposta⁵³.

Como argumentam Montero (2010; 2011), Soares (1988) e Faria (1975), a dimensão urbano-rural sempre foi uma linha importante de clivagem na política brasileira. Nas últimas décadas, o Brasil – e em especial o estado de São Paulo (Baeninger, 2004) – caminhou de maneira constante rumo à urbanização, atingindo taxas superiores a 95% em boa parte do território. Nesse sentido, a variável “urbanização” tem passado por diversas significações no debate político recente.

Desde os anos finais do regime militar até meados dos anos 1990, os desempenhos eleitorais dos partidos conservadores estiveram bastante associados a um determinado perfil de município, em São Paulo. Como aponta a Tabela 4, as maiores votações desses partidos se concentravam nos municípios com menores taxas de população vivendo nas zonas urbanas: quanto maior a taxa de população urbana, menos votos os partidos conservadores recebiam. Esta correlação apresenta índices estatisticamente significantes e maiores nos cargos de vereador. No entanto, as votações para prefeito também apresentam valores estatisticamente significantes e que apontam para o mesmo sentido: uma relação inversa com os índices de população urbana. A tendência à obtenção de melhores desempenhos nos municípios com

⁵³ As tabelas com as correlações de Pearson (Tabelas de 4 a 8) utilizaram diferentes ondas do Censo-IBGE, para sua elaboração. Para as correlações de População Urbana, PEA Agrícola e PEA Indústria com as votações, aplicam-se as seguintes referências: nos pleitos de 1976 e 1982, aderiu-se ao Censo de 1980; para 1988 e 1992, o Censo de 1991; para 1996, 2000 e 2004, a base foi o Censo de 2000; e para as eleições de 2008, 2012 e 2016, utilizaram-se os Censos de 2010 (População Urbana) e de 2008 (PEA Agrícola e Industrial). Para a Taxa de Analfabetismo, seguiu-se a mesma lógica - com exceção das votações de 1982 e 1988, que se basearam no Censo de 1991, por não estar disponível esta variável no Censo de 1980.

maior população rural, em ambos os cargos, se mantém até o pleito de 1996, de maneira mais acentuada. A partir do ano 2000, esta correlação perde força – voltando a apresentar alguma significância apenas em 2012, nas votações do DEM.

A Tabela 5 reforça as considerações trazidas pela Tabela 4. Desta vez, analisamos as associações entre as votações e PEA Agrícola – que indica a taxa de população empregada no setor agrícola. Muito se argumenta de que a PEA Agrícola, na verdade, não representaria uma população de fato “rural” – visto que a produção no campo tem sido cada vez mais mecanizada, ou com trabalhadores que não moram na zona rural. De todo modo, podemos considerar este índice como uma forma de apontar, ainda que de forma geral, como se dá o desempenho dos partidos conservadores em contextos mais próximos aos ambientes rurais. Testes e considerações semelhantes, a respeito da política em ambientes rurais, já foram feitos anteriormente pela literatura (Soares, 1973; 1988; Reis, 1988; Kerbauy, 2000; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010; 2011).

Nos primeiros anos da redemocratização, a associação entre votações e população empregada no setor agrícola se mostrou estatisticamente significativa, com índices superiores a 0,3 (em sua maioria). Novamente, o caso do PDS se destacou – tanto nas prefeituras quanto nas câmaras. Nessa eleição, em particular, todos os partidos apresentaram votações correlacionadas, significativamente, com a PEA Agrícola.

Ao observarmos as correlações entre as votações e a PEA Indústria, novamente temos alguns pontos importantes (Tabela 6). Os desempenhos eleitorais dos partidos conservadores são inversamente proporcionais à taxa de população empregada na indústria, sobretudo entre os anos de 1982 e 1992. Ou seja, esses partidos se saem melhor em contextos cujas características são menos “urbanas” – população empregada no setor agrícola ou de serviços, por exemplo. Após 1996, seguindo a mesma tendência da correlação com a PEA Agrícola, os dados perdem poder de associação.

A Tabela 7 apresenta mais um índice que nos permite aferir o contexto em que se estabelecem os partidos conservadores no estado de São Paulo. As correlações entre taxa de analfabetismo e votação indicam que os municípios cuja população apresenta elevados índices de analfabetismo são as principais bases de suporte eleitoral a estes partidos. Em ambos os pleitos, este processo ocorre – com certo destaque nas eleições para vereador. Para quase todos os partidos, os índices são superiores a 0,3 (significantes estatisticamente), o que reforça o argumento de que é em contextos de maiores disparidades socioeconômicas que os partidos conservadores se saem melhor (Soares, 1973; Reis, 1988; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010).

De modo geral, as tabelas de correlações (Tabelas 4 a 7) deixam evidente um processo de transformação na dinâmica partidária e eleitoral: de 1976 até 1996, a política paulista se estabelece em territórios específicos, seguindo clivagens e tendências tradicionalmente apontadas pela literatura. Utilizando os mesmos dados socioeconômicos, mas associados às votações para governador e deputado federal, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) também encontram correlações entre voto e contexto no estado de São Paulo.

Os partidos conservadores, durante esses 20 anos, tendiam a se concentrar fortemente em municípios rurais, com boa parte da população empregada no setor agrícola e com menor acesso à educação formal. Além disso, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) encontram que estes partidos possuem bases mais consolidadas quanto menor for o município.

Após 1996, este cenário se altera fortemente. Nas eleições nacionais em São Paulo, as associações entre as votações partidárias e as variáveis socioeconômicas vão perdendo força a partir dos anos 2000, “traduzindo o espalhamento das preferências políticas no estado, antes mais associadas a indicadores socioeconômicos específicos” (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012, p. 140). Alguns partidos, como o PFL/DEM e o PL/PR mantêm algum grau de presença em contextos específicos – menos urbanizados e industrializados. Já o PSD tem apresentado certo enraizamento em cidades rurais e com maiores taxas de analfabetismo, mas apenas entre as eleições legislativas.

Tabela 7. Taxa de Analfabetismo (%) (1991, 2000 e 2010)

Partido	Cargo	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
PDS/PP	Prefeito	,440**	,282**	,431**	,198*	-	,084*	-	-	-
	Vereador	,432**	,276**	,321**	,291**	,116**	,094*	-	,109*	-
PTB	Prefeito	-	-	,284**	,268**	-	-	,089*	,235**	-
	Vereador	,325*	,260**	,328**	,331**	,105**	,139**	,125**	,129**	,113**
PFL/DEM	Prefeito	-	,309**	,323**	,373**	,136**	,097*	-	,367**	-
	Vereador	-	,331**	,315**	,323**	,226**	,190**	,139**	,254**	,190**
PL/PR	Prefeito	-	-	-	,424**	-	-	-	,254*	-
	Vereador	-	,331**	,371**	,386**	-,149**	-	-	,151**	-
PSD	Prefeito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vereador	-	-	-	-	-	-	-	,190**	-

Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade, TSE e IBGE.

** Correlações significativas a 99% (2-tailed). * Correlações significativas a 95% (2-tailed).

A Tabela 8 apresenta as correlações para o PSDB e o PMDB, que como argumentado anteriormente, são organizações bastante fortes eleitoralmente no estado. No caso específico do PSDB, por apresentar discursos e pautas políticas típicas da direita e da centro-direita (sobretudo a questão do livre mercado e da segurança pública), acreditamos que se trata de um partido capaz de ocupar os espaços deixados pelos conservadores. Os dados revelam que, assim como para os demais partidos, as correlações do PSDB vão perdendo força a partir de 1996. Contudo, é notável também que o partido apresenta associações significativas (e no mesmo sentido) em perfis de municípios iguais aos dos partidos conservadores: ambientes menos urbanizados e industrializados, com as maiores taxas de analfabetismo. Isso se dá inclusive no pós-1996, com maior destaque nas eleições legislativas. Trata-se de uma informação que reforça o argumento de que o partido tem se estabelecido em um terreno político tradicionalmente ocupado pela direita. Como os Gráficos 14 e 16 demonstraram, o PSDB é o partido que apresenta tanto as maiores taxas de lançamento de candidatos quanto de sucesso eleitoral. Nesse sentido, o partido consegue se estabelecer em diferentes contextos socioeconômicos do estado, inclusive entre aqueles de perfil mais tradicionalmente associado a partidos de direita.

Os dados sobre o PMDB sugerem um quadro semelhante, ainda que com menor relevância estatística. O partido tem se estabelecido principalmente em municípios com altas taxas de PEA Agrícola, ao mesmo tempo em que perde força nas cidades com PEA Indústria. Nesse sentido, é uma legenda que também tem competido com os conservadores por espaços semelhantes, desde os anos 1980 até o último pleito em 2016.

Tabela 8. Correlações de Pearson entre variáveis contextuais e votações do PSDB e do PMDB em São Paulo (1988 - 2016)

	Cargo	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
População Urbana (%)										
PSDB	Prefeito	-	-	-,337**	-,272**	-	-	-,113**	-	-
	Vereador	-	-	-,318**	-,377**	-,218**	-,197**	-,164**	-,174**	-,123**
PMDB	Prefeito	,229**	-,259**	-,368**	-,369**	-,148**	-	-	-,152*	-
	Vereador	-	-,330**	-,386**	-,378**	-,189**	-,182**	-,095*	-,091*	-,095*
PEA Agrícola (%)										
PSDB	Prefeito	-	-	-	,133*	-	-	-	,136**	-
	Vereador	-	-	,136*	,105*	-,116**	,110**	,098*	,105**	,102**
PMDB	Prefeito	-,232**	,344**	,436**	,376**	,146**	,086*	-	,212**	,100*
	Vereador	-	,389**	,447**	,412**	,231**	,213**	,158**	,141**	,199**
PEA Indústria (%)										
PSDB	Prefeito	-	-	-,229**	-,192**	-	-	-	-	-
	Vereador	-	-	-,239**	-,216**	-,140**	-,096*	-,099*	-,144**	-,107**
PMDB	Prefeito	,220**	-,317**	-,373**	-,314**	-,121**	-	-	-,176*	-,088*
	Vereador	-	-,376**	-,418**	-,349**	-,212**	-,179**	-,137**	-,106*	-,171**
Taxa de Analfabetismo (%)										
PSDB	Prefeito	-	-	,325**	,272**	-	-	-	,149**	-
	Vereador	-	-	,360**	,352**	,238**	,162**	,200**	,186**	,133**
PMDB	Prefeito	-,204**	,233**	,313**	,270**	,083*	-	-	,139*	-
	Vereador	-	,258**	,349**	,293**	,107*	,137**	-	,087*	-

Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade, TSE e IBGE.

** Correlações significativas a 99% (2-tailed). * Correlações significativas a 95% (2-tailed).

As correlações das Tabelas 4 a 8 chamam atenção para o declínio das variáveis contextuais e das clivagens clássicas, como formas de explicação do voto em nível local. Padrões de competição a partir de clivagens como rural-urbano, governo-oposição ou de classe, não tem sido suficientes para compreender o comportamento do eleitorado nos municípios paulistas – pelo menos não na mesma intensidade e clareza em que se estabeleciam nos anos 1970 e 1980, de acordo com a literatura (Soares, 1973; 1988; Faria, 1975; Reis, 1988). A associação entre voto e mundo do trabalho foi perdendo força a partir dos anos 1990, como consequência de alguns fatores: industrialização e urbanização dentre os pequenos municípios do interior, mecanização do campo e novas formas de comunicação. Isso trouxe novas formas de estruturação de voto, que não mais dependiam exclusivamente da relação entre os indivíduos e o contexto de trabalho em que se inseriam⁵⁴.

⁵⁴ Como mostra Meneguello (2014), esses indicadores ainda se mostram importantes para entender o voto dos pequenos partidos no estado, tanto à esquerda quanto à direita, em algumas eleições. Mas a autora observa que isso se dá em condições que respondem à organização da política e de lideranças locais em contextos

Como aponta Canclini (2002), a caracterização sócio-demográfica dos espaços urbanos, sobretudo se pensarmos nos intensos processos de urbanização a partir da segunda metade do século XX, sofreu diversas transformações. Dentre elas, as mídias e os meios de comunicação de massa passaram a transmitir novas formas de interação entre os contextos locais. Os veículos midiáticos sincronizam as vocações locais e globais das cidades – pensando, aqui, em termos de globalização. Para Canclini, “assume-se que suas audiências esperem que lhes seja dito o que significa estar juntos” (2002, p. 41). Ou seja, as mídias, ao mesmo tempo em que estabelecem pontos em comum entre os habitantes de determinada cidade, conectam esses indivíduos a contextos mais amplos e, por vezes, diferentes daqueles que o cercam física e geograficamente. A força de lugares históricos, como praças e centros, diminui frente à remodelação dos imaginários que é operada pelos meios de comunicação. Afinal, são estes meios que relatam, de maneira mais influente, o que significa a cidade. Eles ajudam a imaginar uma sociabilidade que relaciona as comunidades virtuais de consumidores midiáticos a partir de diferentes lugares – como pessoas que se interessam por um mesmo tema, por exemplo. Essas comunidades midiáticas substituíram, então, as praças, estádios e salões de baile pelos não-lugares das redes audiovisuais. Atualizando as considerações de Canclini (2002), pode-se dizer que o exemplo máximo disso, na atualidade, é a *internet* e o contato com diversas redes sociais que ela permite.

Esses novos meios de comunicação, especialmente a partir da *internet*, trazem novas formas de estruturação do voto. A comunicação com pessoas e redes sociais que podem se situar em outras cidades, países ou até mesmo continentes, permitem aos cidadãos o contato com ideias e ideologias que não seriam acessadas em lugares e formatos tradicionais. O acesso à pluralidade de formas de pensar e agir via *internet* traz, então, novas maneiras de o indivíduo estabelecer suas preferências políticas e votar.

É em meio a este cenário, portanto, que os partidos tem se inserido - onde a representação e a participação vem se dando para além da esfera partidária (Manin, 2013). Os meios de comunicação de massa, como argumenta Manin (2013), possuem influência significativa sobre a representação política nas democracias contemporâneas, levando os partidos a se adaptarem e incorporarem estes instrumentos em suas atuações. O caso paulista, como os dados evidenciaram, acolheu de forma ampla a entrada dessas mídias em sua

específicos. Os dados dos pequenos partidos indicaram o mesmo cenário que aqui se desenha para os conservadores: as associações se mostraram significativas até o fim dos anos 1990 e depois perdem força, voltando a ter significância em 2012.

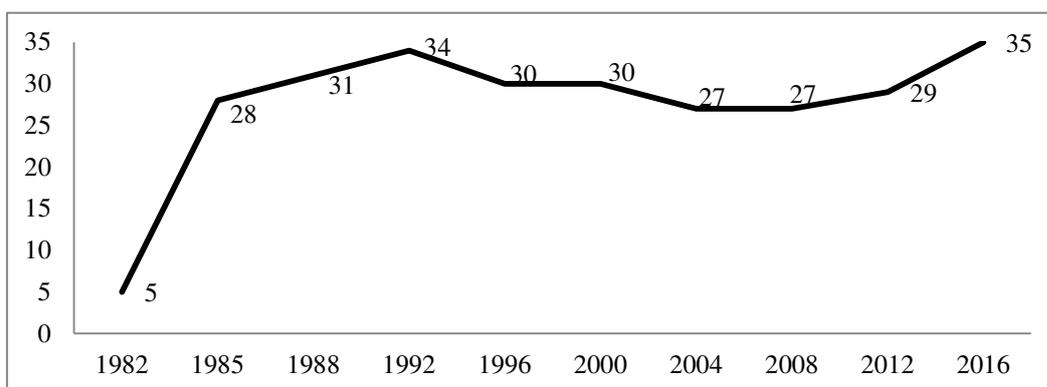
dinâmica política municipal – na medida em que o espalhamento de preferências não mais estrutura o voto a partir de clivagens tradicionais e de um contexto geográfico dado.

Os dados sugerem que os partidos conservadores sentiram significativamente este espalhamento, perdendo terrenos tradicionais de penetração política e organizacional. O interior paulista, além de fortemente conectado às tecnologias, abriga um campo industrial e mecanizado vasto (Moreira e Melazzo, 2015; Silva, 2015). Isso gera, então, novas formas de socialização e de relacionamento entre os indivíduos e o mundo da política. Novos e pequenos partidos, e também tradicionais como PMDB e PSDB, parecem se adaptar melhor a essas dinâmicas locais, em relação aos conservadores aqui estudados.

III) O ambiente institucional e suas relações com os desempenhos eleitorais dos partidos

Como se nota, é nos anos 1990 que grandes mudanças acontecem nas competições políticas. No plano nacional, como aponta a literatura (Krause e Paiva, 2002; Braga, 2006; Ferreira, Batista e Stabile, 2008), a partir de 1994, houve uma diminuição na criação de novos partidos, produzindo certa estabilidade na oferta partidária. É a partir de meados dos anos 1990, também, que o sistema partidário brasileiro começa a se estruturar (Braga, 2006; Fleischer, 2007). No entanto, esta estabilização e estruturação se deram mediante um número elevado de partidos. Como apontam Krause et. al. (2016), a média nacional de partidos que participaram das eleições locais, de 1982 até 2012, fica em torno de 26,7. Os Gráficos 22 e 23 ilustram a evolução deste cenário.

Gráfico 22. Número de partidos por eleição no Brasil (1982-2016)

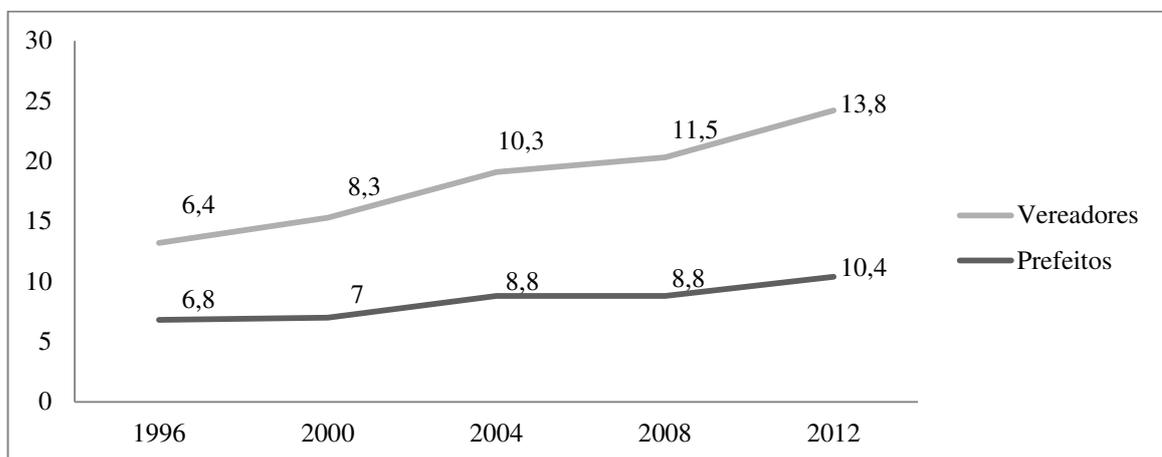


Fonte: Elaboração do autor a partir de Krause et. al. (2016) e TSE.

Juntamente a este quadro de ampliação e posterior estabilização da oferta partidária, Krause et. al. (2016) identificam, também, uma elevação da fragmentação partidária nas

eleições locais a partir de 2004 – como mostra o gráfico abaixo. Isso se deu principalmente por conta do avanço dos pequenos partidos, que levaram a uma queda na ocupação dos cargos eletivos pelos grandes partidos no Brasil⁵⁵. No caso específico da direita, o surgimento do PSD, em 2011, é atribuído como a principal causa do decréscimo dos partidos conservadores nos pleitos locais. Como argumentam Krause et. al. (2016, p. 77), “a criação do PSD fez parte de um processo de acomodação da elite política no interior dos campos de centro e, especialmente, de direita, potencializando um processo de fragmentação que já se desenhava anteriormente”. Nesse sentido, a entrada do PSD apenas evidenciou um processo de declínio dos partidos conservadores (sobretudo DEM, PP, PTB e PL/PR) que já estava ocorrendo desde o início dos anos 2000.

Gráfico 23. Número efetivo de partidos nas eleições locais do Brasil (1996-2012)



Fontes: Krause et. al. (2016).

Este aumento na fragmentação partidária (Gráfico 23) segue o processo de elevação, também, da competição eleitoral (Braga, 2006; Braga e Kinzo, 2007; Peixoto e Goulart, 2014). No caso das eleições municipais, Vasquez (2016) identifica que a conquista da grande maioria das prefeituras brasileiras se dá por meio de eleições, de fato, competitivas. Já Kerbauy (2016) mostra que as vagas nas câmaras de vereadores também têm sido cada vez mais disputadas, em um cenário de aumento na fragmentação. Em ambos os pleitos, as transformações tem seguido padrões semelhantes aos que se observam nas demais eleições brasileiras: a concentração de forças nas eleições majoritárias e a fragmentação partidária nas eleições proporcionais (Braga e Kinzo, 2007). Em relação às proporcionais, Peixoto e Goulart (2014, p. 62) argumentam que o número efetivo de partidos (NEP) tem crescido nos

⁵⁵ De acordo com Krause et. al (2016), foram considerados como grandes partidos: PTB, PDT, PSB, DEM, PR, PP, PSD, PSDB, PMDB e PT.

municípios, “em decorrência não somente de uma fragmentação das forças eleitorais já existentes, mas, sobretudo, pela introdução de novos atores na competição dos sistemas locais”. De acordo com dados dos autores, o NEP nas eleições legislativas locais passou de 4,7 (1996) para 7,1 (2012) – ao passo que, nas eleições para prefeito, o número tem se estabilizado em torno de 2,2, ao longo de toda a série histórica.

Em São Paulo, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) chamam atenção para o quadro crescente, tanto de fragmentação partidária, quanto de competição eleitoral. Para os autores, estes processos ganharam força a partir de meados dos anos 1990, por conta da elevação dos índices de volatilidade e pelo crescente número de partidos parlamentares (de 7, em 1986, para 15, em 2010) – valores acima dos indicadores nacionais. Ao olharmos para as eleições locais do estado, o quadro é de um crescimento acentuado no número efetivo de partidos (NEP)⁵⁶ – ou seja, ao longo das últimas décadas, a tendência observada foi de acentuação da fragmentação partidária também em nível local.

Entre 1988 e 1996, o número de partidos relevantes nas disputas municipais paulistas girou em torno de 5 a 7⁵⁷, tanto nas majoritárias quanto nas proporcionais (Gráfico 24). O *boom* na criação de novas legendas neste período (Fleischer, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008), portanto, não impactou significativamente no sistema partidário paulista. Contudo, a partir de 2000, a tendência ao aumento da fragmentação nos pleitos proporcionais (Braga e Kinzo, 2007) chegou ao nível local: as disputas para os cargos de vereador passaram a apresentar acima de 10 partidos relevantes, de todos os pontos do espectro ideológico. Este quadro passa a se acentuar ao longo do tempo, atingindo 17 partidos efetivos em 2016, o maior número da série histórica.

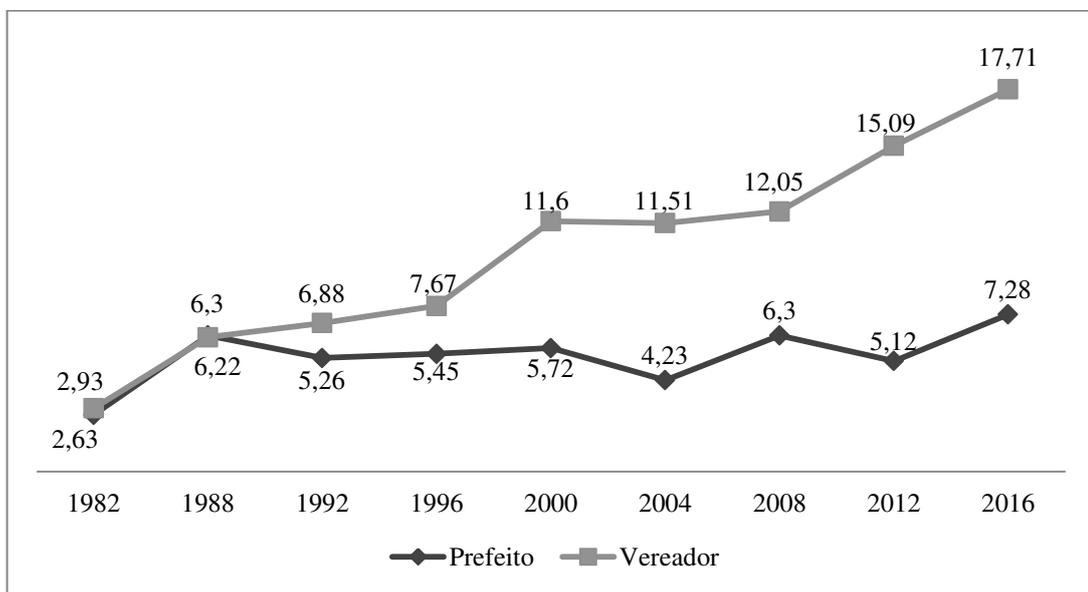
Já as eleições para as prefeituras mantiveram valores semelhantes, ainda que crescentes – cerca de 7,3 partidos foram considerados relevantes em 2016. Entre 1982 e 1992, este número cresceu de 2,6 para cerca de 6 partidos – dentre os conservadores, destacavam-se PDS/PP, PTB e PFL/DEM. PMDB e PT também se incluíam neste grupo de partidos efetivos. Depois de 1992, o PSDB se tornou parte dos partidos mais relevantes, ocupando o lugar do PFL/DEM e disputando diretamente com o PT as maiores parcelas de votos. A partir dos anos 2000, os casos de PDS/PP e PFL/DEM, acompanhando outros dados já apresentados aqui,

⁵⁶ O cálculo do NEP é feito a partir da soma das porcentagens de votos obtidos por cada partido, em uma determinada eleição, para determinado cargo. As frações, então, são elevadas ao quadrado e, em seguida, somadas. Por fim, divide-se o número um (1) por essa soma (1/soma). Obtém-se, assim, um índice onde zero significa baixa fragmentação partidária e valores inteiros (1, 2, 3 etc.) representam, aproximadamente, o número de partidos relevantes. Este cálculo é baseado em Laakso e Taagepera (1979).

⁵⁷ No cálculo do NEP das eleições para vereador de 1988 e 1992, foram utilizadas apenas as votações de vereadores eleitos, por indisponibilidade de outras bases de dados mais completas.

reforçam o argumento acerca da perda de espaço das duas maiores legendas de direita: ambos deixam de ser considerados efetivos, sendo substituídos, a depender da eleição, por PSB, PDT, PRB e PSB. No pleito de 2016, apenas o PTB permaneceu como relevante, dentro dos partidos aqui selecionados. Nesse sentido, as informações relativas ao NEP apontam que, ainda que a fragmentação nas majoritárias não tenha ampliado tanto, os partidos conservadores perderam quantidades significativas de votos ao longo do tempo.

Gráfico 24. Número Efetivo de Partidos (NEP) nas eleições para prefeito e para vereador no estado de São Paulo (1982-2016)



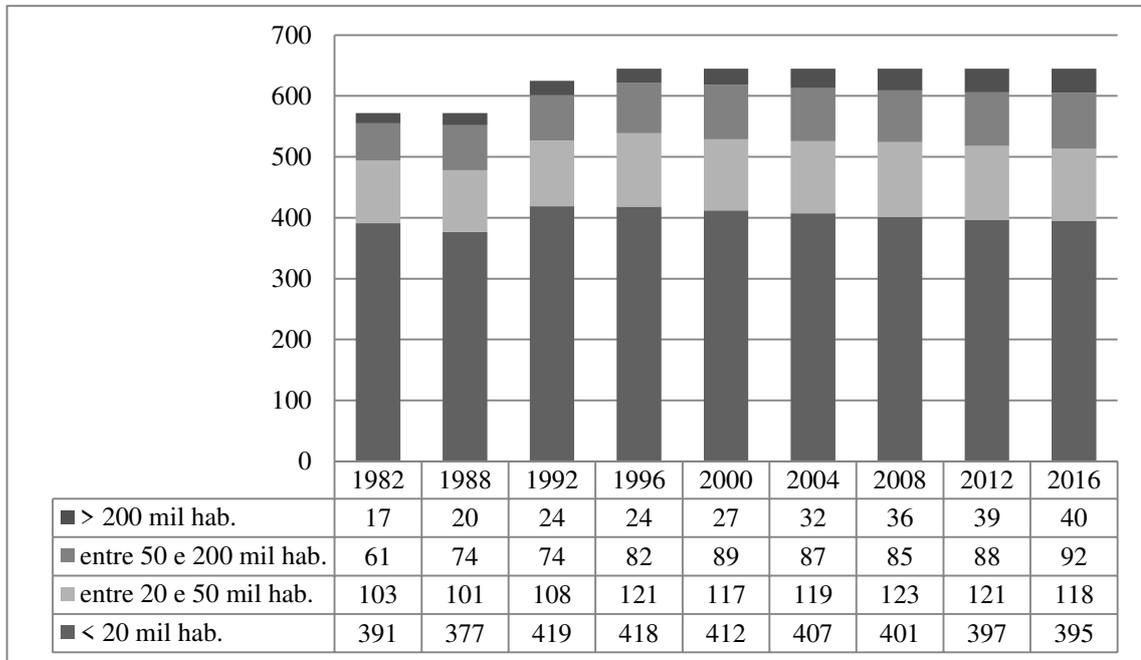
Fontes: Elaboração do autor a partir de dados do TSE, Fundação SEADE e IPEA-Data.

Ao analisarmos a fragmentação partidária nas eleições locais em São Paulo, a divisão dos municípios por porte nos revela que o processo de declínio dos partidos de direita tem ocorrido em cidades de todos os tamanhos. A divisão por porte de municípios nos permite apreender melhor a evolução do quadro partidário em contextos distintos. Afinal, a lógica que orienta as disputas políticas em municípios menores e do interior é distinta daquela que orienta os pleitos nos grandes centros urbanos (Soares, 1973). O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de municípios paulistas, levando em consideração as faixas de habitantes aqui estabelecidas (0 a 20 mil; 20 a 50 mil; 50 a 200 mil; e acima de 200 mil habitantes).

O grupo de municípios que mais cresceu foi aquele com mais de 200 mil habitantes, que dobrou de número desde 1982. Já os municípios com menos de 20 mil habitantes, ainda

que sejam a maioria, foram os que tiveram menor crescimento. Isso demonstra que São Paulo segue a tendência à formação de grandes centro urbanos, por todo o estado (Dedecca, 2010).

Gráfico 25. Evolução do número de municípios paulistas, por faixa populacional (1982-2016)



Fontes: Elaboração do autor a partir de IPEA-Data e IBGE.

Em relação às votações dos partidos, é notável que a força eleitoral dos conservadores sofre diversas modificações ao longo das três últimas décadas, como mostram as Tabelas de 9 a 17⁵⁸. Tomaremos por base de análise os pleitos para vereador, por se tratar de uma disputa onde os votos são mais dispersos entre os candidatos, com a possibilidade de os eleitores votarem nas legendas com as quais se identificam. A fim de complementarmos as análises, em termos comparativos, selecionamos dois partidos fortes e com longas trajetórias no estado, localizados mais ao centro e à centro-direita: PSDB e PMDB (Power e Zucco Jr., 2011; Assumpção, 2008; Bizarro Neto, 2013). Selecionamos, também, três partidos mais à esquerda (Power e Zucco Jr. 2011), que também estão presentes nas disputas eleitorais desde os anos 1980: PT, PDT e PSB. Todos os demais partidos existentes foram considerados e incluídos na categoria “outros”.

⁵⁸ Os dados das Tabelas de 9 a 7 se referem às porcentagens de votos que cada partido obteve nos pleitos, entre 1982 e 2016, incluindo os partidos não especificados na linha “outros”. Sendo assim, por contemplarem o universo, as votações somam 100%. Todas as informações foram obtidas na Fundação SEADE, no IPEA-Data e TSE.

Em 1982, o PDS/PP mantinha hegemonia nos municípios com menos de 20 mil habitantes, herdando o eleitorado da ARENA (Fleischer, 1996). Mas logo em 1988, o partido já perde boa parte de seu espaço nesses municípios, disputando-os com PMDB, PFL/DEM e PTB, que apresentou bom desempenho também nos grandes municípios (acima de 200 mil habitantes). PT e PSDB também obtiveram seus melhores resultados nessa faixa populacional.

Entre 1988 e 1996, por conta da força do malufismo na capital paulista (primeiro com a vitória de Paulo Maluf na prefeitura, em 1992, e depois com a de seu afilhado político, Celso Pitta, em 1996), o PDS/PP ganhou grande projeção nos municípios mais populosos do estado. PTB e PFL/DEM, por sua vez, passaram a se destacar nas cidades menores (abaixo de 200 mil habitantes). Durante este período, é possível observar também o avanço do PSDB em direção aos municípios com menos de 50 mil habitantes – localidades onde, até então, o partido obtinha os resultados mais baixos das votações. Muito disso se deve ao processo de declínio do PMDB, que em 1996 já dava sinais de um grande desgaste eleitoral no Legislativo, acompanhando as crises internas do partido (Bizzarro Neto, 2013).

Entre 1996 e 2004, com o declínio do malufismo e as sucessivas crises internas, o PDS/PP volta a se concentrar mais fortemente apenas nos municípios com até 50 mil habitantes – ainda assim, em constante queda na obtenção de votos. O mesmo processo ocorre com o PFL/DEM, mas de forma menos acentuada. Já o PSDB passa a ter as maiores votações nas extremidades: tanto nas cidades com menos de 20 mil quanto naquelas com mais de 200 mil habitantes. Mantendo a tendência histórica, os partidos mais à esquerda (PT e PSB, sobretudo) se concentram nos maiores municípios.

A partir de 2004, o PDS/PP continuou a declinar, ao passo que PL/PR e PTB se mantiveram relativamente estáveis – este último, com maior destaque, nos municípios de até 200 mil habitantes. O PFL/DEM, por sua vez, chegou nas últimas eleições com maior concentração de votos nos menores municípios, ainda que com menor força, em relação aos desempenhos que o partido detinha nos anos 1990. O PSD, ainda novo nas competições, se mostrou capaz de se sobressair também nas menores cidades. Já o PSDB passa a ser, praticamente, a única legenda capaz de concentrar mais de 10% das votações em todos os estratos populacionais, demonstrando a sua capacidade de sobrevivência eleitoral nos mais variados tipos de município e em um cenário altamente fragmentado e competitivo. Inclusive nos maiores municípios, o partido se torna a principal força – que, desde 2000, cabia ao PT. Por fim, outro dado que chama atenção é o crescimento significativo dos demais partidos nas

votações, sobretudo nas maiores cidades. O surgimento de novas legendas e o fortalecimento dos pequenos partidos ajudam a explicar este quadro de pulverização das votações.

Votações dos partidos nas eleições para vereador no estado de São Paulo, por porte de município (1982-2016)

Tabela 9. 1982

Partido	< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
PDS	54,1	41,9	30	18,5
PTB	1,3	3,3	7,7	18,9
PFL	-	-	-	-
PL	-	-	-	-
PSDB	-	-	-	-
PMDB	44,1	52	55	46,3
PT	0,3	2,1	6,6	15,2
PDT	0,3	0,7	0,5	1
PSB	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	100	100	100	100

Tabela 10. 1988

< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
16,7	13,7	12,1	11,1
14,2	15	14,4	11,7
20,4	17,1	17,7	8,1
4	7,9	7,2	4,3
0,4	0,7	1,1	7,9
38	36,8	34,4	17,6
1,3	1,9	6,4	34,4
3,5	3,9	4,4	2,1
0,8	1,6	1,5	1,4
-	-	-	-
0,7	1,4	0,8	1,4
100	100	100	100

Tabela 11. 1992

Partido	< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
PDS/PP	13,7	11,6	12,4	16,7
PTB	14	13,7	13,9	11,5
PFL/DEM	13,6	13,3	12,1	3,9
PL/PR	4,9	7,7	6,8	5
PSDB	7	6,4	8,6	11,1
PMDB	38,1	34,8	30,7	25,5
PT	0,6	3	4,8	15,4
PDT	1,9	3,3	3,8	3,6
PSB	0,5	0,9	1,2	3,1
PSD	-	-	-	-
Outros	5,7	5,3	5,7	4,2
Total	100	100	100	100

Tabela 12. 1996

< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
11	13	10	31,9
10	11	11	7,4
19	15	15	5,8
3	6,2	6,2	6,9
22,5	17,3	17,6	14,3
24,6	22,4	19,6	11,1
1,2	3,5	6,3	13,5
4,3	3,7	5	4,2
0,6	1,1	1,5	1,6
-	-	-	-
3,8	6,8	7,8	3,3
100	100	100	100

Tabela 13. 2000

Partido	< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
PDS/PP	9,8	7,9	6,4	7,3
PTB	11,7	11,9	12,7	6,8
PFL/DEM	13,6	11,5	8,8	7,8
PL/PR	5,1	7,9	8,4	8,9
PSDB	19,1	16	14,7	15,6
PMDB	16	14,7	13,1	8,3
PT	3,4	6,6	10,9	30,1
PDT	5,1	7,2	6,9	5,1
PSB	2,1	4	4,3	7,2
PSD	-	-	-	-
Outros	14,1	12,3	13,8	2,9
Total	100	100	100	100

Tabela 14. 2004

< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
6,3	5,8	4,1	4,6
10,5	9,8	9,4	6,5
11,6	10,5	9,3	5
7,4	7,6	7,3	6,5
18,5	16,1	14,2	21,1
12,8	11,6	9,8	6,9
9,3	9,5	11,9	23,3
5,7	6,9	6,5	5,4
4,1	5,2	5,5	6,9
-	-	-	-
13,8	17	22	13,8
100	100	100	100

Tabela 15. 2008

Partido	< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
PDS/PP	6	5,6	4,9	4,3
PTB	10,1	9	8,9	5,1
PFL/DEM	11,3	10,4	9	10,3
PL/PR	5,7	5,3	4,9	4,9
PSDB	17,2	15,3	12,5	16,5
PMDB	11,2	10,6	8,7	5,9
PT	7,9	8,4	9,6	17,2
PDT	5,3	6,7	6,9	4,6
PSB	5,6	4,9	7	5,2
PSD	-	-	-	-
Outros	19,7	23,8	27,6	26
Total	100	100	100	100

Tabela 16. 2012

< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
5,3	5,1	3,7	3,6
8,6	8,6	7	4,9
8,4	5,9	5,4	3,8
5,2	4,6	5,2	5,1
15,5	13,8	12,2	13,6
10,2	9	8,3	6,7
8,9	9,1	11	16,2
4,3	5,2	6	3,9
5	5,6	5,2	5,5
6,4	5,5	4,7	6
22,2	27,6	31,3	30,7
100	100	100	100

Tabela 17. 2016

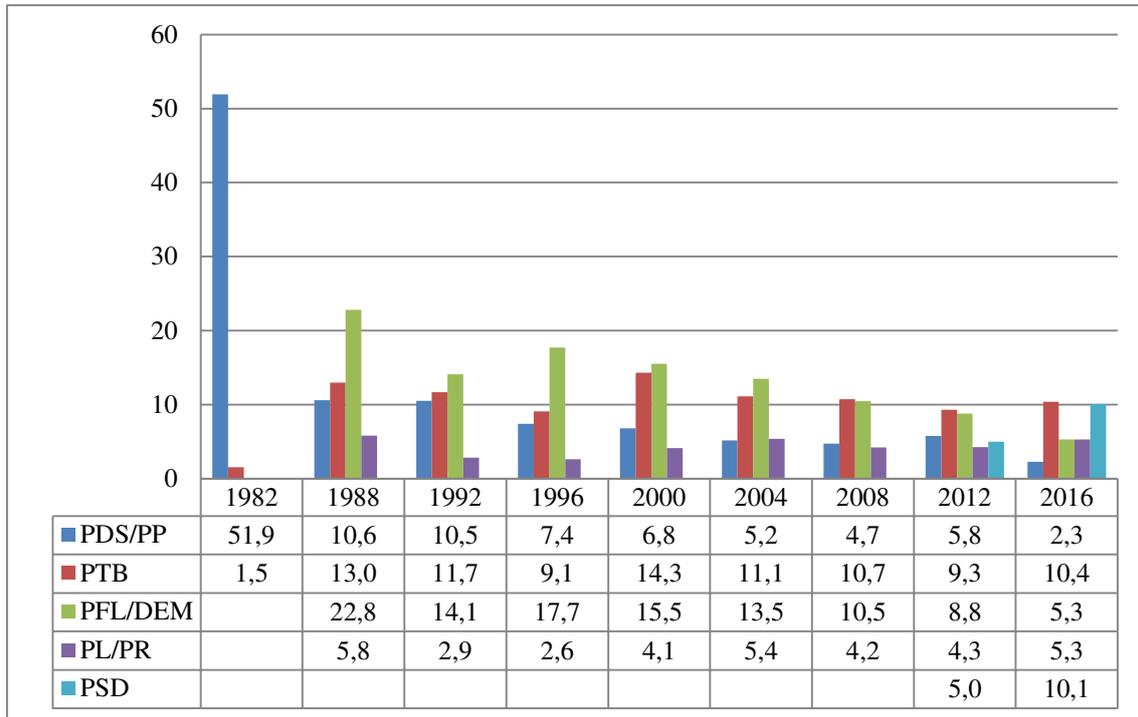
Partido	< 20 mil	20 > x < 50 mil	50 > x < 200 mil	> 200 mil
PDS/PP	4	4,1	3	2,7
PTB	8,8	7,2	6,1	4,5
PFL/DEM	8,2	6,1	5,5	4,8
PL/PR	5,1	5,2	5,3	4,1
PSDB	14,5	12	11,3	14,9
PMDB	9,8	7,9	8,1	5,3
PT	2,6	2,4	3,3	10,5
PDT	3,6	4,2	3,7	3,1
PSB	4	4,3	3,3	2,9
PSD	7,7	7,1	6,2	5
Outros	31,7	39,5	44,2	42,2
Total	100	100	100	100

No que concerne à dimensão das vitórias eleitorais, apresentaremos algumas evidências a partir das eleições para o Executivo local. Ao observarmos o percentual de prefeituras obtidas pelos partidos, conseguiremos apontar a capacidade de projeção destes no plano municipal – na medida em que as eleições para prefeito são mais disputadas e exigem custos mais elevados em sua realização e no sucesso posterior. Sendo assim, vencer a disputa pela prefeitura pode ser um indicador da situação político-eleitoral desses partidos nos municípios paulistas.

O Gráfico 26 ilustra a dinâmica em municípios com menos de 20 mil habitantes. Controlando mais de 50% das prefeituras paulistas em 1982, os partidos conservadores chegam em 2012 com uma média de 5,85% de prefeituras. Os maiores destaques, neste grupo de municípios, ficaram com PTB (9,3%) e DEM (8,8%). Ao longo da série histórica, os partidos obtiveram resultados crescentes, sobretudo durante os anos 1990. Contudo, a partir de 2004, período em que a fragmentação também volta a se elevar no quadro nacional (Krause et. al, 2016), os conservadores passaram a perder espaço em municípios tipicamente associados aos seus melhores desempenhos (Kerbaui, 2000; Avelar e Walter, 2008).

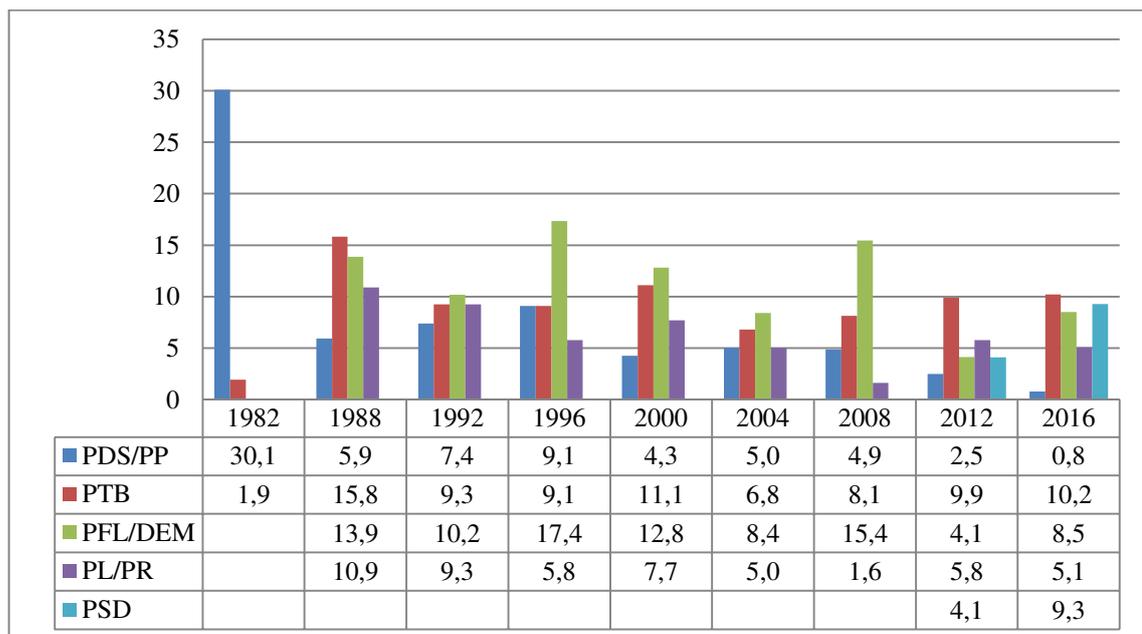
Ao avançarmos para a faixa populacional entre 20 e 50 mil habitantes (Gráfico 27), notamos que o desempenho desses partidos apresenta taxas menores, comparativamente. Em 1982, PDS e PTB obtiveram 32% das prefeituras em São Paulo, ao passo que, em 2016, a média de prefeituras conquistadas ficou em torno de 5,9%. Novamente, o PTB é o partido mais bem sucedido (10,2%), seguido pelo PFL/DEM (8,5%).

Gráfico 26. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas com menos de 20 mil habitantes (1982-2016)



Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade e TSE.

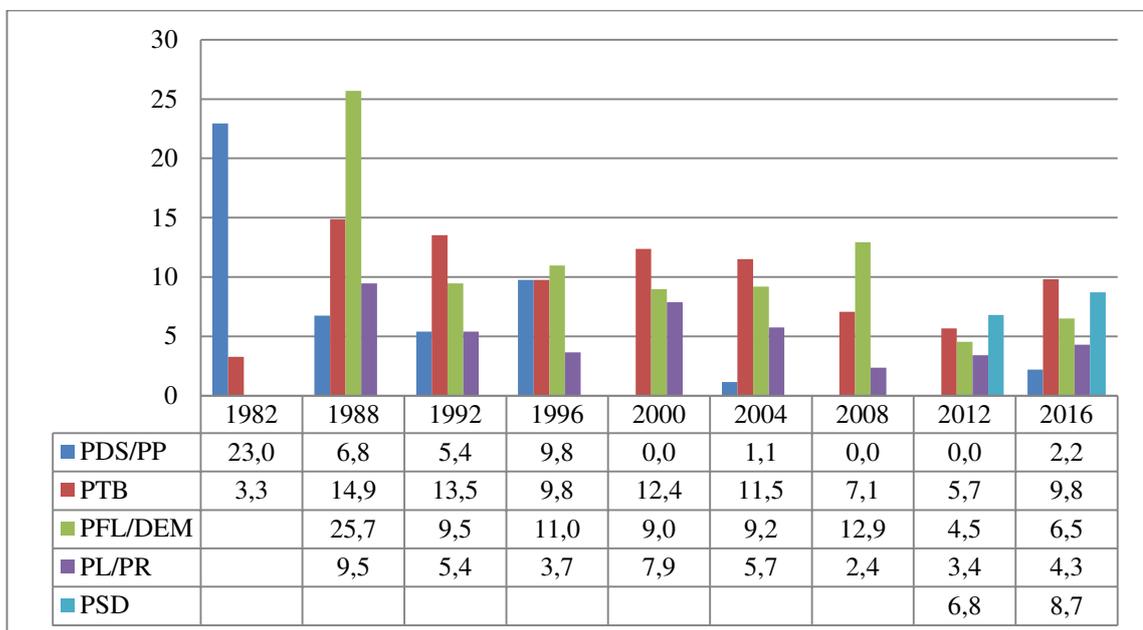
Gráfico 27. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas entre 20 e 50 mil habitantes (1982-2016)



Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade e TSE.

Nos municípios acima de 50 mil, e especialmente naqueles acima de 200 mil habitantes, os partidos conservadores apresentam cada vez menos prefeituras obtidas (Gráficos 28 e 29). Algumas agremiações, inclusive, não conquistaram nenhum Executivo local, em momentos da série histórica, como mostram os gráficos 30 e 31. Novamente, PTB e DEM são as agremiações que conseguiram se sair melhor, de modo geral. Já o PP, que se estabeleceu no início dos anos 1980 como principal partido de direita no estado, foi perdendo espaço ao longo dos pleitos – não conquistando prefeituras em diversos momentos eleitorais.

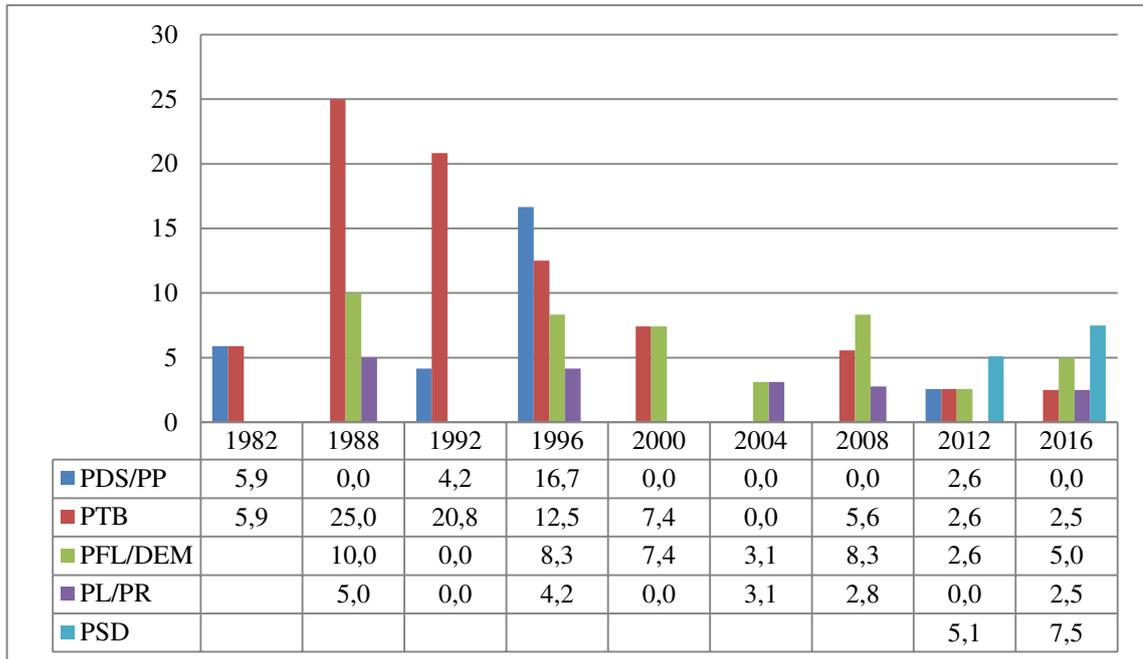
Gráfico 28. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas entre 50 e 200 mil habitantes (1982-2012)



Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade e TSE.

De modo geral, estes dados apontam que, independentemente do porte de município, os partidos conservadores vem perdendo espaço nos pleitos locais paulistas. Partidos tradicionalmente enraizados no estado, como o PP, chegaram em 2016 com menos de 6% das prefeituras, inclusive nos menores municípios. Dentre as agremiações aqui analisadas, PTB e PSD foram as que apresentaram os melhores resultados – ambas obtiveram um desempenho superior em todos os estratos de municípios. Outro dado que chama atenção é que este processo de declínio se deu, sobretudo, a partir dos anos 2000 – período em que, como apresentado anteriormente, a fragmentação partidária se elevou em todo o país, refletindo nos padrões de competição locais (Peixoto e Goulart, 2014; Kerbaui, 2016; Krause et. al, 2016).

Gráfico 29. Porcentagem de prefeituras obtidas pelos partidos conservadores nos municípios paulistas com mais de 200 mil habitantes (1982-2016)



Fontes: IPEA-Data, Fundação Seade e TSE.

O PSDB foi se tornando, desde os anos 1990, uma força política relevante no estado, chegando em 2016 com certa vantagem em relação aos demais. Seja do ponto de vista organizacional ou contextual, o fato é que a legenda tem penetrado em espaços tradicionalmente ocupados pelos conservadores (municípios com até 20 mil habitantes) e também pelas esquerdas – PT, sobretudo (municípios com mais de 200 mil habitantes). Além desta força, outro fator que ajuda a explicar as alterações no quadro político em São Paulo é o aumento da competição eleitoral e da fragmentação partidária. Diante desses cenários, os partidos conservadores foram diminuindo seus espaços de atuação – ainda que permaneçam com vitórias em alguns municípios pequenos. O quadro mais grave nesse sentido é do PDS/PP, que a cada pleito diminui sua capacidade de inserção nos pleitos locais.

CONCLUSÃO: Os partidos conservadores e o sistema partidário em São Paulo

Ao longo da pesquisa, foram testadas duas hipóteses. A primeira observou a dimensão organizacional dos partidos conservadores em São Paulo. A variável escolhida para medir organização foi o lançamento de candidaturas a prefeito e a vereador, defendendo o pressuposto de que lançar candidato é uma *proxy* para checar a presença (ou não) do partido no município. Trata-se de uma variável que consegue precisar melhor como o partido de fato se insere no nível local, para além da obtenção de um registro formal como Diretório ou Comissão Provisória. A taxa de lançamento de candidatos nos diz como o partido está, de fato, se organizando no município. A hipótese a ser testada foi a de que quanto maior a capilaridade do partido pelo território, maior seria a sua tendência ao fortalecimento da organização – o que se refletiria em um desempenho eleitoral positivo.

Diante dessas considerações, foi encontrado que DEM e PP são os partidos que tem apresentado maior decréscimo no lançamento de candidaturas, tanto para prefeito quanto para vereador. São os dois partidos que encabeçam as crises pelas quais o bloco da direita passou desde fins dos anos 1990 até este último pleito (Fleischer, 2007; Montero, 2011; Krause et. al., 2016). O caso do PP é mais crítico, visto que o declínio do partido é praticamente constante desde os anos 1990. No contexto paulista, um fator explicativo importante e que poderia ser aprofundado em futuros estudos é a diminuição da influência do malufismo, o que já ocorre desde os anos 2000 (Fleischer, 2002; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Outro fator explicativo possível foi que o partido se manteve na oposição e polarizando as disputas para o governo estadual desde 1986, tendo se aproximado da base governista do PSDB apenas em momentos pontuais (como entre 1996 e 1998) (Sandes-Freitas, 2015). Assim, ao mesmo tempo em que seu maior representante perdia força política, o PP não conseguiu acessar cargos e recursos fundamentais para sua manutenção enquanto organização no nível estadual, enfraquecendo sua capilaridade nos municípios paulistas ao longo do tempo.

Em relação ao DEM, dada a força que o partido detinha em fins dos anos 1980, o quadro atual conferiu-lhe uma diminuição em sua representatividade local. A saída da coalizão do PSDB, com o fim do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), é apontada como uma das principais causas das crises vividas pelo partido desde então (Ribeiro, 2014). Além disso, sua refundação em 2007 (passando de PFL para DEM) e a migração de boa parte de seus quadros para o PSD após 2011 também podem ser apontadas como causas para o enxugamento do partido. Contudo, em 2016, a legenda voltou a crescer em ambos os

pleitos, em um contexto de ampliação de pautas mais conservadoras no debate político nacional.

Os casos de PR e PTB merecem ser observados, pois ambos conseguiram se manter estáveis tanto no lançamento das candidaturas quanto nas vitórias obtidas. O PTB chama mais atenção, pois obteve índices elevados tanto de candidatos quanto de votações e cadeiras conquistadas. Alguns autores apontavam para a baixa presença organizacional do partido (Kinzo, 1993; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012), o que torna os dados aqui encontrados um ponto de discussão e aprofundamento acerca de suas implicações para a dinâmica interna do partido. Um trabalho qualitativo, que se concentrasse na observação da estrutura organizacional e das estratégias do PTB paulista, poderia nos esclarecer questões no sentido de como o partido articula a dimensão organizacional com a arena eleitoral.

Dos cinco partidos selecionados, o PSD é o mais novo deles, surgindo no ano de 2011, em meio à acomodação de elites políticas do centro e da direita (Krause et. al., 2016). Além de ampliar consideravelmente o número de candidatos a prefeito e a vereador, o partido conseguiu repercutir esses índices nas cadeiras conquistadas, tornando-se o partido que mais elegeu políticos dentre as legendas aqui analisadas, ao lado do PTB. Com um perfil que predomina nas regiões Norte e Nordeste e entre os menores municípios (Krause et. al., 2016), o PSD tem se mostrado como uma das legendas capazes de herdar o eleitorado que é mais tradicionalmente associado aos partidos conservadores – pequenos municípios com características rurais. Algumas correlações aqui analisadas reforçam este argumento, sobretudo nas eleições para as câmaras municipais. Além disso, o partido tem ampliado sua presença nas coalizões de governo e no Congresso, convertendo-se em uma organização relevante no cenário nacional desde que foi criado.

De modo geral e em termos organizacionais, o cenário que se desenha para os conservadores em São Paulo é de uma diversidade de tendências quanto à capacidade de lançarem candidatos ao Executivo. Isso porque se o PP tem encolhido, PTB, DEM, PR e PSD se mostram como atores relevantes no processo e/ou com propensões ao crescimento eleitoral. Já no Legislativo, o quadro é mais homogêneo, uma vez que apenas o PSD e PTB tem se destacado e conseguido ampliar sua oferta de candidatos e, conseqüentemente, eleger mais representantes.

Em relação aos demais partidos selecionados para contrapor as observações feitas acerca dos conservadores, alguns achados foram importantes. Primeiramente, é notável que PSDB é a grande organização partidária no estado e não apenas no nível do governo estadual.

A hegemonia que o partido tem conquistado no território paulista desde os anos 1990 (Assumpção, 2008; Kerbauy e Assumpção, 2012; Sandes-Freitas, 2015) tem contribuído para o grande desempenho nos municípios – tanto nas prefeituras quanto nas câmaras. Ainda que a proporção de vagas conquistadas tenha diminuído ao longo do tempo, o partido é ainda o que mais conquista cadeiras e lança candidatos, organizando-se de maneira eficaz e abrangente por todo o estado. Por outro lado, fazendo jus ao seu enraizamento histórico no estado (Sadek, 1989), o PMDB continua como um ator relevante na arena eleitoral, representando tendências mais ao centro e à centro-direita. As crises organizacionais vividas pela agremiação ao longo dos anos 1990 e 2000 (Bizzarro Neto, 2013) contribuíram para seu desgaste eleitoral, mas não acabaram com a relevância política do partido, mantendo, assim, sua “vocação localista” no estado (Kinzo, 1988; 1993; Sadek, 1989).

No bloco da esquerda, algumas mudanças foram identificadas. A crise política nacional vivida pelo PT e a sua conseqüente perda de popularidade (Lavareda et. al., 2016) afetaram seu desempenho nas elei es paulistas em 2016, reduzindo consideravelmente sua presença organizacional e as vitórias do partido. O PDT, um dos principais aliados do PT, também pareceu ser afetado por este quadro, ao passo que o PSB se tornou a legenda de esquerda que mais cresceu entre 2012 e 2016 – não são em São Paulo, mas também em outras regiões do país (Krause et. al., 2016). No entanto, muito se tem argumento acerca da guinada do partido ao centro, principalmente após consolidar sua aliança com o PSDB em nível estadual. Em um contexto de reacondi amento das elites e de crescimento das pautas conservadoras, o deslocamento ideológico do PSB também merece estudos mais aprofundados.

De modo geral, o que se observou na dinâmica das elei es paulistas foi o crescimento das demais legendas, dentro do cômputo total dos candidatos lançados e das vitórias obtidas. A literatura vem apontando o crescimento da oferta e da fragmenta o partidárias no Brasil desde meados dos anos 2000 (Fleischer, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008; Lavareda et. al., 2016; Krause et. al., 2016). Os novos e os pequenos partidos vêm conquistando cada vez mais espaço, contribuindo para a fragmenta o do sistema e o aumento da competi o eleitoral. De acordo com Krause et. al. (2016, p. 82), uma variável explicativa importante para o aumento do poder desses partidos   a existência de diversos incentivos para a cria o de partidos no Brasil – como a organiza o em federa o, os muitos cargos elegíveis em disputa e o custeio do partido pelo Estado, via fundo partidário. Para os autores, o crescimento dessas legendas indica algumas tendências: 1) mais atores com poder de barganha na tomada de

decisões; 2) diminuição no tamanho dos grandes partidos; 3) elevação da inteligibilidade do sistema político pelo eleitorado.

Ainda que não seja possível, nos limites deste trabalho, precisar o quanto cada um desses pontos afeta o desempenho dos partidos conservadores em São Paulo, é notável que a fragmentação do sistema partidário tem diminuído o alcance dessas agremiações nos municípios. Os dados aqui levantados mostraram que as candidaturas dos pequenos e novos partidos vêm ampliando não apenas a oferta de candidatos, mas o número de cadeiras conquistadas tanto no Legislativo quanto no Executivo. Partidos grandes como o PMDB e o PSDB também são afetados por esse processo. Dentre as legendas que estão contribuindo para esta mudança no quadro partidário paulista, destacam-se novatos como REDE, SD e PROS – que juntos lançaram mais de oito mil candidatos a vereador no estado, em 2016 – e os pequenos partidos de direita (PSC, PRB e PHS, principalmente), responsáveis por cerca de doze mil candidatos a vereador, na última rodada eleitoral.

Em um ambiente de crescimento da fragmentação partidária e da competitividade, os partidos conservadores tem encontrado, então, dificuldades em se estabelecer enquanto atores relevantes. Meneguello e Bizzarro Neto (2012) já haviam apontado tendências nesse sentido para o contexto paulista, refletindo o quadro nacional. Este trabalho explorou mais a fundo os desdobramentos dessa tendência, ao apontar que as votações dessas legendas têm encolhido até mesmo nos redutos considerados pela literatura como os seus mais tradicionais (Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010; 2011): os pequenos municípios – aqui recortados entre aqueles com até 20 mil habitantes. É notável que este porte de municípios é a principal faixa que acolhe os votos à direita, tanto entre para as prefeituras quanto para as câmaras. Porém, o trabalho evidenciou que este desempenho não tem mais o mesmo peso que detinha nos anos 1980 e 1990, levantando, assim, questões sobre quais mudanças vêm ocorrendo nos municípios paulistas. Diversos autores apontam para transformações importantes no nível local (Reis, 1988; Kerbauy, 2000; Montero, 2011; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Peixoto e Goulart, 2014; Vasquez, 2016), sobretudo em termos de ampliação do número efetivo de partidos e da entrada de novos atores partidários em locais onde o poder esteve bastante concentrado na mão de poucos, historicamente. Trata-se de um tema que ainda precisa de diversas investigações, especialmente acerca das estratégias que as lideranças partidárias adotam nos pequenos municípios, diante desta tendência de crescimento da competição.

Tendo em vista essa dimensão organizacional dos partidos conservadores e a sua relação com o ambiente da competição eleitoral, o segundo eixo deste trabalho procurou

investigar o contexto socioeconômico que acolhe os votos dessas legendas, ao longo do tempo. Nesse sentido, a hipótese levantada foi a de que os melhores desempenhos dos partidos conservadores se dão naqueles municípios com baixos índices sociais (aqui medido pela Taxa de Analfabetismo) e, ao mesmo tempo, com características predominantemente rurais (elevada PEA Agrícola e baixa PEA Indústria e porcentagem de população urbana). Trata-se de uma associação tradicionalmente feita e comprovada pela literatura, sob diversas abordagens (Soares, 1973; 1988; Faria, 1975; Kerbauy, 2000; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010; 2011; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

Os dados mostraram que, entre 1972 – quando os conservadores estavam representados pela ARENA, sob o bipartidarismo - e 1996, as correlações de Pearson são estatisticamente significantes e relativamente altas, comprovando nossa hipótese inicial. As votações desses partidos, no período, estavam bastante atreladas ao perfil específico de município descrito acima. As correlações são diretamente proporcionais para a PEA Agrícola e a Taxa de Analfabetismo, e inversamente proporcionais para PEA Indústria e porcentagem de população urbana, conformando as bases sociais e eleitorais dessas agremiações. Dentro deste período, os conservadores atuaram em dois cenários distintos, ainda que com relativo sucesso: o primeiro entre 1972 e 1982, que marca a disputa bipartidária e o início da abertura democrática; e o segundo entre 1982 e 1996, quando os partidos se inserem em um sistema multipartidário e as lideranças conservadores começam a se adaptar ao jogo democrático.

Após 1996, refletindo um quadro de relativa estabilidade da competição e de ampliação dos partidos pelo território (Braga, 2006), as correlações passaram a ser insignificantes ou até mesmo inexistentes. Este “espalhamento das preferências” em São Paulo, como nomeiam Meneguello e Bizzarro Neto (2012), está diretamente ligado à perda de espaço dos partidos conservadores em seus redutos tradicionais, seja por fatores organizacionais ou da competição eleitoral em si, como argumentado anteriormente.

Os dados também sugerem que os “redutos conservadores” tem se estabelecido, nas últimas duas eleições, apenas nos pleitos legislativos, que guardam uma vinculação mais direta das lideranças com suas clientelas específicas. As taxas de PEA Agrícola e de Analfabetismo, e a porcentagem de população urbana, se mostraram como as variáveis socioeconômicas que possuem mais influência na definição das bases sociais que acolhem as votações dos partidos conservadores nas últimas eleições. Não podemos apontar apenas um partido que consolide essas tendências de forma homogênea. Cada legenda se destaca em praticamente uma ou duas variáveis, com maior predominância para PR, PSD e PTB, nas

eleições para as câmaras. Isso nos mostra que, ao falarmos de manutenção das bases sociais conservadoras após os anos 2000, não estamos falando de um bloco ideológico ou de um grupo de partidos como um todo, mas de agremiações específicas, em contextos pontuais. Trata-se de um quadro diferente daquele observado entre 1982 e 1996, onde todos os partidos se destacavam praticamente de forma homogênea nesses perfis de municípios – podendo-se falar, então, de bases sociais dos partidos conservadores de modo abrangente.

Seguindo uma linha argumentativa semelhante àquela elaborada para a primeira hipótese, para a segunda hipótese pode-se dizer que o “espalhamento das preferências” tem originado um quadro de diversificação das bases sociais e eleitorais dos partidos nos municípios paulistas. As correlações aqui apresentadas para PMDB e PSDB, dois partidos de centro e centro-direita que tenderiam a ocupar o espaço deixado pelos conservadores, mostraram que ambos os partidos também penetram nos mesmos perfis de municípios. Porém, as estatísticas não são altamente significantes, em termos comparativos. É como se todas essas legendas (PSDB, PMDB e as conservadoras) “disputassem” pelas mesmas bases sociais – principalmente no caso das eleições legislativas. A diferença é que, enquanto os partidos conservadores tendem a se concentrar maciçamente nas menores localidades, PMDB e PSDB conseguem se destacar praticamente em todos os portes de municípios – sobretudo os pessedebistas.

Estes desafios da política local em meio ao “espalhamento das preferências” se relaciona, de modo mais amplo, às transformações pelas quais o terreno da política tem passado desde fins do século XX. Como argumenta Canclini (2002), as cidades passaram a sofrer forte influência dos meios de comunicação e das mídias digitais, que trouxeram novos significados e novas maneiras de os indivíduos entenderem (e viverem) os centros urbanos. Nesse sentido, ainda que não tenhamos testado empiricamente este argumento, podemos sugerir que a dinâmica política se dá a partir da interação com as mídias, dado o poder de persuasão e de estruturação das preferências que possuem perante o eleitorado. Em especial, a *internet* possibilitou, na última década, o acesso a diversas ideias e formas de agir politicamente – que podem advir de qualquer lugar do mundo. Trata-se de um tema que merece maior aprofundamento em futuras pesquisas empíricas.

Diante deste cenário, clivagens tradicionais perderam força explicativa da estruturação do voto. O trabalho evidenciou essa mudança, que veio, sobretudo, a partir de meados dos anos 1990 nos municípios paulistas. Acompanhando tendências presentes em outras democracias, pode-se afirmar que o caso paulista tem vivenciado uma “mudança estrutural da

política”, no termos de Manin (2013). Para o autor, isto significa dizer que a política passa a ser apreendida por outros domínios, como as tecnologias, as novas formas de organização da produção e do trabalho, a ausência de maiores vínculos sociais etc. Isto coloca um desafio aos partidos políticos: adaptar-se às novas formas do fazer político, em meio a um contexto de aumento da participação política não-institucionalizada e da oferta de ideais políticos.

Os partidos conservadores, nos municípios paulistas, encaram este desafio, ao mesmo tempo em que se articulam para sobreviver em um estado com alta competitividade e elevada oferta partidária. Ao focarmos nos contextos locais, foi possível observar que suas lógicas de funcionamento não estão apartadas daquelas que regem as eleições estaduais e/ou nacionais. Nesse sentido, é possível argumentar que a política local reflete as transformações mais gerais do jogo político.

Além dos achados acerca das tendências e dos padrões eleitorais dos partidos conservadores nos últimos trinta anos, algumas sugestões de agendas de pesquisa também surgiram. A capacidade de penetração territorial do PSDB em São Paulo é um tema a ser aprofundado, posto que foi mostrado aqui que o partido consegue se estabelecer nos mais variados contextos do estado – inclusive nos municípios até então tidos como tradicionalmente associados ao voto conservador.

O crescimento do PSD nas menores cidades, por outro lado, também é uma tendência a ser investigada, por se tratar de um partido conservador “novo”, montado a partir de antigas lideranças de outras agremiações. Mais do que explorar os dados quantitativos a respeito dos padrões de votação e de suas correlações com os contextos socioeconômicos, trabalhos de cunho qualitativo, que dessem conta da compreensão de estratégias organizacionais dos partidos e suas relações com a arena eleitoral, poderiam auxiliar no esclarecimento dessas questões. O mesmo vale para o PTB, por ter se mostrado como um dos poucos partidos a se manter relativamente estável e ampliando sua representatividade local, quando comparado àqueles que perderam espaço (DEM e PP).

A erosão do PP e, em alguma medida do DEM, também são linhas de investigação que poderiam ser desdobradas a partir da relação entre arena eleitoral e organização interna. Compreender como esses partidos têm sobrevivido ao ambiente competitivo de São Paulo poderá nos informar sobre as adaptações e os desafios pelos quais as organizações partidárias têm passado no Brasil, em meio à proliferação de legendas. Em suma, o trabalho abre a possibilidade para pensarmos a conexão entre arena organizacional e arena eleitoral.

O cientista político Gianfranco Pasquino, em seu livro “Sistemas Políticos Comparados”, conclui em um dos capítulos que “não é na verdade possível compreender inteiramente o funcionamento dos sistemas políticos contemporâneos [...] sem conhecer, de modo aprofundado, o formato e a mecânica dos respectivos sistemas partidários” (Pasquino, 2005, p. 197). Sem a pretensão de compreender inteira e profundamente o sistema político brasileiro, este trabalho teve por objetivo contribuir para o entendimento de uma parte de seu sistema partidário – tanto em termos territoriais, ao focar na dinâmica político-partidária do estado de São Paulo, quanto em termos ideológicos, trazendo para o centro da análise um campo específico do *continuum* esquerda-direita.

Na América Latina, Mainwaring e Scully (1995) argumentam que a compreensão da democracia passa pela dimensão partidária, principalmente por conta da influência central que o Estado exerce no desenvolvimento político e econômico dos países. Ou seja, ter acesso ao poder estatal é uma estratégia bastante utilizada por diversos grupos de interesse, fazendo com que os partidos, canais legítimos de articulação entre Estado e sociedade civil, adquiram um peso importante no acesso ao governo. Gibson (1996) e Middlebrook (2000) chamam atenção para essa característica entre os setores conservadores latino-americanos, que além de possuírem uma relação estreita com as instâncias estatais, possuem representantes em diversos partidos.

No sistema político brasileiro, os grupos políticos conservadores também são bastante fragmentados, encontrando representações em diversas legendas (Power, 2000; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Madeira e Tarouco, 2010; Power e Zucco Jr., 2011; Babireski, 2016). O mesmo foi encontrado para o caso de São Paulo. Tal fragmentação reflete um quadro geral do sistema partidário, caracterizado pelo número elevado de partidos e pelo crescimento da competição eleitoral, inclusive nos pleitos locais (Peixoto e Goulart, 2014; Kerbauy, 2016; Vasquez, 2016; Krause et. al., 2016; Lavareda et. al., 2016). Nesse sentido, seguindo a classificação de Pasquino (2005, p. 178), o Brasil se caracterizaria como um sistema de multipartidarismo extremo, por possuir um número elevado de partidos – atualmente, são 35. Nesse tipo de sistema, a competição centrípeta não seria encorajada pela própria estrutura do sistema. De acordo com Pasquino,

Cada partido toma a seu cargo o próprio eleitorado específico e tentará até resguardá-lo, tornando-o indisponível face às eventuais, embora não muito possíveis, investidas dos outros partidos, estando ciente de que é muito difícil arrancar eleitores aos outros partidos, que se comportam da mesma maneira, ou seja, de modo defensivo (2005, p. 178).

Contudo, para o caso brasileiro, algumas ressalvas quanto a isso precisam ser feitas. Ao analisarmos a dinâmica de articulação e desempenho dos partidos conservadores no terreno paulista, a pesquisa concluiu que nem todos eles conseguiram resguardar seus eleitorados de outros partidos. As legendas aqui selecionadas (PTB, PDS/PP, PL/PR e PFL/DEM) possuem, pelo menos, trinta anos de existência – ou, no caso do PSD, tem entre a maioria de seus membros lideranças que vieram de alguns desses partidos. A diminuição no lançamento de candidaturas e de votações entre PP e DEM, por exemplo, evidencia a perda de espaço perante os eleitores ao longo das décadas.

Além disso, a dinâmica de nosso sistema político é capaz de encorajar competições centrípetas, mesmo em um contexto de multipartidarismo exacerbado. Basta observarmos a tendência de nosso sistema partidário a adotar posições mais ao centro do espectro ideológico, especialmente quando um partido e sua coalizão assumem o governo (Power, 2008; Power e Zucco Jr., 2011). No caso dos partidos conservadores, isso foi observado quando de sua aproximação com o PT no plano nacional, fazendo parte de suas coalizões de governo (2003-2016) (em diferentes momentos e contextos, foram os casos de PP, PSD, PTB e PR)⁵⁹. Em se tratando do estado de São Paulo, esta tendência se manifestou entre o DEM e o PTB, que foram uns dos principais apoiadores dos governos peessedebistas desde 1994 (Sandes-Freitas, 2015). Assim, a competição eleitoral no Brasil pode caminhar ao centro, mesmo entre as agremiações conservadoras – que por uma questão de sobrevivência e de adaptação ao jogo democrático, tendem a se aproximar da máquina governamental, mesmo que um partido mais à esquerda esteja controlando-a (Power, 2000; 2008; Ribeiro, 2014).

No que concerne às eleições municipais, o que se defendeu neste trabalho, de modo geral, foi a existência de uma articulação entre o local e o nacional. Lavareda et. al. (2016) argumentam que a conjuntura nacional impacta nos pleitos locais e que estes, por sua vez, projetam e sinalizam as características das eleições nacionais que ocorrerão dois anos depois. Já Carneiro e Almeida (2008) destacam a importância dos sistemas partidários em nível municipal, defendendo que há conexão entre os diferentes níveis de governos e o sistema de partidos – sobretudo a partir de suas bases municipais. Os autores demonstram que essa coordenação política feita pelos partidos e lideranças ocorre em diferentes níveis e nas diversas competições eleitorais. Nesses processos, a criação e a manutenção da reputação partidária se tornam desafios centrais para as lideranças locais, que precisam controlar as

⁵⁹ Como forma de exemplificar, vale mencionar que, nas eleições de 2012, cerca de 90% das coligações que o PT encabeçava possuía algum partido de direita, de acordo com dados do TSE.

iniciativas individuais que possam gerar algum conflito com as posições programáticas da legenda. Em outras palavras, a política local guarda suas especificidades, mas não está totalmente isolada e distorcida da política regional ou nacional. Este desafio de articulação colocado aos partidos e lideranças pelo contexto local se resume da seguinte maneira:

O município é uma arena de disputa eleitoral e de decisões de governo com perfil, instrumentos e recursos específicos. Quando se trata de formar o governo municipal, as escolhas dos eleitores podem ser feitas considerando apenas suas consequências prováveis no âmbito local. Políticos podem traçar estratégias de disputa por votos sem se preocupar com o que ocorre nas outras esferas da Federação; os partidos, na busca de êxito em pleitos municipais, têm de adaptar objetivos de escopo mais amplo às peculiaridades da competição em cada município (Carneiro e Almeida, 2008, p. 407).

Este esforço de coordenação feito pelos partidos acontece, segundo Carneiro e Almeida (2008), na medida em que há articulação da competição por votos nas três esferas de governo. Dentro dessa perspectiva, os partidos conservadores realizaram este trabalho de articulação nos diferentes níveis de competição desde o retorno à democracia (Power, 2000). Na dinâmica democrática, precisaram ganhar os grandes centros urbanos e aprender a sobreviver fora do aparelho estatal, dado o aumento da competição eleitoral e a circulação das elites no controle dos governos. Os trabalhos de Kerbauy (2000) e Ribeiro (2014) demonstraram que nem sempre esse processo foi bem sucedido, reduzindo a capilaridade dos partidos de direita e desmantelando os laços clientelistas que lhes eram característicos. No entanto, esses partidos têm conseguido se manter no jogo político, contribuindo para a heterogeneidade que é característica de nossa direita partidária há mais de trinta anos.

Esta capacidade de sobrevivência no jogo político nos leva a pensar em questões propriamente sistêmicas, em relação aos partidos. Em suas considerações acerca dos diferentes modelos de sistemas partidários, Bardi e Mair (2010) apontam dois fatores importantes que caracterizam os sistemas atuais. Por um lado, há um crescente número e tipos de arenas nas quais os partidos interagem entre si. A descentralização político-administrativa e a democratização das instituições em diferentes níveis têm ampliado as possibilidades de articulação entre as legendas. No caso paulista, o aumento da competição local é um sinal de crescimento dessa interação. Por outro lado, o caráter mutável das agremiações e o desenvolvimento de modos diferentes de organização levaram os partidos a se tornarem mais heterogêneos internamente e na forma de se comportarem nas múltiplas arenas. Ou seja,

conhecer a forma como os partidos interagem na arena eleitoral não ajuda necessariamente a compreender como interagem no parlamento, ao passo que o entendimento de como eles se relacionam no legislativo também não é o melhor guia para entender seu comportamento na arena governamental (Bardi e Mair, 2010, p. 247).

Nesse sentido, cada contexto necessita de um tipo específico de explicação e interação. A abordagem sistêmica, proposta por Bardi e Mair (2010), passa justamente por essa ideia de que os partidos são constrangidos por suas interações uns com os outros no sistema: são limitados e moldados por tais interações, nas múltiplas arenas em que se inserem. Ao focar na dinâmica partidária conservadora no que diz respeito à arena eleitoral e organizacional, o trabalho incorporou esta perspectiva, contribuindo não apenas para o conhecimento das diferentes organizações partidárias, mas também para a compreensão de nosso sistema de partidos sob o regime democrático.

Referências bibliográficas:

ALBALA, A.; PARRA, E. (2011). ¿Nuevos actores, nuevas prácticas? Los casos de reordenamiento de los bipartidismos en Argentina, Colombia y Uruguay. **Estudios Políticos**, v. 9, n. 24, pp. 153-180, 2011.

_____.; VIEIRA, S. M. ¿Crisis de los partidos en América latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. **Política**, v. 52, n. 1, pp. 145-170, 2014.

ALCÁNTARA, M.; FREIDENBERG, F. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, vol. 8, n. 2, pp. 137-157, 2002.

ALCÁNTARA, M. Partidos políticos en América Latina: precisiones conceptuales, estado actual y retos futuro. **Documentos Cidob América Latina**, n. 3, 2004a.

_____. **¿Instituciones o Máquinas Ideológicas?** Origen, Programa y organización de los partidos latinoamericanos. Barcelona: Institut de Ciències Politiques i Socials, 2004b.

ALCÁNTARA, M.; VALDUVIECO, I. L. The Parliamentary Right. In: ALCÁNTARA SÁEZ, M. (ed.). **Politicians and Politics in Latin America**. London: Lynne Rienner Publishers, 2008.

ALMEIDA, L. C. **PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil**. Dissertação de Mestrado. 220 f. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2004.

ALTMAN, D. et. al. Partidos y sistemas de partidos em América Latina: Aproximaciones desde la encuesta a expertos 2009. **Revista de Ciencia Política**, v. 29, n. 3, pp. 775-798, 2009.

ALVES, M. T. G. Conteúdos ideológicos da Nova Direita no município de São Paulo: análise de *surveys*. **Opinião Pública**, vol. 6, nº 2, pp. 191-229, 2000.

AMARAL, O.; RIBEIRO, P. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 23, n. 56, pp. 107-123, 2015.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. São Paulo: FGV, 2003.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, B. J. As eleições de 1978 em São Paulo. In: **As eleições nacionais de 1978**. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979.

ARNOLD, J.; SAMUELS, D. Latin America's Left Turn? Evidence from Public Opinion: A Conceptual and Theoretical Overview. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). **The Resurgence of the Latin America Left**. Baltimore: John Hopkins, 2011.

ASSUMPCÃO, R.. **Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006)**: a estrutura relacional e o capital político. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara, 2008.

AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T.. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Maio, 2008.

BABIRESKI, F. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.3, n.6, pp. 1-16, 2016.

BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu-MG, 20-24 de Setembro de 2004.

BARDI, L.; MAIR, P. Os parâmetros dos sistemas partidários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, pp. 227-253, 2010.

BIZZARRO NETO, F. A.. **PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Campinas, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 2013.

BOBBIO, N.. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOHN, S.; PAIVA, D. Sistema Partidário de Volatilidade Eleitoral no Brasil: um estudo sobre a dinâmica inter-regional. Trabalho apresentado no **31º Encontro Anual da ANPOCS**, 2007.

BOMTEMPO, D. C. A espacialização da indústria de alimentos no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

BORGES, A. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, pp. 167-188, 2010.

BRAGA, M. S. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

_____.; KINZO, M. D. Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos Legislativos estaduais. In: BRAGA, M. S. S.; KINZO, M. D. G. (orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007.

_____. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, vol. 14, n. 2, pp. 454-485, 2008.

_____.; PIMENTEL JR., J. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. **Cadernos Adenauer XIV**, 2: 13-36, 2013.

CANCLINI, N. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, vol. 8, n. 1, pp. 40-53, 2002.

CÂNDIDO, A. Radicalismos. **Estudos Avançados**, vol. 4, n. 8, 1990.

CANO, W. A indústria de transformação: 1989-2003. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C. S.; MACEDO, F. C. de (orgs.). **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980-2005**. São Paulo: Alínea, 2007.

CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, 1975.

_____. São Paulo: Os partidos políticos e a participação popular. In: FLEISCHER, D. (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**, vol. II. Brasília: UnB, pp. 47-67, 1981.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **DADOS**, vol. 51, n. 2, pp. 403-432, 2008.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, pp. 255-295, 2014.

CHAIA, V. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. Ibitinga: Humanidades, 1992.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M.. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G.. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

CRUZ, S. V. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G.. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

_____.; KAYSEL, A.; CODAS, G.. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

CUEVA, A. A guinada conservadora. In: CUEVA, A. (org). **Tempos Conservadores: A direitização no Ocidente e na América Latina.** São Paulo: Hucitec, 1989.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais:** a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP. 2007.

_____. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 2, pp. 127-145, 2013.

_____.; PRAÇA, S. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira:** perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer. São Paulo: Ed. UNESP. pp. 99-133, 2010.

DEDECCA, E. et. al. (orgs.). Estado de São Paulo: regiões metropolitanas e polos regionais. **Coleção “Por Dentro do Estado de São Paulo”**, vol. 1. Campinas: NEPP/NEPO/IE, 2010.

DERKS, A. Populism and the Ambivalence of Egalitarianism. How do the Underprivileged Reconcile a Right Wing Party Preference with their Socio-Economic Attitudes? **World Political Science Review**, vol. 2, n. 3, pp. 175-200, 2006.

FARIA, V. E. As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma Análise das Variações Inter-regionais. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil.** São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, pp. 205-242, 1975.

FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Opinião Pública**, vol. 14, n. 2, pp. 432-453, 2008.

FIGUEIREDO, M.; JORGE, V. L. São Paulo: Dinâmica e Formato do Sistema Partidário. In: LIMA JR., O. B. (org.). **O Sistema Partidário Brasileiro: Divisões e Tendências (1982-1994).** São Paulo: FGV, 1997.

FLEISCHER, D. Poder Local e o Sistema Eleitoral Brasileiro. **Debates**, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

_____. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Opinião Pública**, vol. 8, n. 1, pp. 80-105, 2002.

_____. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FRANZMANN, S. Locating political parties in policy space: a reanalysis of Party Manifesto Data. **Party Politics**, v. 12, n. 2, pp. 151-171, 2010.

FREIRE, A. Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário. **Análise Social**, vol. 37, n. 162, pp. 121-149, 2002.

_____. Identidades ideológicas e partidárias: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 2004.

FRETEL, J. Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, pp. 321-349, 2011.

GIBSON, E. J. **Class and Conservative Parties: Argentina in Comparative Perspective**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1996.

GIDDENS, A. **Para Além da Esquerda e da Direita: O futuro da política radical**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 54, n. 1, pp. 235-258, 2011.

HAGOPIAN, F. **Traditional politics and regime change in Brazil**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IANNI, O. A Nova República do Brasil. In: CUEVA, A. (org). **Tempos Conservadores: A direitização no Ocidente e na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1989.

KAYSEL, A. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G.. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

KERBAUY, M. T. M. **A Morte dos Coronéis: Política Interiorana e Poder Local**. Araraquara/São Paulo: FCL/Unesp/Cultura Acadêmica, 2000.

_____. O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

_____.; ASSUMPÇÃO, R. Análisis Organizacional del Partido de la Democracia Social Brasileña em el Estado de San Pablo (1988-2006). **América Latina Hoy**, 62, pp. 79-101, 2012.

KINZO, M. D. G. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (org.). **Voto de Desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: IDESP, Vértice, 1988.

_____. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP, 1990.

_____. A eleição presidencial de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. **DADOS**, n. 35, vol. 1, 1992.

_____. Radiografia do quadro partidário brasileiro. **Pesquisas**, nº 1. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KITSCHOLT, H.. New Social Movements and the Decline of the Party Organization. In: DALTON, R. J.; KUECHLER, M. (orgs.). **Challenging the Political Order**. New York: Oxford University Press, 1990.

_____.; MCGANN, A. J.. **The Radical Right in Western Europe: A Comparative Analysis**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

KLEIN, L. M. G.; LIMA JR., O. B. Atores políticos no Império. **Dados**, n. 7, pp. 62-88, 1970.

KRAUSE, S.; PAIVA, D. Perdas e ganhos – Lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos: lógica nacional x lógica regional (1982-2001). In: PINTO, C. J.; SANTOS, A. M. (orgs.). **Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.

_____.; GERARDI, A. **A formação do PSD: quando o executivo é o motor organizativo**. In: VIII ENCONTRO DA ABCP, Gramado-RS, 2012.

_____ ; FERREIRA, D. P.; RIBEIRO, P. F.; MELO, P. V. Fragmentação das eleições locais e o surgimento de novas forças políticas no Brasil. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R.. “Effective” number of parties: A measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, pp. 3-27, 1979.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, A.; ANDRADE, B.; ROCHA, E.; LINS, B. Eleições municipais de 2012 e sinais para adiante. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

LEMOS, R. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. (orgs.). **The Resurgence of the Latin America Left**. Baltimore: John Hopkins, 2011.

LIMA JR., O. B. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. (org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências (1982-1994)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 88, pp. 21-37, 2010.

LINZ, J. **The breakdown of democratic regimes: crisis, breakdown and reequilibration**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

LUBBERS, M.; GIJSBERTS, M.; SCHEEPERS, P.. Extreme right-wing voting in Western Europe. **European Journal of Political Research**, vol. 38, n. 1, pp. 63-94, 2002.

LUNA, J. P.; KALTWASSER, R. (orgs.). **The Resilience of the Latin American Right**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

LUPU, N. **Electoral Bases of Leftist Presidents in Latin America**, paper presented at the 2009 National Congress of the Argentine Association of Political Analysis, Ciudad de Santa Fe, 2009.

- MADEIRA, R.; TAROUCO, G. A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar? **V Congresso Latinoamericano de Ciência Política**. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. **Building Democratic Institutions**. Stanford: SUP, 1995.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. La institucionalización de los sistemas de partidos y la teoría del sistema partidista después de la tercera ola democratizadora. **América Latina Hoy**, n. 41, pp. 141-173, 2005.
- MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, pp. 115-127, 2013.
- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucittec, 1981.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, vol. 38, n. 167, pp. 277-293, 2003.
- MELO, C. R.. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. Contexto e padrões de votação. **XII Congresso da BRASA – Brazilian Studies Association**. King’s College, London, 2014.
- MENEGUELLO, R.; BIZZARRO NETO, Fernando. Contexto e Competição na Política Paulista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 55, n. 1, 2012.
- MERKL, P. H.; WEINBERG, L.. **Encounters with the contemporary radical right**. Boulder: Westview Press, 1993.
- MIDDLEBROOK, K. J. **Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

MIGUEL, L. F. Os partidos brasileiros e o eixo ‘esquerda-direita’. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (orgs). **Coligações Partidárias Na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

MONTERO, A. Trading Spaces: The Endogenous Dynamics of Subnational Authoritarianism in Brazil. Paper prepared for delivery at **The 2010 Congress of the Latin American Studies Association**, Toronto, Canada October 6-9, 2010.

_____. **Inequality and the decline of conservatives in Brazilian democracy**. Carleton College, 2011. Disponível em:

<http://people.carleton.edu/~amontero/Inequality%20and%20the%20Rise%20and%20Decline%20of%20Conservatives.pdf>. Acessado em: 30/03/2016.

MOREIRA, A.; MELAZZO, E. S. Os fluxos de investimentos industriais na produção do território do estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

MUDDE, C. The 2012 Stein Rokkan Lecture. Three decades of populist radical right parties in Western Europe: So what? **European Journal of Political Research**, vol. 52, pp. 1-19, 2013.

NICOLAU, J. **Multipartidarismo e democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Dados eleitorais do Brasil**. Rio de Janeiro: Renevan, 1998.

O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (orgs.). **Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

OLIVEIRA, T.; BENETTI, P. As novas direitas sul-americanas: análise das experiências chilena e colombiana. **Observador On-line**, v. 99, n. 1, 2014.

PANIZZA, F. Unarmed utopia revisited: the resurgence of the left-of-centre politics in Latin America. **Political Studies**, v. 53, n. 4, pp. 716-734, 2005.

_____. **Contemporary Latin America: Development and Democracy Beyond the Washington Consensus**. London: Zed Books, 2009.

PASQUINO, G. **Sistemas Políticos Comparados**. Cascais: Principia – Publicações Universitárias e Científicas, 2005.

PEIXOTO, V. M.; GOULART, N. L. M. Evolução da competição eleitoral municipal no Brasil (1996-2012). **Teoria e Pesquisa**, vol. 23, n. 2, pp. 41-63, 2014.

PIERUCCI, A. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, pp. 26-45, 1987.

POWER, T. Elites and Institutions in Conservative Transitions to Democracy: Ex-Authoritarians in the Brazilian National Congress. **Studies in Comparative International Development**, vol. 31, n. 3, pp. 56-84, 1996.

_____. **The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization.** University Park: Pennsylvania State University Press, 2000.

_____. Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. (eds). **Democratic Brazil Revisited.** University of Pittsburgh: Pittsburgh, 2008.

_____.; ZUCCO JR. (orgs). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RIBEIRO, R. L. M. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, pp. 5-37, 2014.

REID, M. **Forgotten Continent: the battle for Latin America's soul.** New Haven: Yale University Press, 2007.

REIS, E. P. Mudança e continuidade na política rural brasileira. **Dados**, v. 31, n. 2, pp. 205-218, 1988.

ROBERTS, K. M. Democracy, Free Markets, and the Rightist Dilemma in Latin America. **Paper presented at the annual conference of the American Political Science Association,** New Orleans, August 30-Sept. 2, 2012.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, pp. 71-92, 2002.

_____.; BRAGA, M. S. S. Sistema partidário, eleições e a questão federativa no Brasil (1986-2000). In: PINTO, C. J.; SANTOS, A. M. (orgs). **Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.

ROMANO, R. **Conservadorismo Romântico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. O Pensamento Conservador. **Revista de Sociologia e Política**, n. 3, pp. 21-31, 1994.

- SADEK, M. T.. A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: **Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil**. SADEK, M.T. (Org.), São Paulo: IDESP/Vértice, 1989.
- SAMPAIO, R. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo, SP: Global Editora, 1982.
- SANDES-FREITAS, V. E. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.
- SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCOTT, J. Corruption, Machine Politics, and Political Change. **American Political Science Review**, vol. 63 pp. 1142-58, 1969.
- SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Campus, 1982.
- SILVA, P. F. J. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.
- SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e de 1994**. São Paulo: EdUSP, 2002.
- SMITH, P. H.; ZIEGLER, M. R. Democracias liberal e iliberal na América Latina. **Opinião Pública**, vol. 15, n. 2, pp. 356-385, 2009.
- SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- _____. A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In: FLEISCHER, D. (org). **Da distensão à abertura: as eleições de 82**. Brasília: UnB, 1988.
- SOUZA, M.C.C.. The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance. In: CHALMERS, D.; SOUZA, M. C. C.; BORON, A. (orgs). **The Right and Democracy in Latin America**. New York: Praeger, 1992.
- TAROUCO, G. **O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político**. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1999.
- _____. Fatores do Desenvolvimento do Partido da Frente Liberal. In: PINTO, C. J.; SANTOS, A. M. (orgs). **Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.

VASQUEZ, V. **Ao vencedor, a prefeitura: competição em eleições municipais (1996-2012)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 2016.

WEYLAND, K. The Rise of Latin America's Two Lefts Insights. **Comparative Politics**, v. 41, n. 2, pp. 145-164, 2009.

WIESEHOMER, N.; DOYLE, D. Attitudes, Ideological Associations and the Left-Right Divide in Latin America. **Journal of Politics in Latin America**, vol.3, n.1, pp. 3-33, 2012.